CAIO CESAR HONÓRIO MOREIRA

A PRESENÇA E A AÇÃO INDÍGENA NO OESTE PAULISTA E A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1886-1906)

DOURADOS – 2026

CAIO CESAR HONÓRIO MOREIRA

A PRESENÇA E A AÇÃO INDÍGENA NO OESTE PAULISTA E A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1886-1906)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Profº. Drº. Éder da Silva Novak.

DOURADOS – 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M838p Moreira, Caio Cesar Honorio
A presença e a ação indígena no oeste paulista e a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (1886-1906) [recurso eletrônico] / Caio Cesar Honorio Moreira. -- 2026.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Éder da Silva Novak.
Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2026.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

1. presença indígena. 2. ação indígena. 3. protagonismo indígena. 4. oeste de São Paulo. 5. Comissão Geográfica e Geológica. I. Novak, Éder Da Silva. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

CAIO CESAR HONÓRIO MOREIRA

A PRESENÇA E A AÇÃO INDÍGENA NO OESTE PAULISTA E A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1886-1906)

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 09 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador: Éder da Silva Novak (Dr., UFGD)

2º Examinador: Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Dr., UFGD)

3º Examinador: Beatriz dos Santos Landa (Drª., UEMS)

Ao meu orientador, Éder, pelo cuidado, à minha família, amigos e amigas, pelo amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao meu orientador, Éder da Silva Novak, por toda a sensibilidade e cuidado na condução de sua orientação, bem como na pertinência dos apontamentos feitos ao longo destes anos de pesquisa. Agradeço também aos avaliadores e avaliadoras que, desde o projeto de pesquisa contribuíram de alguma forma para sua realização: a professora Beatriz dos Santos Landa, ao professor Lucio Tadeu Mota e ao professor Paulo Roberto Cimó Queiroz que foram fundamentais para a consolidação do projeto que resultou na presente pesquisa. Além da avaliação do então projeto de pesquisa, Lucio e Cimó ampliaram suas contribuições de forma grandiosa na banca de qualificação. Nesse sentido, reitero meus agradecimentos.

Reitero também o agradecimento a professora Beatriz Landa que aceitou o convite para compor junto ao professor Thiago Cavalcante a banca de defesa, o qual também agradeço. Agradeço também aos professores Fernando Perli, Protásio Paulo Langer, Cássio Knapp, Éder Novak e Lucio Tadeu Mota que foram igualmente fundamentais durante as disciplinas para a construção teórico-metodológica da pesquisa. Agradeço a todos os professores que contribuíram com a minha formação durante o período de graduação. Sou grato ademais aos servidores e servidoras do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), em especial ao técnico Alexandre Eymard de Souza, que me auxiliou formidavelmente na pesquisa documental realizada *in loco* no APESP. Agradeço ainda aos servidores técnicos da FCH, Walace e Danielly, por toda a competência e apoio indispensáveis. Agradeço a minha família, amigos e amigas que estiveram comigo durante esses anos.

Mesmo correndo o risco de deixar alguém de fora, gostaria, portanto, de mencionar nominalmente algumas dessas pessoas: Julio Moreira, Patrícia Honório, Jane Honório, Roberto Carlos Terenciani, Bruna Moreira, Beatriz Honório, Anna Clara Brito, Lucas Maceno, Cláudia Faleiro, Clauzer Toledo, Isabel Toledo, Lucas Rosman, Jessica Manffre, Jackeline Ikuta, Kacia Miakela, Bianca Francisca, Lucas Mota, Leandro Baller, Matheus Hernandez, Maykon Douglas, Jacques Nemr, André Magalhães, Caroline Luz, Elena Barbosa. Sem vocês, o mundo seria muito mais difícil.

Agradeço, por fim, ao CNPq pelo apoio e financiamento desta pesquisa.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo evidenciar historicamente a presença e ação indígena no oeste paulista mediante os relatórios produzidos no âmbito da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, bem como documentos produzidos na oficialidade deste Estado no período de 1886, ano que foi realizada a primeira expedição desta comissão, a 1906, quando findada a última. A metodologia utilizada para alcançar o objetivo traçado está balizada na ideia de protagonismo indígena, além dos conceitos de situação colonial, situação histórica e guerra de conquista, de modo a desvencilhar-se de simplificações analíticas. Esta presença é percebida desde o período pré-conquista mediante vestígios arqueológicos, seguido pela história colonial e pelo período pós-emancipação política do Brasil, na forma de relatos de viajantes, crônicas e também pela existência de toda uma sorte de legislação que caracteriza a política indigenista empreendida nos diferentes períodos com abrangência nacional e estadual. A legislação indigenista na transição monarquia-república, portanto, oscilou entre dois projetos, o monarquista, que priorizava a catequese e conversão dos indígenas, e o republicano, que defendia sua inserção na sociedade como trabalhadores nacionais com ênfase à noção de tutela desta população. Este período é caracterizado ainda pelo processo de reocupação do oeste paulista, já ocupado pelos indígenas, e se deu em duas frentes: a primeira correspondeu à ocupação realizada por meio dos chamados de núcleos de subsistência pelos mineiros que, com a crise da produção aurífera de Minas Gerais, passaram a ocupar os territórios indígenas do oeste paulista, sendo essa a razão de inúmeros conflitos entre a população indígena e a população mineira. A segunda diz respeito ao avanço capitalista mediante a expansão cafeeira, que foi precedido, por sua vez, pelas expedições realizadas pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. A natureza científica dessas expedições tinha por objetivo tomar conhecimento das terras agricultáveis do oeste paulista para posterior ocupação capitalista que não se deu sem tensões, mortes e conflitos entre os diferentes sujeitos presentes neste território, evidenciando, portanto, a insistente presença a ação dos indígenas Kaingang, Guarani e Ofaié em sua interação com mineiros e paulistas. Por parte dos indígenas, sua presença foi pressentida em praticamente todos os momentos das expedições, desde sua organização laboral até a entrada nos chamados "sertões" paulistas. As interações destes indígenas com os demais sujeitos, por outro lado, davam-se, grosso modo, por meio de conflitos ou alianças entremeadas por vezes de fugas que, em uma interpretação centrada na ideia do protagonismo indígena, são compreendidas de modo com que sejam levados em consideração suas estratégias políticas frente ao crescente avanço colonial sobre seus territórios. É perceptível, por fim, que suas ações neste contexto tinham sempre um pano de fundo no qual as decisões tomadas objetivavam, em última instância, o atendimento de seus interesses.

Palavras-chave: presença indígena; ação indígena; protagonismo indígena; oeste de São Paulo; Comissão Geográfica e Geológica.

ABSTRACT

This dissertation aims to historically document the presence and activities of Indigenous peoples in western São Paulo through reports produced by the Geographic and Geological Commission of the State of São Paulo, as well as official state documents from the period between 1886—the year the commission's first expedition took place—and 1906, when the last one concluded. The methodology used to achieve this objective is grounded in the concept of Indigenous agency, as well as the concepts of colonial context, historical context, and war of conquest, in order to avoid analytical oversimplifications. This presence is evident from the pre-conquest period through archaeological remains, followed by colonial history and the period following Brazil's political emancipation, in the form of travelers' accounts, chronicles, and also through the existence of a wide range of legislation characterizing the indigenous policy undertaken during different periods at both the national and state levels. Indigenous legislation during the transition from monarchy to republic, therefore, oscillated between two projects: the monarchist one, which prioritized the catechism and conversion of Indigenous peoples, and the republican one, which advocated for their integration into society as national workers, with an emphasis on the notion of guardianship over this population. This period is also characterized by the process of reoccupation of western São Paulo, which had already been occupied by Indigenous peoples, and took place on two fronts: The first phase involved the settlement of so-called subsistence settlements by miners from Minas Gerais who, following the crisis in gold production in Minas Gerais, began to occupy indigenous territories in western São Paulo, which led to numerous conflicts between the indigenous population and the miners. The second corresponded to capitalist expansion through the expansion of coffee cultivation, which was preceded, in turn, by expeditions carried out by the Geographic and Geological Commission of the State of São Paulo. The scientific nature of these expeditions aimed to survey the arable lands of western São Paulo for subsequent capitalist occupation, which was not without tensions, deaths, and conflicts among the different groups present in this territory, thus highlighting the persistent presence and actions of the Kaingang, Guarani, and Ofaié Indigenous peoples in their interactions with miners and residents of São Paulo. As for the indigenous people, their presence was felt at virtually every stage of the expeditions, from the organization of the labor force to the entry into the so-called "backlands" of São Paulo. The interactions of these indigenous people with the other participants, on the other hand, took place, broadly speaking, through conflicts or alliances interspersed at times with escapes which, in an interpretation centered on the idea of indigenous agency, are understood in a way that takes into account their political strategies in the face of the growing colonial advance on their territories. Finally, it is evident that their actions in this context always had a backdrop in which the decisions made ultimately aimed to serve their interests.

Keywords: Indigenous presence; Indigenous action; Indigenous agency; western São Paulo; Geographical and Geological Commission.

RESUMEN

El objetivo de la presente tesis es poner de manifiesto, desde una perspectiva histórica, la presencia y la actividad indígena en el oeste del estado de São Paulo a través de los informes elaborados en el marco de la Comisión Geográfica y Geológica del Estado de São Paulo, así como de los documentos oficiales de dicho estado en el período comprendido entre 1886 —año en que se llevó a cabo la primera expedición de esta comisión— y 1906, cuando concluyó la última. La metodología utilizada para alcanzar el objetivo trazado se basa en la idea del protagonismo indígena, además de los conceptos de situación colonial, situación histórica y guerra de conquista, con el fin de evitar simplificaciones analíticas. Esta presencia se percibe desde el período precolonial a través de vestigios arqueológicos, seguido de la historia colonial y del período posterior a la emancipación política de Brasil, en forma de relatos de viajeros, crónicas y también por la existencia de toda una serie de legislación que caracteriza la política indigenista emprendida en los diferentes períodos con alcance nacional y estatal. La legislación indígena en la transición de la monarquía a la república, por lo tanto, osciló entre dos proyectos: el monárquico, que priorizaba la catequesis y la conversión de los indígenas, y el republicano, que defendía su inserción en la sociedad como trabajadores nacionales, haciendo hincapié en la noción de tutela de esta población. Este período se caracteriza además por el proceso de reocupación del oeste de São Paulo, ya ocupado por los indígenas, y se desarrolló en dos frentes: La primera correspondió a la ocupación llevada a cabo a través de los llamados «núcleos de subsistencia» por parte de los mineros que, con la crisis de la producción aurífera de Minas Gerais, comenzaron a ocupar los territorios indígenas del oeste de São Paulo, lo que provocó innumerables conflictos entre la población indígena y la población minera. La segunda correspondió al avance capitalista mediante la expansión cafetera, que fue precedida, a su vez, por las expediciones realizadas por la Comisión Geográfica y Geológica del Estado de São Paulo. La naturaleza científica de estas expediciones tenía como objetivo conocer las tierras cultivables del oeste de São Paulo para la posterior ocupación capitalista, lo cual no estuvo exento de tensiones, muertes y conflictos entre los diferentes sujetos presentes en este territorio, evidenciando, por lo tanto, la presencia y la acción insistentes de los indígenas kaingang, guaraní y ofaié en su interacción con los mineros y los paulistas. Por parte de los indígenas, su presencia se hizo sentir en prácticamente todos los momentos de las expediciones, desde su organización laboral hasta la entrada en los llamados «sertones» paulistas. Las interacciones de estos indígenas con los demás sujetos, por otro lado, se daban, a grandes rasgos, a través de conflictos o alianzas entremezcladas a veces con fugas que, en una interpretación centrada en la idea del protagonismo indígena, se comprenden de manera que se tomen en consideración sus estrategias políticas frente al creciente avance colonial sobre sus territorios. Por último, es evidente que sus acciones en este contexto siempre se desarrollaban en un contexto en el que las decisiones tomadas tenían como objetivo, en última instancia, satisfacer sus propios intereses.

Palabras clave: presencia indígena; acción indígena; protagonismo indígena; oeste de São Paulo; Comisión Geográfica y Geológica.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Sítios arqueológicos do sul e oeste de São Paulo.
FIGURA 2 – Carta geral do extremo sertão do Estado (1905 e 1906).
FIGURA 3 – Partida da turma rio abaixo (Exploração do Rio do Peixe, 1905).
FIGURA 4 – Mappa da província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo (1886).
FIGURA 5 – Mappa geral da viação ferrea do Estado de São Paulo organizado pela Inspectoria de Estradas de Ferro e Navegação.
FIGURA 6 – "Aldeia de índios mansos" na confluência do Rio Paranapanema com o Rio Tibagi.
FIGURA 7 – Planta do Rio Paranapanema (1886).
FIGURA 8 – Planta geral dos Rios Feio e Aguapehy (1905).
FIGURA 9 – Planta do Rio Feio (1905).
FIGURA 10 – "Indios Guaranys do ex-aldeamento de Guaranyúva" (1905).
FIGURA 11 – Rancho de índios Coroados (1905).
FIGURA 12 – Acampamento, deposito e rancho para a tropa (Can-Can), 1905.
FIGURA 13 – "Flechas, cacetes e peias tomados aos indios Coroados depois do ataque da Corredeira" (1905).
FIGURA 14 – "Arcos e flechas dos indios Coroados" (1905).
FIGURA 15 – Planta geral do Rio do Peixe e da exploração do sertão em 1906.
FIGURA 16 – Picadão do Panella (1905).
FIGURA 17 – Rancho de Indios Corôados (1906).
FIGURA 18 – Acampamento Anhumas (1906).
FIGURA 19 – Objectos de indios Corôados (1906).
FIGURA 20 – Objectos de indios Corôados (1906).
FIGURA 21 – Indio Chavante (1906).
FIGURA 22 – Flechas de indios Chavantes (1906).
FIGURA 23 – Exploração do Extremo Sertão do Estado (1905).
FIGURA 24 – Indios chavantes (1905).
FIGURA 25 – A presença indígena na bacia do Rio Paraná: "Ilha dos Coroados", "Archipelago dos Chavantes", "Ilha dos Guayanazes", "Ilha dos Cayapós", "Archipelado dos Guaranys" (1905).
FIGURA 26 – Indios Corôados civilizados (1906)

FIGURA 27 – “Laços para caçar anta e panellas uzados pelos indios Corôados, molduras de espelhos, facão, osso humano etc., encontrados no lugar onde foi trucidado Mons. Claro Marcondes” (1905).
FIGURA 28 – Trincheira de ataque no dia 23 de setembro de 1906.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Expedições da CGG/SP nos rios do oeste paulista.

TABELA 2 – Gastos com colonização (de 1892 a 1899).

TABELA 3 – A presença e a ação indígena no oeste paulista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BD – Banco de Dados

CGG/SP – Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.

FCH – Faculdade de Ciências Humanas.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

PI – Posto Indígena.

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História.

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

SIG – Sistema de Informação Geográfica.

SP – São Paulo.

TI – Terra Indígena.

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....16

CAPÍTULO 1. A HISTÓRICA PRESENÇA INDÍGENA NO ESTADO DE SÃO PAULO 24

1.1. As tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara do entre Rios Tietê e Paranapanema no oeste do Estado de São Paulo.....24

1.2. O período colonial: missões, apresamentos e política indigenista.....33

1.3. O Império brasileiro: a política indigenista, aldeamentos e Lei de Terras de 1850.....47

CAPÍTULO 2. AS FRENTES DE EXPANSÃO E A POLÍTICA INDIGENISTA NO OESTE PAULISTA: OS "VERDADEIROS PIONEIROS" ENTRE A CATEQUESE E A TUTELA……..59

2.1. As frentes pioneiras: indígenas, mineiros e a frente de expansão……...……...59

2.2. A política indigenista entre a catequese e a tutela…….....75

CAPÍTULO 3. "*[...] EM PLENO DOMÍNIO DOS SELVÍCOLAS*": A PRESENÇA INDÍGENA NO OESTE DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO MONARQUIA/REPÚBLICA……81

3.1. '*Uma região totalmente deserta e infestada de indios*': Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema, 1886……...…….....82

3.2. '*[...] partiram flechas do matto, denunciando a presença de indios apenas por esta forma*': Exploração dos Rios Feio e Aguapehy (Extremo sertão do Estado), 1905……..…….88

3.3. '*[...] os ferozes índios Corôados que habitam a região e que constituem o terror daquellas zonas*': Exploração do Rio do Peixe, 1905-06…….....97

3.4. '*Sendo a margem esquerda do Tietê [...] habitada por indios Corôados, tomavamos todas as precauções nos pousos que eramos forçados a fazer*': Exploração do Rio Tietê, 1905…….110

3.5. '*os indios Corôados, os mais ferozes, [...] poucas vezes se approximam em turmas grandes do Rio Paraná, que deve ser mais frequentado pelos Cayoás e Chavantes*': Exploração do Rio

Paraná (da Barra do Rio Tietê ao Rio Paranapanema)……..……..111

CAPÍTULO 4. *'[...] O NINHO DA BUGRADA NÃO SUBMETIDA'*: AÇÃO INDÍGENA NO OESTE PAULISTA FRENTE AO AVANÇO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.....117

4.1. "*Facil lhes era atacar-nos de improviso em qualquer logar do picadão onde o terreno fosse difficil de passar*": ação dos Kaingang ao avanço da CGG/SP pelos Rios Feio/Aguapeí…….…..117

4.2. "*[...] o indio bravo, muito vez, atravessa a linha dos povoados, vem emboscar-se nellas e dahi sahe a fazer correrias funestíssimas pelos estabelecimentos visinhos*": violência deliberada entre indígenas e sertanejos……..…….....122

4.3. "*Continuamente os indios vinham dar assalto, obrigando o morador a viver em pé de guerra*": indígenas, sertanejos e cientistas no extremo sertão paulista…….……129

CONCLUSÃO……...144

REFERÊNCIAS……148

FONTES……153

INTRODUÇÃO

Durante praticamente toda a história do Brasil – do início da colonização, perpassando pela criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, sua análoga, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), no contexto da Ditadura Civil-Militar, até os dias atuais, em que a discussão acerca do marco temporal para a demarcação de terras indígenas adquiriu contornos de ampla relevância em meio ao debate público –, a existência e/ou presença dos povos originários do país tem sido constantemente descaracterizada ou mesmo ameaçada. O direito às condições materiais de sobrevivência, como é o caso do direito aos seus territórios tradicionais, tem sido de forma recorrente negado e/ou ameaçado pelos interesses e projetos políticos e econômicos ligados ao agronegócio e ao neoliberalismo, de modo que se faz necessária a releitura de uma historiografia cujo viés atende às necessidades de legitimação de tais projetos.

Historicamente, os povos indígenas do Brasil, por inúmeras razões, foram colocados em um lugar subalternizado pelos sujeitos que conduziram a colonização, tendo sempre que buscar o seu espaço, conforme avançava o processo de conquista. No campo da história, esses povos foram por muito tempo considerados efêmeros, passíveis de assimilação na medida do avanço do projeto colonial. Geralmente, o próprio Estado trabalhava para sua assimilação. Essa visão, que parte da oficialidade, perpassa a compreensão eurocêntrica da história na qual comunidades indígenas são consideradas como "sociedades frias" e "sem história". Tal visão é contraposta por Manuela Carneiro da Cunha no sentido de que "durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição para a cristandade, a civilização, a assimilação o desaparecimento. Hoje se sabe que as sociedades indígenas são a parte de nosso futuro e não só do nosso passado" (Cunha, 1992, p. 22). Somente a partir da década de 1990, portanto por meio de uma nova forma de compreender a história do Brasil, a história dos povos indígenas passou a ser vista em outra perspectiva. A partir disso,

> Recuperar os múltiplos processos de interação entre essas sociedades e as populações que surgiram a partir da colonização europeia, processos esses que vão muito além do contato inicial e dizimação subsequente dos índios, apresenta-se como tarefa essencial para uma historiografia que busca desvencilhar-se de esquemas excessivamente deterministas. Com isto, páginas inteiras da história do país serão reescritas; e ao futuro dos índios, reservar-se-á um espaço mais equilibrado e, quem sabe, otimista (Monteiro, 2004, p. 228).

Em outras palavras, além de Monteiro, demais pesquisadores do campo, tais como Cunha (1992), Lima (1995), Suess (1997), Oliveira (2016), Almeida (2013), entre outros, partem do que é entendido por protagonismo indígena, que subverte a lógica de compreensão sobre o passado da nação. Suess (1997) trata desse protagonismo, compreendendo-o como o direcionamento da energia de determinado grupo em prol de seu projeto de vida. A implicação disto é afirmada por este autor na medida em que "A continuidade étnica dos povos indígenas não pode ser entendida somente como controle técnico de territórios. Exige, também, a incorporação das concepções políticas próprias da diversidade de suas culturas" (Suess, 1997, p. 33). De forma mais pragmática, na perspectiva de Pacheco de Oliveira (2016, p. 7), esse protagonismo trata-se de "reexaminar criticamente interpretações atribuídas à presença indígena, explicitando as múltiplas formas de agência e participação que as populações autóctones tiveram na construção da nação" (Oliveira, 2016, p. 7).

Feita essa consideração inicial, a provocação desta pesquisa partiu das inquietações do pesquisador geradas no período de 2019 a 2022, durante o curso de Graduação em História – Licenciatura pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As vivências de um morador natural da região de Presidente Prudente (SP), capital regional do oeste paulista, somadas às lacunas da história indígena dessa região, face a formação acadêmica realizada na cidade de Dourados, cone-sul de Mato Grosso do Sul, com uma população indígena urbana contabilizada em 12.054 (Censo, 2022), propiciaram outro olhar acerca da questão indígena no oeste de São Paulo.

As disciplinas cursadas com o professor Dr. Éder da Silva Novak, orientador desta pesquisa, bem como as orientações nos Estágios Supervisionados, além dos trabalhos desenvolvidos no Projeto de Extensão "Aproximando Universidade e Escola: ensino de histórias e culturas indígenas", desenvolvido e coordenado por Novak, regados ainda pela amplitude de seus conhecimentos neste campo, motivaram pensar em um projeto de pesquisa que a princípio abarcaria a cidade de Presidente Prudente (SP), mas que a partir das transformações naturais do processo de construção da pesquisa, adquiriram maior amplitude.

Dessa forma, pretende-se, nesta dissertação, evidenciar a presença indígena na região oeste do Estado de São Paulo, privilegiando sua organização, estratégias e as diferentes formas como os sujeitos indígenas estabeleceram suas ações frente ao processo de avanço colonial no oeste paulista no final do século XIX e início do século XX, mais especificamente entre 1886 a 1906. Sendo o objetivo desta pesquisa evidenciar a presença indígena na região referida, apresenta-se inicialmente um histórico da presença indígena no Estado de São Paulo,

remontando ao período pré-conquista, mediante evidências arqueológicas, sendo o planalto paulista território de trânsito de diversos povos, do norte ao sul e de leste a oeste do Brasil.

Em seguida, abordou-se a forma como o projeto colonial da Coroa Portuguesa impactou a Capitania Paulista do litoral, São Vicente (SP), perpassando a futura capital até o que hoje é conhecido como o Pontal do Paranapanema (SP), na confluência entre os Rios Paraná e Paranapanema, no que diz respeito aos apresamentos do período colonial, em que milhares de indígenas eram levados a diversas partes do Brasil para realizarem trabalho escravo.

Por fim, discutem-se as pretensões relacionadas à tentativa de construção da nação no período pós-independência, no qual os povos indígenas, apesar de causarem preocupação nos agentes do Estado, foram negligenciados na Constituição de 1824, constituindo, na percepção de Cunha (1992), uma política indigenista dotada de um vazio legislativo. Torna-se importante compreender também os impactos causados a partir do marco legal da Lei de Terras de 1850, cujo legado sustentou a constituição de grandes latifúndios, não alterando a estrutura fundiária do país e possibilitando a aquisição das chamadas terras devolutas somente mediante compra. Nesse cenário, somado à inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo internacional, favoreceu a atuação das oligarquias rurais, e consequentemente, propiciou a expansão da cultura do café no oeste paulista. É nesse terreno que se desenrola a narrativa construída nesta pesquisa.

Neste sentido, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG/SP) foi financiada pelo Estado paulista, com o objetivo de tomar conhecimento do chamado "extremo sertão" de São Paulo, de modo a chancelar, pela via científica, a exploração posterior das terras do oeste do Estado (Giavara, 2008). É nesse momento que se desenvolve a cultura do café, motor financeiro deste Estado nos primeiros anos do século XX.

A denominada expansão cafeeira inseriu o Brasil nos mercados internacionais, interligando o processo de ocupação das terras tradicionalmente indígenas a agentes internacionais, por meio do que Eric Wolf compreende por conexões (Wolf, 2009). Portanto, no contexto do oeste paulista daquela temporalidade, encontram-se os indígenas, originários da ocupação desse território.

Em meados do século XIX, se inicia a ocupação mineira por meio de núcleos de subsistência, constituindo a frente de expansão que antecede, por sua vez, a frente pioneira, essa ligada ao avanço econômico e a todo o aparato institucional dele decorrente (Martins, 1975; 2009).

Esse cenário propicia o encontro entre diversos sujeitos presentes no interior desse processo colonial.

No período colonial, o que se viu foi a disputa de projetos de paulistas, representados na figura dos apresadores (bandeirantes), de espanhóis, de jesuítas portugueses e espanhóis, bem como os interesses indígenas.

No que diz respeito ao contexto de transição do império para a república situado na passagem do século XIX ao século XX, a despeito de uma transição política que não rompeu integralmente com o passado, que ainda se faz presente nas transições dos processos históricos do Brasil como um todo, os sujeitos inseridos no processo de avanço capitalista sobre o "extremo sertão" paulista correspondiam aos "sertanejos", oriundos de Minas Gerais dada a decadência da produção aurífera da então Capitania Mineira, aos cientistas, representantes dos interesses da elite político-econômica paulista, ou seja, os interesses das oligarquias rurais, e também e principalmente os interesses das diferentes etnias indígenas, sejam os Kaingang, os Guarani ou os Ofaiéque, que se colocam neste processo de forma ativa, exercendo seu protagonismo mediante conflitos, fugas e alianças, e constituem estratégias distintas na forma de lidar com os demais sujeitos presentes naquele contexto.

Tal encontro entre diferentes perspectivas, modos de vida, cosmologias etc., promoveu uma série de tensões geradas no âmbito das relações estabelecidas. Nesse sentido, o Estado de São Paulo passou a viabilizar uma política indigenista que atendesse sobremaneira aos interesses políticos e econômicos das oligarquias rurais, apaziguando por vezes essas tensões, em alguns casos de forma implícita, em outros, de forma explícita. Ao final do período monárquico, a política indigenista baseava-se numa perspectiva de conversão, realizada por meio do processo de catequização, o que representava, na prática, uma tentativa de assimilação da cultura e do modo de vida dos povos indígenas.

Na transição para a república, a política empreendida pelo Estado para os povos indígenas permaneceu, num primeiro instante, por meio dos aldeamentos, com destinação de verbas para a política de catequese.

Contudo, emergia no interior da república o desejo de uma política indigenista baseada na perspectiva da tutela, com o objetivo de civilizar os indígenas por meio do trabalho e da escola. Tais formas de lidar com a questão indígena correspondiam a duas vertentes, sendo a catequese ligada aos monarquistas e a tutela aos republicanos. De toda forma, ambas desejavam agrupar os indígenas em pequenas faixas de terra, com o objetivo final de assegurar o avanço das frentes colonizadoras.

Dito isto, as fontes documentais utilizadas na presente pesquisa partem em grande medida da documentação produzida no contexto das principais expedições realizadas pela

CGG/SP pelo oeste de São Paulo, entre os anos de 1886 e 1906, que geraram, por sua vez, os relatórios que são aqui analisados. Tais expedições passaram pelos Rios Itapetininga e Paranapanema, Rios Feio/Aguapeí, Rio do Peixe, Rio Tietê e Rio Paraná. A primeira expedição da CGG/SP, responsável pelos estudos feitos nos Rios Itapetininga e Paranapanema, foi a única que ocorreu ainda no período monárquico, em 1886, marco inicial do recorte temporal proposto. As demais foram todas iniciadas e finalizadas no período republicano, já no século XX, no ano de 1905, exceto a expedição realizada no Rio do Peixe que, apesar de iniciada no mesmo ano, foi interrompida e retomada e finalizada somente em 1906, marco final do recorte temporal.

Num primeiro momento, o trabalho com os relatórios consistiu na leitura das narrativas dos chefes das expedições, na qual esses locutores explanaram toda a trajetória de suas respectivas expedições. A partir disso, destacou-se todas as menções sobre a população indígena, preservando a separação de cada uma das bacias hidrográficas. Tendo essas informações sistematizadas, dividiu-se os relatos a partir de uma ordem temática, a mesma que consta no quarto capitulo desta pesquisa. Os atos oficiais, bem como as correspondências dos governadores da Província/Estado de São Paulo, foram escolhidas a partir da análise desses documentos dos anos de 1886 a 1912, extrapolando o recorte temporal, que foi definido após a sistematização das fontes.

Além dos relatórios, um outro documento produzido por Teodoro Sampaio, chefe da primeira expedição, constituirá o rol de fontes aqui analisadas. Trata-se das Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Paranapanema, que para além do relatório sobre os Rios Itapetininga e Paranapanema, aborda minuciosamente elementos científicos, geográficos, econômicos, como consta em seu título, bem como elementos etnográficos, objeto de interesse desta pesquisa. Outras fontes utilizadas também partem da institucionalidade da então Província e posteriormente Estado paulista. São as cartas produzidas pelos presidentes da Província/Estado destinados aos seus sucessores, em que consta um panorama geral da conjuntura de seus governos. Utiliza-se também alguns atos oficiais como leis, decretos e aberturas de crédito produzidos no recorte temporal proposto.

A leitura de tais fontes, portanto, não foi realizada de forma passiva, sendo baseada na teoria das operações de Paul Ricoeur (1988), em sua Hermenêutica de interpretações textuais. Desta forma, é necessário lançar mão de "técnicas específicas para se elevar ao nível do discurso a cadeia dos sinais escritos e discernir a mensagem através das codificações superpostas, próprias à efetuação do discurso como texto" (RICOEUR, 1988, p. 19).

De forma mais clara, o recorte espacial abarca o oeste paulista, sendo este oeste limitado, ao sul, pelo Rio Paranapanema; ao norte, pelo Rio Tietê; a oeste, pelo Rio Paraná; a leste pelas nascentes dos Rios desta região, objeto de análise da presente pesquisa e objeto de estudos da CGG/SP, caracterizando o sentido do recorte.

No que diz respeito ao recorte temporal o período analisado, segue a mesma lógica, abarcando os anos de 1886 a 1906, datas em que ocorreram as principais expedições da CGG/SP pelo oeste paulista. Esta comissão, inaugurada em 1886, encerrou-se paralelamente ao fim da Primeira República, em 1930.

Não se optou por abarcar como recorte temporal o ano de 1930, em razão da alteração dos marcos legais acerca da política indigenista, que com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, ampliaria para além das possibilidades de um recorte palpável em uma dissertação de mestrado.

Para analisar todo este período em sua complexidade, o guarda-chuva metodológico utilizado para subsidiar a qualidade das análises, contemplando devidamente a questão indígena envolvida na pesquisa, parte de conceitos como situação colonial, definido por Georges Balandier como "[...] dominación impuesta por una minoria extranjera, racial y culturalmente diferente, en nombre de una superioridad racial y cultural dogmaticamente afirmada, a una mayoria autóctona. (Balandier, 1972, p. 27), em que, "Qualquer estudo *concreto* das sociedades afetadas pela colonização que procure uma apreensão completa só pode realizar-se [...] através da referência a este complexo qualificado de situação colonial" (Balandier, 1993, p. 107).

Essa ideia de situação colonial necessita ser complementada pelo conceito de situação histórica de João Pacheco de Oliveira (1998), que auxilia na formulação de teorias que criticam as noções bastante difundidas de aculturação, assimilação ou mesmo extinção das comunidades indígenas, de modo que o contato entre os indígenas e os não indígenas, por mais desigual que tenha sido, suscitou agências e/ou ações estratégicas por parte das diversas etnias, fazendo com que essas formulassem suas próprias políticas na medida em que a expansão do ocidente avançava. Em uma palavra, protagonismo.

Nesse sentido, a ideia de guerra de conquista de Antônio Carlos de Souza Lima (1995), na proposição crítica em relação à apologia aos órgãos indigenistas e à política indigenista oficial, serve de fundamento para criticar a aceitação de uma política de estado cuja intencionalidade de conquistar novos territórios mediante expansão procurava assimilar os povos indígenas de modo a possibilitar tais políticas expansionistas.

Os povos indígenas, a partir desse projeto, são vistos como sujeitos efêmeros no sentido de que ou se sujeitam ao processo colonizador imposto pelo ocidente ou são exterminados.

A pesquisa, portanto, apresenta um ponto de vista alternativo no que diz respeito às relações entre indígenas e não indígenas, subvertendo a ótica da história ocidental e colocando os primeiros em um campo privilegiado de análise, uma vez que quase sempre ocuparam as margens da historiografia tradicional. Sendo assim, é necessário retomar histórias já contadas, fontes já analisadas e revê-las (ou relê-las) por meio de outro aparato teórico-metodológico, tornando possível novas abordagens acerca da construção da história nacional.

Além disso, convém lançar mão dos pressupostos de uma antropologia histórica ou história antropológica[1] que, nos estudos de Maria Regina Celestino de Almeida, foi possível compreender os processos de transformação de comunidades coloniais do Rio de Janeiro que, antes consideradas desaparecidas por uma historiografia tradicional, foram percebidas a partir da partilha de novas experiências com diversos grupos étnicos, transformando suas histórias, culturas e identidades.

Nesse sentido, "[...] as tendências atuais tendem a privilegiar as ideias de apropriação e ressignificação cultural, sem dúvida, mais adequadas para dar conta da ideia de cultura dinâmica continuamente transformada pela experiência do contato" (Almeida, 2013, p. 25). Além disso, convém "[...] ultrapassar a ideia de pensar os grupos sociais como blocos monolíticos, agindo de forma unívoca em conformidade com papéis e lugares étnicos e/ou sociais a eles atribuídos" (*Ibid*., p. 28). Desse modo, a partir de um diálogo muito bem fundamentado entre História e Antropologia se faz possível uma ampliação nas compreensões acerca da experiência do contato entre as diferentes sociedades e suas culturas.

Sendo assim, a presente pesquisa subdivide-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, o objetivo é evidenciar a histórica presença indígena no oeste de São Paulo, mediante vestígios arqueológicos dos períodos pré e pós-conquista, perpassando pelos denominados períodos colonial e imperial até adentrar no recorte proposto. Considerou-se relevante situar o leitor dessa presença milenar dos povos indígenas na região de estudo.

O segundo capítulo apresenta a CGG/SP, seus objetivos e interesses, sua composição e seus agentes, contextualizando a Comissão junto ao ambiente histórico do oeste de São Paulo, evidenciando a presença de comunidades tradicionais, no interior do recorte temporal proposto, tratando das frentes pioneiras, da expansão da cultura do café, bem como debatendo a política

[1] Oliveira (1999) e Oliveira (2016) também traz contribuições no que diz respeito ao diálogo entre antropologia e história.

indigenista empreendida no contexto de transição monarquia/república, mais especificamente da(o) Província(Estado) de São Paulo naquele período.

O terceiro capítulo, subdividido pelas bacias hidrográficas do oeste paulista, demonstra efetivamente a presença indígena mediante os relatórios da CGG/SP, que evidenciam amplamente essa presença na narrativa dos chefes das expedições. Os Kaingang marcam incisivamente sua presença no entre Rios Tietê e do Peixe limitando-se ao Rio Paraná. Essa etnia, cuja estratégia centra-se, sobretudo, na fuga e no conflito deliberado, nutre relações de inimizade com os Guarani que são historicamente documentadas por Mota e Noelli (1999).

Os Guarani, por sua vez, ocupam sobretudo a bacia do Rio Paranapenema e, apesar da inimizade em relação aos Kaingang, buscam construir aproximações estratégicas com os colonizadores. Por último, os Ofaié, também amistosos e, como os Guarani, inimigos históricos dos Kaingang, ocupam a bacia do Rio Paraná, sendo a margem direita, atual Estado de Mato Grosso do Sul, seu território tradicional. Mas sua presença também é documentada na margem paulista nos relatórios da CGG/SP, bem como nos trabalhos de Dutra (2011).

O quarto capítulo, por fim, é subdividido a partir da forma como foram estabelecidas as relações entre os diferentes sujeitos presentes nesse contexto histórico. Tais relações, marcadas por fugas, aproximações e conflitos, buscam trazer as nuances dessas relações, conforme os interesses dos indígenas e suas ações práticas. Desse modo, tais ações, motivadoras dos interesses dos Kaingang, dos Guarani e dos Ofaié, conferem a história indígena do oeste de São Paulo a devida complexidade marcada de forma inquestionável por seu protagonismo, possibilitando, na medida do possível e mensuradas as contingências, uma nova leitura acerca desses sujeitos cuja histórica presença e ação devem constituir o campo da chamada história do Brasil.

CAPÍTULO 1
A HISTÓRICA PRESENÇA INDÍGENA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O presente capítulo evidencia a histórica presença dos povos indígenas na região oeste do Estado de São Paulo a partir de vestígios materiais datados do período pré e pós-conquista, sendo o planalto paulista, território do atual Estado de São Paulo, região de intenso tráfego de elementos culturais, considerada sua localização cercada do litoral atlântico, serras e matas densas. Além dos vestígios materiais, ou seja, arqueológicos, demonstra-se também a presença dos indígenas no período colonial, sobretudo a partir dos ciclos de apresamentos realizados nos séculos XVI e XVII na medida em que os bandeirantes e sertanistas paulistas incursionavam nos "sertões" deste Estado, com o objetivo evidente de se apropriar da mão de obra indígena para o trabalho na recém cidade de São Paulo e região, bem como em outras localidades da colônia.

Em seguida, revela-se como a política indigenista foi – em vaivéns – formulada nos anos finais do período colonial com as reformas pombalinas, perpassando pela intensificação das guerras justas, na ocasião da vinda da corte portuguesa ao Brasil em 1808, pelas discussões parlamentares realizadas no contexto do pós-independência, até a revogação da política estabelecida por Dom João VI, analisando com mais detalhes o caso de São Paulo.

Somente em 1845, a partir do estabelecimento do Regulamento das Missões e da Lei de terras de 1850, as intenções do Império brasileiro em relação a terra e a mão de obra dos indígenas foram explicitadas. Concomitante a esses processos as tensões entre indígenas e colonos se acentuavam na medida em que o Estado brasileiro regulamentava o acesso à terra, fomentando o processo de ocupação das regiões pelos seus agentes colonizadores no oeste da província de São Paulo.

1.1 As tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara do entre Rios Tietê e Paranapanema no oeste do Estado de São Paulo

> *As ocupações dos grupos ceramistas se deram e é um fato irrefutável tanto histórica quanto arqueologicamente.*
>
> *Perez, 2018.*

Considerando os pressupostos da etno-história, partindo de autores como Cavalcante (2011), Mota (2014) e Eremites de Oliveira (2003), além de Trigger (1982), mostra-se fértil o uso de abordagens diversas como recurso metodológico para a produção da história indígena.

Cavalcante, nesse sentido, afirma que "[...] a etno-história representa uma porção de liberdade metodológica que propicia ao pesquisador partir de um problema que se quer analisar e é o problema que determina as fontes e o método que se quer utilizar e não o inverso" e acrescenta "[...] que as teorias devem estar a serviço da pesquisa e não o inverso" (Cavalcante, 2011, p. 361). O uso de dados arqueológicos, portanto, insere-se nesse conjunto de abordagens e propicia uma maior abertura metodológica e, por conseguinte, uma compreensão mais complexa acerca de tais questões. Assim,

> Os vestígios do passado sempre foram interpretados, principalmente, com base em observações feitas no presente sobre as populações que já desapareceram e deixaram seus materiais espalhados pelo solo. Esses vestígios, por sua vez, não constituem em comportamentos humanos. Uma observação comumente aceita mostra que o passado, embora nunca diretamente observável, é, contudo, passível de conhecimento (Gould; Watson, 1982 *apud* Rodrigues, 2016, p. 65).

A tese de doutoramento de Glauco Constantino Perez (2018) traz um balanço acerca de laudos arqueológicos, artigos científicos, teses, dissertações etc., produzidas em variados meios de publicação sobre arqueologia em periódicos, universidades, arquivos brasileiros, separando a produção referente a outras partes do mundo do Brasil, com recorte para a região compreendida em sua pesquisa – sul e oeste do Estado de São Paulo. Em números absolutos, há uma quantidade significativa de trabalhos arqueológicos que contemplam as regiões sul e oeste de São Paulo, mas não tão expressivos quando comparados com outras localidades no Brasil. Além disso o autor se depara com a negligência de alguns pesquisadores quanto ao trato com os vestígios e a divulgação das pesquisas, na medida em que "uma vez um sítio escavado é uma página arrancada de um livro que é a estratigrafia removida" (Perez, 2018, p. 134). Apesar disso, há inúmeras evidências de sítios arqueológicos nas regiões dos Rios Tietê, Feio/Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio, que entrecortam a região oeste do Estado de São Paulo. Além dos Rios Paranapanema e Paraná, que constituem os limites administrativos entre este Estado, Paraná e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

É importante tratar aqui de alguns conceitos utilizados em estudos de arqueologia para melhor entendimento de como se dão as análises de sítios arqueológicos. Nesse sentido, Araújo distingue dois importantes conceitos: fase e tradição. Fase corresponde a "qualquer complexo

de cerâmica, lítico, padrões de habitação, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios", enquanto a tradição refere-se a um "grupo de elementos ou técnicas que se distribuem com persistência temporal" (Araújo, 2007, p. 10). Perez, por sua vez, utiliza do conceito de tradição como "ferramenta metodológica que permite sistematizar e compreender as informações descritivas dos grupos abordados" (Perez, 2018, p. 26). É o que diz respeito a tradição na elaboração desses autores, portanto – para além dos complexos debates teóricos referentes a esses conceitos[2] –, que nos interessa.

A tradição Tupiguarani abrange parte considerável do território paulista e pode se relacionar com os povos Guarani. A tradição Itararé-Taquara[3] se faz presente na região centro-sul do Brasil, pode se relacionar com a família linguística Jê e, por conseguinte, diz respeito aos grupos Kaingang e Xokleng, respectivamente.

A tradição Aratu-Sapucaí, por fim, que se fará menos presente neste capítulo e na sequência da pesquisa, tem como território principal o norte do Estado de São Paulo, na divisa com Minas Gerais.[4] De acordo com pesquisas direcionadas ao surgimento dessas tradições, como apontado por Rodrigues e Afonso (2002, p. 161), elas não se originaram no Estado de São Paulo, mas as características de intenso tráfego de culturas próprias desta região propiciaram a confluência das três tradições em um mesmo contorno geográfico.

Cabe aqui um parênteses acerca da possível relação da tradição Itararé-Taquara com os grupos Kaingang do sul e sudeste do Brasil. As primeiras relações estabelecidas foram feitas por Métraux (1946) e La Salvia (1968), referenciadas por Araújo (2007), mediante a associação entre dados arqueológicos e fontes etnográficas referentes a essa tradição. Foram notadas semelhanças entre os artefatos da linhagem cerâmica denominada Casa de Pedra e peças produzidas pelos grupos Kaingang. Esta hipótese fortaleceu-se sobretudo a partir de Miller Jr. (1978), "comparando fragmentos provenientes de sítios arqueológicos, fragmentos de locais historicamente conhecidos como de ocupação Kaingang e vasilhames feitos por duas informantes Kaingang moradoras dos P.I. (Posto Indígena) de Icatu e Vanuire (SP)" (Miller Jr., 1978 *apud* Araújo, 2007, p. 22), ambos localizados no oeste do Estado de São Paulo.

Marisa Coutinho Afonso, ao realizar um painel da arqueologia denominado pré-histórica do Estado de São Paulo, problematiza a inclinação de especialistas em filiar as

[2] Sobre tais debates, ver: Araújo, 2007, p. 10-12.

[3] Esta tradição por vezes aparece na bibliografia especializada como tradição Itararé, mas será referenciada neste trabalho como tradição Itararé-Taquara para fins de padronização. Para mais informações, ver: Araújo, 2007, p. 13-17.

[4] Para mais detalhes, ver: Asnis e Mano, 2020.

tradições arqueológicas deste Estado às tradições presentes nos Estados do sul do país como as tradições líticas (pedra) Umbu e Humaitá e as ceramistas (cerâmica) Tupiguarani e Itararé-Taquara. A autora compreende que essa redução acaba por gerar problemas quando da necessidade de interpretação arqueológica. Além disso, o Estado de São Paulo, sobretudo o oeste, constitui campo de convergência entre diversas culturas vindas do Sul, Leste, Oeste e Norte (Afonso, 2008). Nesse sentido,

> O planalto ocidental paulista poderia ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a oeste da bacia do Paraná; ao norte pelos campos e matas do Brasil central; e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas [...] cada uma dessas áreas geográficas ocupadas por populações indígenas culturalmente diferentes – Guarani (Mbya e Nhandeva), Tupi, Guaicuru-Mbaia, Aruak, Jê, entre outras [...] (Mano, 1998, p. 25 *apud* Rodrigues, 2007, p. 49).

Desse modo, alguns achados arqueológicos, à primeira vista exóticos, demonstram a complexidade das relações entre os diferentes grupos culturais que percorreram o planalto paulista. Constata-se, de todo modo, o predomínio das tradições cerâmicas Itararé-Taquara, Tupiguarani, além da Aratu-Sapucaí, restrita a região norte do Estado, na divisa com Minas Gerais. Rodrigues e Afonso (2002), portanto, consideram o Estado de São Paulo como limites fronteiriços de grupos distintos, sendo o Vale do Paranapanema, nesse sentido, um espaço estratégico para estudos arqueológicos e etnoarqueológicos.

Em levantamento realizado em sua pesquisa, Perez (2018) traz sistematizados o número de sítios arqueológicos da região analisada (sul e oeste), contando com 783 sítios pertencentes às tradições Itararé-Taquara e Tupiguarani, além de sítios não identificados com nenhuma tradição. Separando em tradições, os sítios Tupiguarani são definidos como

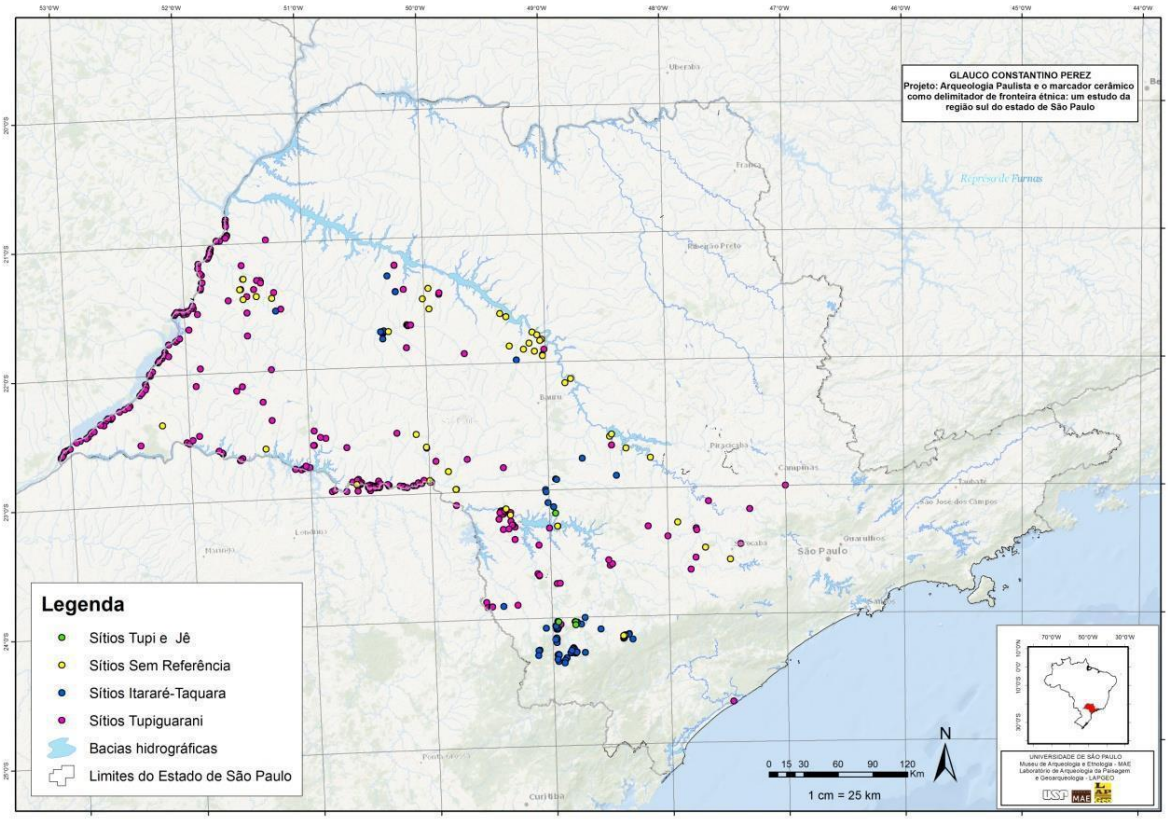
> pré-colonial, multicomponencial, com material distribuído em superfície e profundidade, a céu aberto, em planície ou em possíveis planaltos, mas que esteja com proximidade de água, já que o BD[5] indica uma grande quantidade deles em planícies de inundação (10,86%) ou média vertente (4,73%), e sítios em média entre 100 e 800m². Já os sítios da tradição Itararé-Taquara, são em sua maioria pré-coloniais, multicomponenciais, sítios de superfície, em céu aberto e com ocorrências em abrigos (apenas 0,64%), item que não acontece entre os sítios Tupiguarani, localizados em planaltos e média vertente e topo de colinas com tamanhos que passam poucas vezes de 600m² (Perez, 2018, p. 135).

[5] Banco de Dados.

É conferida grande importância a essas classificações, pois esses dados possibilitam a diferenciação entre ambas as tradições e a identificação de fronteiras culturais, base da argumentação desenvolvida pelo autor. Sua hipótese centra-se na ideia de que a ocupação possui cunho cultural, na medida em que a paisagem pode determinar as escolhas dos grupos pelos lugares ocupados. Nesse sentido, a condição de coletivo – ou grupo – adquire relevância, de modo com que "percebe-se que os grupos humanos habitam espaços que sejam de suas escolhas culturais" (Ibid., p. 136).

Ao trazer um conjunto de dados sobre as áreas de ocupação e dispersão dos grupos, o autor utiliza distintas metodologias para ilustrar claramente a localização e ocupação das tradições Tupiguarani e Itararé-Taquara pelo território paulista. Tais metodologias são abarcadas por um Sistema de Informação Geográfica (SIG) no qual se dispõe de um Banco de Dados (BD) dos sítios mapeados. A utilização do BD por ele mesmo elaborado se dá a partir da aplicação das informações deste banco em diversas classificações físicas e geográficas do Estado de São Paulo, com a finalidade de compreender a dinâmica das fronteiras culturais, foco de sua análise. A figura a seguir traz todos os sítios arqueológicos pesquisados por Perez, sistematizados em seu BD:

Figura 1 – Sítios arqueológicos do sul e oeste de São Paulo.



Fonte: Perez (2018).

Os pontos azuis correspondem aos sítios de tradição Itararé-Taquara, os rosados aos de tradição Tupiguarani, os amarelos, por sua vez, tratam-se de sítios não identificados. O grande número de sítios não identificados pode ser explicado pela negligência de pesquisadores, como citado anteriormente, no trato com os vestígios.

Araujo, nesse sentido, entende que a arqueologia de contrato, muito comum nos empreendimentos do Estado de São Paulo, ocasiona a destruição total de sítios inteiros, "sem a possibilidade de que outra equipe possa um dia voltar ao local e coletar amostras" (Araujo, 2024, p. 150) e grande parte dos laudos arqueológicos encontram-se carentes de informações detalhadas. Além disso, Araujo conclui que "tais dados [sem filiação a nenhuma tradição] tornam-se absolutamente inúteis do ponto de vista da construção do conhecimento científico e, por extensão, do ponto de vista da educação patrimonial", na medida em que há uma recusa em seguir a nomenclatura proposta pelo que é considerado 'histórico-culturalismo" (Araujo, 2024, p. 150).

Retomando Perez, este autor conclui que a partir da ocupação da paisagem, determinadas áreas são preferidas por determinados grupos. Assim, define-se "o oeste paulista

sendo essencialmente Tupiguarani enquanto o sul paulista é essencialmente ocupado pela tradição Itararé-Taquara" (Perez, 2018, p. 241).[6] Vale pontuar, além disso, que os sítios identificados correspondem ao período de longa duração de ocupação e as fronteiras entre esses grupos são passíveis de identificação. Sendo assim, Perez compreende fronteira não como linha que divide território. Por outra perspectiva, fronteira "é compreendida como porosa, flexível e maleável, em que regiões são instituídas como áreas de influência dos grupos ceramistas, e que possivelmente podem ter sido ocupadas por um ou outro grupo, em períodos históricos diferentes" (*Ibid.*).

O autor entende, portanto, que há uma preferência dos grupos Jê, ligados a tradição Itararé-Taquara, por territórios e fronteiras nos quais haverá à disposição o usufruto da pesca, caça e coleta, enquanto os Tupi, ligados a tradição Tupiguarani, seriam mais afeitos a agricultura, possibilitando a este grupo o trato com roças. Para o autor, "Embora ambos produtores de cerâmica, um grupo potencialmente é agricultor e o outro grupo caçador, pescador e coletor" (Ibid., p. 300). Tal afirmação vai ao encontro de informações levantadas por John Manuel Monteiro em seu clássico *Negros da Terra*, acerca do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, documento produzido pelo cronista Gabriel Soares de Sousa e publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) somente no século XIX, em 1851. Sousa, contaminado pela mentalidade colonial do século XVI, se referia aos Guaianá, povo Jê que neste período habitava as proximidades da cidade de São Paulo, como

> [...] gente de pouco trabalho, muito molar, não usam entre si lavoura, vivem de caça que matam e peixe que tomam nos rios, e das frutas silvestres que o mato dá; são grandes flecheiros e inimigos de carne humana [...] Não vive este gentio em aldeias com casas arrumadas, como os tamoios seus vizinhos, mas em covas pelo campo, debaixo do chão, onde têm fogo de noite e de dia e fazem suas camas de rama e peles de alimárias que matam (Sousa, 1851 [1587][7], p. 115 *apud* Monteiro, 2022 [1994], p. 23)[8].

[6] Araújo, 2007, p. 20, parte da mesma hipótese de ocupação da Tradição Itararé-Taquara na região sul do Estado de São Paulo. Entretanto, essa hipótese já fora levantada na década de 1960 por Chmyz et al. (1968).

[7] Além do recorte feito por Monteiro (1994), há outros elementos da mentalidade colonial de Sousa acerca das populações indígenas da América. O autor afirma nesse sentido que "Não são os Goianazes maliciosos, nem refalsados, antes simples e bem acondicionados, e facílimos de crer em qualquer cousa. [...] e quem acerta de ter um escravo Goianá não espera d'elle nenhum serviço, porque é gente folgasã de natureza e não sabe trabalhar" (Sousa, 1851 [1587], p. 115).

[8] Esta citação foi tirada da edição de 2022 de *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, publicado originalmente em 1994, mas o texto de Souza, publicado pelo IHGB em 1851 encontra-se disponível em: https://digital.bbm.usp.br/view/?45000009022&bbm/4795#page/116/mode/2up. Acesso em: 14 de maio de 2024. Daqui em diante a clássica obra de John Monteiro será referenciada como Monteiro (2022).

Hans Staden[9], em *Duas Viagens ao Brasil* (1557), ao se referir aos mesmos Guaianás, afirma: "Na serra há uma raça de selvagens chamados Guaianás. Eles não têm moradia fixa como os outros selvagens, que moram aquém e além das montanhas, e travam guerras com todas as outras tribos" (Staden, 2008 [1557], p. 110)[10]. Desse modo, urge uma questão. Afinal, quem são os Guaianás e qual sua relação com os grupos Jê que, por sua vez, relacionam-se a tradição cerâmica Itararé-Taquara?

Em sua dissertação de mestrado, Niminon Pinheiro faz um profícuo debate sobre a origem dos Kaingang. Com objetivo de elaborar uma etno-história deste povo, a autora lança diversas possibilidades de sua origem e dialoga com os autores que pensaram o surgimento dos Kaingang e sua possível relação com os Guaianá. Sintetizando este debate[11], a autora se alinha a hipótese de que "os Kaingang são herdeiros dos Guaianá. No entanto, para provar a ascendência Guaianá dos Kaingang necessitamos de um estudo etnográfico mais detalhado, isto é, que evidencie essa proximidade étnica" (Pinheiro, 1992, p. 57). Nessa direção, Mota e Assis, com base em estudos comparados dos campos da arqueologia e da linguística, afirmam ser o Brasil central a área de origem dos grupos Kaingang, que ocuparam imensas áreas dos Estados da Região Sul, parte meridional de São Paulo e o Leste da Província de Missiones (Mota; Assis, 2008, p. 28), área correspondente a ocupada pelos Guaianá. Os autores afirmam ainda que os indícios apontam que os Kaingang ocuparam a referida região antes dos Guarani, pois os sítios Guarani encontram-se invariavelmente próximos ou acima dos sítios dos Kaingang ou Xokleng. Novak aponta ainda que "Há mais de 2.000 anos, os Kaingang ocupam terras no sul do Brasil e parte da região sudeste. Seus territórios vão desde o rio Tietê em São Paulo, até as terras ao sul do rio Uruguai no Rio Grande do Sul" (Novak, 2017, p. 118-9).

Além dessa questão, Pinheiro relata que os Guaianá estavam em quase todas as rebeliões indígenas do primeiro século de colonização "devido à 'inadaptação' ecológica e cultural de seu grupo social às exigências da agricultura sedentária praticada pelos colonizadores. [...] de outra forma: as rebeliões eram devido ao caráter violento da invasão estrangeira nos seus territórios" (Pinheiro, 1992, p. 60). Essa percepção alinha-se com a distinção feita por Perez

[9] "Capturado por indígenas, Staden conviveu vários meses com eles como prisioneiro, tendo sobrevivido graças à sua habilidade, passando-se ora por francês, ora por uma pessoa de grande ascendência junto a Deus" (Prezia, 2010, p. 30). "A importância [de seu relato] se deve à experiência pessoal do autor, que embora prisioneiro dos Tupinambá, conseguiu fazer um relato bastante fidedigno daquela sociedade, fugindo dos escritos da época que privilegiavam o fantástico e o extraordinário" (*Ibid*., p. 31).

[10] Disponível em: https://prioste2015.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/10/duas-viagens-ao-brasil-hans-staden.pdf. Acesso em: 14 de maio de 2024.

[11] Para mais informações, ver: Pinheiro, 1992, p. 54-61.

entre os grupos Jê (Itararé-Taquara) e os grupos Tupi (Tupiguarani), comentada anteriormente (Perez, 2018, p. 300).

Prezia (2000) trata da questão Guaianá a partir da filiação linguística deste grupo, se pertence ao tronco Tupi ou ao tronco Macro-Jê. O debate acerca da "polêmica questão Guaianá" remete ao século XVI e dividiu os pensadores do século XIX em duas tradições: a tradição histórica, representada por Capistrano de Abreu, que via os Guaianá na filiação Jê (Guaianá-Jê), e a tradição insistente ou tradição paulista, que considerava os Guaianá, por sua vez, como parte da filiação Tupi (Guaianá-Tupi).

Monteiro confere grande importância à essa questão na medida em que "o 'problema Guaianá' dizia respeito à construção da história de São Paulo num momento crítico, confrontando-se a imagem idealizada do Tupi histórico com a do selvagem Kaingang contemporâneo" (Monteiro, 1992a, p. 125). O debate intelectual acerca deste problema desenrolou-se no âmbito da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo mediante a ótica dos paulistas. O debate perpassou por variadas facetas, como a idealização do "verdadeiro indígena", o dualismo Tupi/Tapuia e, nesse sentido, o contraste entre os Tupi do tempo da conquista e os selvagens Kaingang do interior etc. Desse modo

> [...] negar que os Guaianá fossem Tupi e que os mesmos dominassem o planalto na era da conquista significava questionar a credibilidade dos memorialistas e historiadores paulistas, sobretudo de frei Gaspar, Pedro Taques e até Varnhagen, cuja confiabilidade aliás já havia sido duramente questionada por Cândido Mendes de Almeida e pelo próprio João Mendes. Mais grave ainda, aceitar a noção de que os Guaianá eram Tapuia significava que todo o modelo da nacionalidade defendida pelos paulistas, calcado na unidade do Tupi-Guarani, podia ser desafiado. Era justamente isso o mais inadmissível no contexto da época, em que o espelho kaingang não proporcionava o retrato desejado pelos paulistas (*Ibid*., p. 128).

Em outro texto, Monteiro (1984) reafirma a ligação entre os Guaianá e os Tapuia do período colonial. Assim, o autor afirma que havia três grupos habitantes na região entre o litoral norte do Estado de São Paulo e a Serra da Mantiqueira, os Guaianá, os Maromimi e os Puri, sendo os Guaianá o maior deles. Nesse sentido, os Guaianá são possivelmente

> [...] os ancestrais dos Kaingang, nação que se destacou no fim do século passado [séc. XIX] e no início do presente [sec. XX] por sua resistência ao avanço da frente cafeeira no oeste paulista. [...] os Guaianá eram considerados pelos portugueses como Tapuia (em Tupi, 'escravo'), uma classificação geral

> de grupos não pertencentes à família linguística Tupi-Guarani (Monteiro, 1984, p. 24).[12]

Marcel Mano, por outra perspectiva, confere outra conotação para a discussão acerca das nomenclaturas Tupi e Tapuia, partindo do entendimento de que tais nomenclaturas, oriundas do período colonial, constituem antes de tudo uma construção discursiva. Na mesma linha de Monteiro (1992), essa construção é parte de um debate no qual estava em questão a construção histórica da cidade de São Paulo. De um lado, portanto, estava "a imagem idealizada do Tupi, de outro a ferocidade de grupos que ao longo dos séculos XVIII-XIX e início do XX se colocavam como obstáculos à civilização, tais como os Kayapó e Kaingang" (Mano, 2016, p. 52).[13]

Sendo assim, tanto "O significado de Guayaná, como o de Tapuia, está associado a noção de barbárie e, desde a documentação oriunda do século XVI, esses termos vinham acompanhados de descrições que os opunham aos Tupi". Trata-se, portanto, de uma "construção discursiva e alegórica da alteridade" (*Ibid*., p. 53). Os Kayapó, nesta perspectiva, constituíam o imaginário colonial sob o rótulo da barbárie, em oposição à civilização, e era aplicado de forma generalizada aos grupos não Tupi ou Guarani. Por fim, essas designações generalizantes, não se caracterizavam realidades etnográficas, "São, antes, produtos das condições históricas, sociais, culturais, econômicas e ideológicas do período colonial e por isso têm em comum a significação de bárbaro, selvagem, traidor, inimigo" (*Ibid*., p. 61).

1.2 O período colonial: missões, apresamentos e política indigenista

> *[...] o índio – quando mencionado – desempenha um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a antessala de um edifício maior onde reside a escravidão africana. [...] praticamente todos os aspectos da formação da sociedade e economia paulista durante seus primeiros dois séculos confundem-se de modo essencial com os processos de integração, exploração e destruição de populações indígenas trazidas de outras regiões.*
>
> *Monteiro, 1994*

[12] Este texto foi publicado originalmente na obra *Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração* (1984), sob organização da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Em 2016 foi republicado postumamente na coletânea *Povos Indígenas em São Paulo: novos olhares* (2016), pela EdUFSCar (Danaga e Peggion, 2016, p. 31).
[13] Este autor, tal como Pinheiro (1992) ainda discorre sobre a estreita relação entre os Guaianá e os Kaingang. Sinteticamente, "A ligação entre os Guayanaz e a região do Paranapanema faz sugerir a aproximação com os Kaingang – Coroado". Para mais detalhes, ver: Mano, 2016, p. 54-59.

As formas europeias de caracterizar este outro indígena partiam da tentativa de impor às sociedades indígenas seu modelo de dominação colonial de cima para baixo, de forma unilateral. Os desdobramentos do processo colonial, porém, não adquiriram os contornos desejados pelos portugueses e espanhóis, em função de diferentes interesses defendidos nesse processo pelos sujeitos nele presentes. Espanhóis, paulistas, jesuítas e indígenas, mediante complexas relações baseadas em alianças, rompimentos, revoltas etc., protagonizaram uma história de São Paulo e do oeste paulista cheia de expectativas e frustrações no atendimento de suas necessidades, desejos e interesses econômicos, territoriais, espirituais (Monteiro, 1994), na medida em que as interações entre os sujeitos resultavam em processos complexos e por vezes inesperados. Portanto, essas caracterizações de "índio manso" e "índio bravo"[14], Tupis e Tapuias/Guaianases[15] etc., tinham como pano de fundo uma lógica de dominação sobre o outro. Dominação, por sua vez, cujos resultados escapavam às expectativas previamente projetadas.

Desse modo, são necessários alguns cuidados no que concerne às análises sobre os Guarani, ou mesmo às distinções feitas entre Tupis e Tapuias, que caracterizam os primeiros partindo de uma ideia associada a passividade, enquanto os segundos, o seu contrário, conforme apresentado anteriormente a partir de fontes produzidas no período colonial. Monteiro (1992), no seu clássico texto *Os Guarani e a história do Brasil meridional – Séculos XVI-XVII*[16], desvencilha-se dessa compreensão com base em evidências etno-históricas referentes a organização política e territorial dos Guarani no período colonial. Nesse sentido, o autor, referindo-se ao Brasil meridional, afirma:

> [...] o surgimento de poderosas lideranças no decorrer dos séculos XVI e XVII, muitas das quais chefiaram rebeliões violentas contra o domínio espanhol, contesta frontalmente a noção de que os Guarani aceitavam passivamente a dominação colonial, sobretudo pela penetração de forasteiros carismáticos, tais como os jesuítas ou mesmo alguns paulistas (Monteiro, 1992, p. 480).

[14] Sobre a classificação *índios mansos* e *índios bravos*, a categoria foi proposta por Simão de Vasconcelos, missionário da Companhia de Jesus, que construiu sua obra em um período em que o Estado português na América buscava firmar sua identidade, "categorias que ainda hoje permanecem em camadas populares no Brasil" (Prezia, 2000, p. 113).

[15] No mesmo sentido, pode-se definir Tapuias e Guaianases simplesmente como não Tupi, sendo os Guaianã nos dizeres do cronista francês Jean de Léry "selvagens que são ainda mais Selvagens, vivendo no mato e na montanha" (Léry, 1578, p. 354 apud Prezia, 2000, p. 38).

[16] *In*: Cunha, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 475-498.

E mais: “Longe da imagem dos índios pacíficos e submissos, grupos inconformados com o caráter da dominação espanhola sublevaram-se pelo menos 25 vezes durante a segunda metade do século [XVI]” (*Ibid*., p. 484).

Portanto, Monteiro (2022) trata da questão das tensões presentes entre os jesuítas das missões e os colonos paulistas no que concerne ao trabalho indígena. Num primeiro momento, em meados do século XVI, período inicial do processo de colonização, os jesuítas atendiam as necessidades da coroa no que se refere ao desenvolvimento da colônia. Em tese eles funcionavam como contraponto à dizimação deliberada praticada por maior parte dos colonos. Entretanto, os métodos dos jesuítas – ainda que alternativos – tinham como objetivo final a assimilação e conquista dos povos indígenas. Essas tensões foram intensificadas, sobretudo a partir de 1612, ocasião em que os colonos paulistas ameaçaram expulsar os padres da região de Barueri. Para os colonos, “se os paulistas podiam destruir as missões do Guairá, por que não repetir esta mesma atividade mais perto de casa?” (Monteiro, 2022, p. 175). Outros fatores, no entanto, tensionaram ainda mais a relação, como o crescimento econômico dos jesuítas, além de algumas vantagens concedidas aos padres (*Ibid*.). A expulsão dos jesuítas ocorrera de fato alguns anos depois com o acirramento dessas tensões[17].

Destaca-se deste cenário duas importantes questões: a importância das missões no desenvolvimento do regime colonial e as expedições de apresamento realizadas na região do Guairá no que Monteiro faz referência como “a destruição do Guairá”. O foco recairá, inicialmente, sobre as reflexões acerca das missões jesuíticas.

Para Monteiro (2022), as missões são uma das questões mais interessantes e problemáticas da história do continente americano, sendo objeto de divergências entre os intérpretes acerca de seus significados. Uma questão que o autor pontua trata-se do eurocentrismo dessas interpretações, que centraram suas reflexões invariavelmente com base nos impactos dos grandes acontecimentos ocorridos no continente europeu. O autor propõe, na perspectiva da coroa espanhola, que o estabelecimento das missões se caracterizou como forma de pacificar os Guarani ainda não submetidos ao domínio colonial para, deste modo, integrá-los como força de trabalho para o desenvolvimento da colônia.

Os portugueses, por sua vez, tinham um ideal, ainda que contraditório, de liberdade para os povos indígenas (Monteiro, 1992). A questão central da argumentação do autor parte de uma

[17] A saída dos jesuítas de São Paulo ocorreu em 1640, “de forma vexatória” (Prezia, 2000, p. 105), num acirramento das disputas sobre os indígenas e os processos de escravização dos mesmos. Os padres só retornaram treze anos depois, sob outras condições. Uma dessas condições se deu na negação de sua parte nas decisões sobre a liberdade dos indígenas: “não serão nunca partes na execução nem publicação do breve que dizem ter de sua santidade sobre a liberdade do gentio” (Taunay, 1955, p. 94 *apud* Prezia, 2000, p. 105).

interpretação da ação dos jesuítas como ação subordinada aos interesses e necessidades da coroa espanhola. Trata-se, nesse sentido, da "inserção das reduções na sociedade e economia coloniais, mediante tributos, serviços militares e subordinação às autoridades eclesiástica e civil externas" (Ibid., p. 487). Mesmo que subordinados à coroa, os jesuítas serviram ainda como sujeitos desestabilizadores nesse processo, por travar embates em questões que envolviam principalmente o trabalho dos indígenas.

No que se refere à inserção dos jesuítas entre os Guarani, o autor aborda dois fatores convergentes que possibilitaram relativa harmonia neste encontro: a mitologia heroica dos Guarani que possibilitou a aceitação, em certa medida, dos "heróis civilizadores", e o outro partiu da necessidade do estabelecimento de acordos políticos com os padres "com vistas a garantir a preservação de sua liberdade, objetivo máximo dos índios" (Kern, 1982, p. 63-4 *apud* Monteiro, 1992, p. 488). Nesse processo, vale destacar a necessária adaptação dos padres em face das reivindicações dos indígenas para sua aceitação, na medida em que "os missionários frequentemente lançavam mão de métodos e recursos discursivos indígenas [...] a transformação dos jesuítas também fazia parte do desenvolvimento das missões" (*Ibid*.).

Há ainda um fato interessante em relação às resistências indígenas à aceitação dos jesuítas, que diz respeito a sua poligamia, o que gerava embates entre os dois lados. Em suas pregações, os padres, por vezes, preferiam não tensionar a relação moderando seus discursos ou até mesmo omitindo o sexto mandamento da doutrina católica (*Ibid*., p. 489). Percebe-se, nesse sentido, adequações de ambos os lados com o objetivo de possibilitar o contato entre os diferentes mundos. Em alguns casos, as restrições impostas pelos colonizadores geravam revoltas incontroláveis por parte dos indígenas que, não aceitando as restrições, rebelavam-se contra a autoridade dos jesuítas.

Não houve, portanto, a aceitação passiva por parte dos indígenas às missões jesuíticas. Esse processo entremeou-se de aceitação, quando interessante a esses povos, e resistência, quando considerado invasivo. Em casos específicos, outras camadas urgem para subsidiar as análises acerca do processo. Nesse sentido,

> [...] não seria correto ver a colaboração como algo diametralmente oposto à resistência, pois, em muitas situações, buscava-se o mesmo objetivo. Dentro do contexto cada vez mais restrito da *encomienda* paraguaia e das expedições de apresamento dos paulistas, as reduções também tornaram-se espaços para a liberdade, talvez o lugar mais adequado para a rearticulação da identidade guarani (*Ibid*., p. 490).

Em relatos produzidos nesse período, sob diferentes circunstâncias, a resistência dos indígenas do oeste de São Paulo adquire contornos mais violentos, como é o caso relatado pelo viajante alemão Ulrich Schmidel[18] que, saindo de Assunção na companhia de 20 Carijós, quatro espanhóis e dois portugueses, com destino ao Porto de São Vicente, no outro extremo do continente, deparou-se, próximo ao Rio Paraná, com uma emboscada dos Tupi cujos quais, nos relatos do viajante, são "altivos, orgulhosos e insolentes. Eles falam a mesma língua dos Carijó". Os viajantes "conseguem escapar com vida, embrenhando-se na floresta" (Schmidel, 1837 *apud* Prezia, 2000, p. 27)[19]. O missionário Antônio Rodrigues, que fez parte do mesmo grupo de Schmidel, "percorreu o atual Mato Grosso, Bolívia e o Chaco, tendo tido contato com muitos grupos indígenas" (Prezia, 2000, p. 54). O religioso "Afirma apenas que percorreu 360 léguas, através de '*unos gentiles llamados Tupinachinas*'. Com este nome designa seguramente os Tupi da região do Paranapanema, por onde passava o caminho do Paraguai para o litoral" (*Ibid*., p. 56).

Há uma diversidade de relatos no sentido de uma resistência da população indígena localizada em um amplo "interior" ou "sertão" – feitos por viajantes, missionários e cronistas vinculados à Companhia de Jesus – frente ao avanço de portugueses e espanhóis no centro do Brasil meridional. Um caso notório é o relato de Anchieta sobre os "Brasis" do sertão que se rebelaram contra colonos da Capitania de São Vicente em 7 de setembro de 1595, matando alguns desses colonos (*Ibid*., p. 72). Pero Rodrigues em "Vida do Padre Anchieta da Companhia de Jesus", traz outro relato deste mesmo personagem que, em viagem para o interior, a canoa de um dos mais famosos jesuítas da companhia virou, deixando-o um tempo sob a água. "Este episódio mostra o contato íntimo dos mamelucos do planalto com grupos tupis do interior, que resistiam à catequese e ao domínio português" (*Ibid*., p. 94).

A outra questão, latente durante todo o período colonial e que teve grande impacto sobre o Brasil meridional, em especial ao território hoje correspondente ao oeste de São Paulo, sul de Mato Grosso do Sul e noroeste do Paraná, refere-se aos apresamentos realizados pelos bandeirantes vindos da capital paulista cuja finalidade era levar grandes contingentes de indígenas para o trabalho em regiões próximas à cidade de São Paulo e mesmo para outras localidades mais distantes da colônia. Pode-se dizer que já em 1553, com a consolidação da ocupação portuguesa no planalto paulista, as fronteiras de seu sertão foram abertas para esses exploradores/apresadores. Para Monteiro "a consolidação da ocupação europeia na região de

[18] Prezia (2000, p. 27) atesta bom senso e um grande cunho de verdade em sua narração.

[19] A discussão feita por Prezia parte de relatos dos séculos XVI e XVII acerca das populações indígenas de São Paulo mediante análises realizadas a partir dos pressupostos da linguística e da etnologia.

São Paulo estabeleceu uma espécie de porta de entrada para o vasto sertão, o qual proporcionava uma atraente fonte de riquezas, sobretudo na forma de índios" (Monteiro, 2022, p. 45). A consolidação da ocupação, associada ao confronto entre colonos e jesuítas, relacionava-se também às expedições de apresamentos, que ocorreram em menor medida já no primeiro século de colonização.

Nesse horizonte, "os portugueses interessavam-se pelos Guarani de longa data", pois "Desde meados do século XVI, os primeiros povoadores da capitania de São Vicente percorriam os caminhos do sul e sudoeste, acumulando um considerável conhecimento das terras e populações situadas na zona intermediária entre as colônias ibéricas" (Monteiro, 1992, p. 490). O mesmo autor, em outra obra, cita o exemplo da "viagem de um certo Francisco Vidal, que, já em 1553, foi para o Paraguai, regressando em poucos meses com vinte escravos guarani" (Monteiro, 2022, p. 46).

Sendo assim, é notório que já no início da ocupação do planalto paulista havia conhecimento acerca dos indígenas do interior. Conhecimento que, em pouco tempo, tornou-se alvo de grande interesse por parte dos portugueses de São Paulo.

Tais incursões, que no início da colonização já eram em alguma medida praticadas, no século seguinte adquiriram novos contornos quantitativos e qualitativos. Por um lado, "o crescimento da lavoura comercial foi estimulado e, por outro, o apresamento da mão de obra indígena atingiu proporções nunca dantes alcançadas" (*Ibid*., p. 74). Outro fator que constituiu como pano de fundo para a intensificação desse processo incidiu sobre a chamada União das duas coroas, em que Portugal e Castela partilharam do mesmo rei do período de 1580 a 1640. Esse processo

> [...] facilitou a penetração portuguesa em terras de Castela, como a região amazônica e a bacia dos rios Paraná e Paraguai. Nestas últimas regiões, as consequências foram mais desastrosas, pois os paulistas não só tiveram a ousadia de penetrar no território espanhol, como também destruir as missões jesuíticas, levando enorme massa de escravos Guarani para São Paulo (Prezia, 2000, p. 80).

Monteiro cita a expedição de Nicolau Barreto que, "ao devassar o vale do Paranapanema em 1602-3, apresou cerca de 2 mil cativos tememinó[20]" (Monteiro, 2022, p. 74). Esses números

[20] Monteiro atenta para o fato de que esses Tememinó não são os mesmos que ocuparam a região do litoral norte do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. "Queria dizer algo como 'neto' ou 'descendente', oferecendo um interessante contraponto ao termo tamoio, que significava 'avô' ou 'ascendente'" (Monteiro, 2022, p. 289, nota 5). Também "É possível que estes Tememinó tenham sido os 'Tupi' que figuraram nas crônicas do

dão uma maior dimensão da intensificação da prática de apresamentos, processo que acirrou as tensões entre colonos e jesuítas[21].

Em meio a intensa disputa pela utilização dos indígenas no processo de colonização, os colonos paulistas passaram a intensificar o recrutamento por meio dos apresamentos, na medida em que "a estratégia de legitimar o recrutamento de escravos índios através da guerra justa mal disfarçava a intenção dos colonos em aumentar rapidamente seus plantéis de cativos guarani e outros" (*Ibid*., p. 66). Portanto, Monteiro compreende a resistência indígena nesse período como necessariamente atrelada à questão da escravidão.

As incursões ao sertão paulista tiveram sempre a mesma motivação: a necessidade da mão de obra indígena para os empreendimentos agrícolas em diversas localidades. Os Guarani eram muito hábeis, vale dizer, no que diz respeito ao cultivo agrícola. Habilidade que os portugueses tomaram conhecimento, pois "interessavam-se pelos Guarani desde a primeira metade do século XVI justamente pelas notícias que tinham da agricultura praticada por este povo" (*Ibid*., p. 87). As expedições, cujo pretexto centrava-se na procura por metais preciosos, e constituição de uma força de trabalho indígena, tinha sempre resultados parecidos: "todas as expedições tinham características comuns: voltavam com muitos cativos e sem nenhuma riqueza mineral" (*Ibid*., p. 74).

A busca por metais e pedras preciosas funcionava como pretexto para o aumento da posse de escravos indígenas de muitos colonos, evidenciando a verdadeira intenção por trás dessas incursões. Nesse sentido, "Não é de se menosprezar este artifício, pois, a partir do momento em que a Coroa começou a baixar leis e decretos coibindo o cativeiro indígena, os colonos buscaram qualquer pretexto para dar cobertura às atividades escravagistas" (*Ibid*., p. 75). Ainda na mesma direção "Quaisquer que fossem os pretextos adotados pelos colonos para justificar suas incursões, o objetivo maior dos paulistas era claramente o de aprisionar Carijó, ou Guarani, que habitavam um vasto território ao sul e sudoeste de São Paulo" (*Ibid*.).

As expedições realizadas no território do Guairá eram motivadas simplesmente pelo fato de nessa região concentrar um grande número de indígenas Guarani, na medida em que "O sertão era o objetivo da população masculina, de onde traziam o escravo e, posteriormente, o ouro" (Prezia, 2000, p. 106). Para além das tensões entre colonos e jesuítas, os paulistas queriam indígenas para constituição de sua mão de obra e no Guairá havia um grande número dos

século XVI como habitantes da região entre São Paulo e Paraguai, sendo estes inimigos tradicionais de grupos Guarani" (*Ibid*., p. 77).

[21] Francisco de Morais fala do "spiricto maligno dos de S. Paulo [que] vem pertubar (sic) o Collegio com suas missois" (Leite, 1965, p. 335-6 *apud* Prezia, 2010, p. 109).

mesmos, que possuíam um já conhecido manejo da agricultura. Passou-se a trocar a negociação e alianças pelo deliberado uso da força e da violência. Daí em diante, "Um destino terrível reservava-se às aldeias que ousassem resistir" (Monteiro, 2022, p. 90), de modo com que "Até 1632, as sucessivas invasões haviam destruído boa parte das aldeias guarani e virtualmente todas as reduções do Guairá" (Ibid., p. 91).

A violência, além disso, não se restringia à ação do apresamento propriamente dito, ela extrapolava esse primeiro contato e se estendia na longa volta até São Paulo, de modo com que, de acordo com o relato de um jesuíta, os paulistas conduziam os sujeitos apresados "com tanta crueldade que não me parecem ser cristãos matando as crianças e os velhos que não conseguem caminhar, dando-os de comer a seus cachorros...".[22] Entretanto, dada a face da violência, os paulistas encontraram também forte resistência por parte de indígenas e jesuítas. As reduções passaram a se organizar para receber os colonos e após alguns revezes na porção sul do Brasil meridional, o número de apresamentos se reduziu.

A historiografia tradicional[23] interpreta o movimento de apresamentos como necessidade de mão de obra escravizada para o trabalho nos engenhos de açúcar do litoral do nordeste com foco no fortalecimento daquele comércio, dada a necessidade de mão de obra para seu desenvolvimento. Essa perspectiva limita a dinâmica econômica e agrícola do planalto paulista "a uma modesta policultura de subsistência" (Monteiro, 1992, p. 493). Argumenta-se que

> Esta penúria generalizada, por sua vez, teria sido causa suficiente para estimular os paulistas a passar anos a fio em remotos sertões, em busca do "remédio para sua pobreza", no dizer da época. Na falta de jazidas de ouro e prata, este remédio teria sido o índio cativo, arrancado das missões jesuíticas e vendido para os senhores de engenho do litoral nordestino (Ibid., p. 493).

Monteiro, entretanto, propõe outra interpretação. Sendo assim, não resta dúvida que muitos cativos indígenas foram comercializados no litoral brasileiro, mas a presença significativa desses indígenas no planalto paulista indica que houve um desenvolvimento econômico no planalto que foi muito além da supracitada modesta policultura de subsistência. "Existe portanto um curioso paradoxo entre o modelo convencional de agricultura de

[22] Nicolas Durán a Francisco Crespo, 24/9/1627 *apud* Monteiro (2022, p. 90).

[23] Monteiro designa essa linha de análise denominada "historiografia tradicional", ao que pode ser compreendida, grosso modo, como uma historiografia que não necessariamente conduz suas análises historiográficas a partir da noção do protagonismo indígena.

subsistência e a presença de vultosos números de cativos índios entre as posses dos paulistas ao longo do século XVII, obviamente produtos do sertanismo" (*Ibid*., p. 494).

O autor detalha esses números sistematizados estabelecendo uma relação entre cativos e proprietários presentes no planalto paulista no período de 1600 a 1729, de acordo com inventários de bens, o que torna evidente o desenvolvimento de um comércio robusto no planalto. Até mesmo o famoso Raposo Tavares, apesar de suas idas e vindas dos sertões brasileiros, estabeleceu-se em uma próspera fazenda próxima ao Rio Tietê em 1632, no que Monteiro (2022) contabilizou, mediante análise de documentos do período, com um plantel robusto de 117 escravos indígenas. Além dele, outros famosos chefes que marcaram presença na invasão do Guairá também se estabeleceram como prósperos fazendeiros, "Tal foi o caso dos irmãos André, Domingos e Baltazar Fernandes, cuja cota na partilha das presas formou a base das vilas de Parnaíba, Itu e Sorocaba, respectivamente" (*Ibid*., p. 98)[24].

Foram diversos os fatores que alteraram significativamente a dinâmica das sociedades indígenas no Brasil meridional. As epidemias trazidas da Europa por portugueses e espanhóis, até então desconhecidas entre as comunidades do Novo Mundo, impactaram significativamente a organização social dos Guarani, bem como a fome, as rivalidades e guerras intertribais[25] etc. A condução de contingentes de indígenas para o trabalho nas fazendas e em quaisquer unidades de produção dos colonos surtiu efeito prático e rápido entre os primeiros habitantes do Novo Mundo. Não à toa, diversas epidemias manifestaram-se de 1610 a 1640, quando se intensificou o contato à oeste, com os jesuítas, e à leste, com os paulistas do planalto (Monteiro, 1992). Até mesmo no contexto da guerra entre os Tupinambá e os Tamoio as doenças contagiosas foram utilizadas como arma biológica pelos europeus.

Entretanto, antes de incorrermos no erro de propagar uma "crônica da extinção das populações indígenas", deve-se considerar as estratégias utilizadas por esses povos diante de das situações mais adversas por eles vivenciadas. É difícil se ter precisão quantitativa dos impactos das epidemias, em função, sobretudo, de serem imprecisos os dados acerca da população indígena em período anterior ao contato. Desse modo, Monteiro afirma: "A queda da população indígena numa determinada região não significava apenas a intensificação da mortalidade, pois também se devia, muitas vezes, às migrações voluntárias e forçadas que tanto marcaram a história dos Guarani" (*Ibid*., p. 484). A mobilidade espacial, portanto,

[24] Essas informações estão sistematizadas também em Monteiro (1992, p. 494).

[25] Noelli e Mota (1999) e Novak (2017) afirmam, nesse sentido, que os conflitos no território do Guairá não se iniciaram a partir do processo de conquista colonial iniciado no século XVI, pois os conflitos entre os Kaingang e os Guarani no sul do Brasil ocorriam antes mesmo da chegada dos europeus neste território.

caracterizava-se como estratégia dos povos indígenas frente ao avanço de espanhóis, portugueses e com eles as epidemias. Mas, como já discutido, essa não foi a única estratégia ao domínio colonial, tendo sido ela uma das diversas formas de resistência e articulação.

Mais adiante, na segunda metade do século XVIII – contexto no qual a recomendação das autoridades ibéricas centrava-se na incorporação das sociedades indígenas à sociedade colonial mediante o trabalho –, a fronteira oeste do Brasil meridional constituía região estratégica para a coroa portuguesa na medida da acentuação dos conflitos entre as coroas ibéricas e os povos indígenas presentes na região (Kok, 2015). Os paulistas rumaram, nesse sentido, para o outro extremo da América portuguesa em função da descoberta de ouro em Cuiabá, em 1718, e em Goiás, em 1725, provocando conflitos entre portugueses e espanhóis das mais variadas instâncias de ambas as coroas, e as populações denominadas Kayapó meridionais (Cayapó), Mbayá-Guaikurú e Payaguá que, por apresentarem resistência ao processo de conquista, esbulho de seus territórios e escravização, foram tidos como bárbaros (*Ibid*.).

A articulação dos indígenas da região se dava de diversas formas: "aproveitavam-se das disputas que ocorriam nas fronteiras ibéricas para articular estratégias políticas e comerciais" (Ibid., p. 700). Os Payaguá, por exemplo, comercializavam negros, mamelucos, portugueses e mulatos por ouro e prata em Assunção. Já na metade final do século, precisamente na década de 1770, Kok remete ao avanço da coroa portuguesa e a intensificação do processo de conquista da fronteira oeste do Brasil meridional, sendo que

> [...] foram fundados os presídios de Albuquerque e Coimbra, com a função de dar proteção à navegação dos paulistas e conter as incursões dos Guaikurú [...]. Apesar das suas condições precárias, essas fortificações foram eficazes na guerra de conquista dos nativos e na interrupção da circulação dos grupos indígenas pelo território sul-americano (*Ibid*., p. 704).[26]

Mais ao sul, na região sudoeste da capitania de São Paulo, região que se tornaria a província do Paraná em 1853, mediante o desmembramento da província de São Paulo, os portugueses, ao que parece, encontraram maior resistência. Sposito, ao analisar a documentação do período, afirma em consonância com Kok que "houve a tentativa de controlar a fronteira oeste do Império português, tanto defendendo-a dos espanhóis, como definindo seus contornos internos, controlando as populações nativas que viviam na região" (Sposito, 2006, p. 50). A

[26] Os Guaikurú são conhecidos por serem valentes guerreiros em contextos de batalha e dispunham de "armas bem diversificadas, reflexo do intenso intercâmbio cultural nas fronteiras: arco e flecha, porrete, laço de couro, remo de canoas afiado nas extremidades, lança, facão e espingarda" (Kok, 2015, p. 698).

intenção da coroa portuguesa era impulsionar a fixação de povoadores nas terras do oeste da capitania com o objetivo de abrir rotas de acesso mediante rios e estradas. Para tanto, era necessário estabelecer "guerras justas" contra os grupos indígenas – Kaingang, Xokleng, Kaiowá e Guarani. As diversas expedições, realizadas durante o governo de Morgado de Mateus (1765-1775), cujo objetivo por consequência centrava-se na submissão das populações indígenas daquela região, não obtiveram sucesso em função da intensa resistência desses grupos frente aos avanços dos portugueses de São Paulo (Sposito, 2006).

No que concerne especialmente à política indigenista desse período, Beatriz Perrone-Moisés a define categoricamente como: "Contraditória, oscilante, hipócrita: são esses os adjetivos empregados, de forma unânime, para qualificar a legislação e a política da Coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Brasil colonial" (Perrone-Moisés, 1992, p. 115). Portanto, trata-se de uma política indigenista marcada por contradições e que exerce repercussão imediata no que é considerado por historiadores do período como o motor da história colonial: a questão da liberdade dos indígenas[27].

Os indígenas, ou mais especificamente sua conversão, eram a justificativa da coroa para sua presença nas terras do Novo Mundo, ao passo que eram também a mão de obra sem a qual o projeto colonial português não teria êxito. Nesse contexto, três sujeitos estavam profundamente implicados na questão: os jesuítas, cujo projeto moral e religioso mantinha os indígenas aldeados e a paz colonial em alguma medida vigente; os colonos (paulistas), cujo projeto econômico dependia fundamentalmente da mão de obra indígena; e os próprios indígenas que estabeleciam relações possíveis à medida de seu interese. Era a partir dessa relação que eram geradas as tensões entre esses sujeitos, como demonstrado anteriormente, na medida em que a tentativa de conciliação dos projetos coloniais concorrentes caracterizou, nesse sentido, a política indigenista do Brasil colonial.

Pode-se distinguir, grosso modo, duas categorias de indígenas, os aldeados e aliados, e os escravos, inimigos. Quanto aos aldeados, sua relativa liberdade é garantida durante o processo de colonização. Para isso, é preciso que os contingentes sejam "descidos" do sertão para próximo dos povoados portugueses, constituindo as aldeias, comandadas teoricamente por jesuítas e capitães indígenas. Nas aldeias, por fim, devem ser catequizados e civilizados. Os aliados, do mesmo lado, têm o direito à liberdade e auxiliam os portugueses em guerras, descimentos e defesa das imediações coloniais. No que se refere aos escravos e inimigos, são definidos assim por diversos motivos. A guerra justa, movida contra os indígenas passíveis de

[27] João Francisco Lisboa, Stuart Schwartz, entre outros.

cativeiro, se dá a partir da "recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassalos [escravos indígenas] e aliados dos portugueses [...] só haveria guerra justa se preexistisse uma injustiça do adversário" (*Ibid*., p. 123). Além disso, a salvação da alma e a antropofagia também constituem motivações para a guerra justa, apesar de muitos portugueses considerarem que a guerra não é a melhor forma para a conversão. Dois dos grandes expoentes jesuítas, Anchieta e Nóbrega, defenderam em algumas de suas cartas a guerra como única forma de conversão (Ibid., p. 124).

As questões referentes à política indigenista permaneciam muito restritas a um Estado português ideal, cujo objetivo primeiro em relação aos indígenas era a catequização. No entanto, na prática, incontáveis abusos eram praticados contra os indígenas aldeados, que possuíam a liberdade como premissa de sua relação com a coroa portuguesa. Vide, por exemplo, os diversos casos relatados por Monteiro (2022), dos "índios carijó", que, de acordo com a política indigenista, tinham o direito à liberdade, mas que eram sistematicamente utilizados como mão de obra nos empreendimentos portugueses Brasil afora, que se desenvolveu sobretudo mediante a força de trabalho de indígenas apresados em expedições de larga escala.

Conclui-se, portanto, que

> A política indigenista não é mera aplicação de um projeto a uma massa indiferenciada de habitantes da terra. É, como toda política, um processo vivo formado por uma interação entre vários atores, inclusive indígenas, várias situações criadas por essa interação e um constante diálogo com valores culturais (Perrone-Moisés, 1992, p. 129).

Atenta-se para o fato de que qualquer discussão acerca da política indigenista no decorrer da história do Brasil deve partir não de uma perspectiva cujo caráter de seu estabelecimento tenha contornos de verticalidade, de uma política forçada de baixo pra cima, mas de um conjunto de leis que atendem ou não às expectativas de seus proponentes, em função das ações dos sujeitos presentes nessa complexa relação, dentre eles os povos indígenas.

Os aldeamentos indígenas, controlados pelos jesuítas, eram invariavelmente fontes abundantes de mão de obra para os portugueses. Essas localidades, sua utilização e apropriação pelos jesuítas em detrimento dos paulistas, acabava por gerar os maiores pontos de conflitos entre os diferentes interesses ali expressos, sendo que este cenário conflituoso perdurou por quase três séculos de colonização (Sposito, 2006). Durante esse longo período de uma política

indigenista oscilante e contraditória, como apontado por Perrone-Moisés (1992), o trato dos portugueses para com os povos indígenas passou por diferentes períodos e desdobramentos[28].

A oscilação da coroa portuguesa no âmbito dessa política indigenista explica-se por duas razões: a heterogeneidade dos povos indígenas, que culminaria nas diferentes formas de tratamento dada pelos portugueses aos diferentes grupos, sendo que havia etnias que se relacionavam de forma amigável com os colonizadores, mas também havia as que reagiam ao contato de forma hostil; a segunda razão, por outro lado, congregava fatores que "dependendo dos interesses econômicos e estratégicos presentes em determinado período e local da colônia, a presença de indígenas e sua utilização econômica poderiam implicar em diferentes posturas" (Sposito, 2006, p. 44).

Dito isso, uma alternativa a esse cenário consistiu no Diretório dos Índios, política indigenista idealizada pelo Marquês de Pombal e implementada no Estado do Maranhão e Grão-Pará em 1755, sendo estendida por toda a colônia portuguesa em 1758. A política pombalina foi pensada e elaborada na esteira dos ideais iluministas, que eclodiram na Europa a partir do século XVIII (*Ibid*.). A corrente filosófica da ilustração tinha como parte de suas características o combate a Igreja Católica e sua larga influência sobre os Estados europeus do Antigo Regime com base no cientificismo e na crítica da razão (racionalismo) (Silva; Silva, 2009).

> Nesse sentido, as práticas missionárias, o discurso cristão, o imaginário da fé e da salvação foram substituídos pela ideia laica de 'civilização', tratando de propor a inserção dos aborígenes não somente no reino dos céus, mas principalmente no reino da terra, ou seja, tornando-os verdadeiros súditos do rei de Portugal (Sposito, 2006, p. 44)

Essa virada na mentalidade europeia culminaria com a expulsão dos jesuítas em 1759, mas na prática houve alguns limites no que se refere às alterações da estrutura colonial. Com as novas diretrizes, a escravidão indígena foi proibida e as estruturas dos aldeamentos, antes jesuíticos, foram alteradas de modo com que a administração foi transferida a um diretor, cujo objetivo final de sua atuação era a incorporação do indígena na sociedade colonial. A catequese, por sua vez, passou a ser vista como nociva aos interesses da coroa uma vez que os padres obtinham certa autonomia, ficando subordinados à Roma e não à coroa portuguesa. Além disso, a língua geral tupi, fomentada pelos jesuítas a partir de variações de línguas tupi, distanciava os povos indígenas dos ideais de incorporação. (*Ibid*.). A política instituída pelo Diretório dos

[28] Monteiro (1984, 1992 e 1994); Perrone-Moisés (1992).

Índios visava, portanto, acelerar a incorporação das comunidades indígenas à sociedade colonial.

Alguns setores da estrutura colonial, entretanto, viram a política pombalina como desastrosa na medida em que os povos indígenas acabaram sendo negligenciados na nova estrutura dos aldeamentos comandados por "diretores inescrupulosos", nos dizeres de Sposito (2006). Essa visão percebia os indígenas como sujeitos incapazes de viver com dignidade, sem a ajuda de outrem, ficando relegados a penúria. Portanto, no ano de 1798, foi instituída uma Carta Régia que anulou os efeitos da política pombalina. Na prática, a carta objetivou a igualdade jurídica com os demais súditos da coroa portuguesa, sendo assim, "em desigualdade de condições, os indígenas, igualados em direitos, eram 'livremente' retirados de suas terras sem nenhuma contrapartida" (*Ibid*., p. 46). Portanto, a anulação da política pombalina surtiu efeitos nefastos para os povos indígenas aldeados na medida em que dificultou a permanência desses grupos nos territórios a eles destinados, além de possibilitar mais uma vez o trabalho escravo público e privado (*Ibid*.).

Desse modo, Sposito aborda as interpretações correntes no período acerca da política pombalina, sendo que o diretório, instituído em 1757, foi tratado como praticamente sem efeitos aos fins aos quais se propôs, mas sua revogação no final deste século, em 1798, foi, contraditoriamente danosa aos indígenas. A autora vê a questão da seguinte forma: "não se deve, à maneira dos críticos do século XIX, atribuir o agravamento dos conflitos entre indígenas e luso-brasileiros à política pombalina, que extinguiu os aldeamentos e a catequese jesuítica, mas sim atribuí-la à política ofensiva que a sucedeu" (*Ibid*., p. 46-7). O marco dessa sucessão é evidenciado a partir das Cartas Régias promulgadas por Dom João VI em 1808 e 1809, na ocasião da vinda da família real ao Brasil, no início do século XIX, imposto pela invasão dos franceses no território da metrópole portuguesa[29]

D. João VI, portanto, ao desembarcar no Brasil, adotou uma ofensiva contra os povos indígenas, em razão, sobretudo, da necessidade de ocupação de regiões do interior do território, visto que a metrópole, antes mesmo da chegada do rei à colônia, vivenciava duras crises econômicas (Mesgravis, 2023). Essa ofensiva deveu-se à resistência dos chamados botocudos, que ocupavam as capitanias ao norte de São Paulo, como Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Nas palavras do próprio D. João VI,

> Sou servido por estes, e outros justos motivos, que ora fazem suspender os effeitos de Humanidade, que com elles Tinha Mandado praticar, Ordenar-vos

[29] Para mais detalhes, ver: Mesgravis (2023).

> em primeiro lugar: Que desde o momento, em que receberdes esta Minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes Indios Antropophagos huma Guerra Offensiva (Cunha, 1992, p. 63)[30].

Essa estratégia de guerra ofensiva aos indígenas vislumbrava os interesses dos colonos que estabeleciam fronteiras com esses povos nos "sertões" do Brasil, de modo a favorecer as atividades econômicas empenhadas pelos portugueses, tanto que a diretriz do rei foi estendida às capitanias mais ao norte da colônia, como Goiás e Pará, sendo sumariamente expandida por todo o território em poucos anos (Sposito, 2006). Sua continuidade só foi interrompida anos mais tarde, em 1831, com a revogação da política de guerra justa instituída por D. João VI, como demonstrada no próximo item.

1.3 O Império brasileiro: a política indigenista, aldeamentos e Lei de Terras de 1850

> *Essas primeiras medidas da Diretoria nos mostram um tanto sobre a intenção condensadora que estava contida na nova legislação. Procurou-se reunir os índios errantes dos sertões em novos aldeamentos, mas também, buscou-se reagrupar, em espaços anteriormente estabelecidos para este fim, grupos dispersos de uma população indígena ou identificada como sua descendência, constantemente mencionados nas fontes (os grupos) como estando a divagar pelos distritos circunvizinhos por se verem banidos de suas terras.*
>
> *Dornelles, 2017.*

Em março de 1824, foi outorgada arbitrária e contraditoriamente por D. Pedro I a primeira Constituição do Brasil, fundada a partir dos preceitos liberais, sendo valorizados os ideais de igualdade jurídica, liberdades individuais, tripartição de poderes a despeito da instância moderadora, entre outros valores. Apesar do vício de origem, a constituição estava dentro dos parâmetros liberais característicos do período (Dolhnikoff, 2022). A questão indígena foi ponto de grande relevância em um período marcado pela tentativa do recém fundado Estado brasileiro em construir uma nação[31], formando-se um Estado Nacional. Apesar

[30] Carta Régia ao Governador e Capitão General da capitania de Minas Gerais sobre a guerra aos Indios Botocudos, escrita em 13 de maio de 1808 (Cunha, 1992, p. 58-9).

[31] Schwarcz e Starling (2015, p. 222) afirmam nesse sentido que "nossa emancipação não deixou de ser particular e trivial. Se o movimento foi liberal, porque rompeu com a dominação colonial, mostrou-se conservador ao manter a monarquia, o sistema escravocrata e o domínio senhorial. [...] Com isso, noções bastante frouxas de

disso, os povos indígenas não se fizeram presentes na carta outorgada em 1824, não são sequer mencionados. Manuela Carneiro da Cunha define a questão como um vazio legislativo iniciado com a revogação do Diretório Pombalino, em 1798 e que só se encerraria em 1845, a partir do "Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios"[32].

Sposito (2006), para além da noção de vazio legislativo, analisa a documentação do período da elaboração da constituição imperial que, embora não tenha sido levada em consideração, em razão da ação arbitrária de D. Pedro I, os debates e assembleias constitucionais foram realizados. Os povos indígenas figuravam nessas discussões nem como cidadãos nem como brasileiros, conforme hipótese da autora, uma vez que "além de não pertencerem à sociedade civil, não compartilhavam nem mesmo os valores da cultura ocidental, estando, portanto, fora dos planos político e social que se delineavam" (Sposito, 2006, p. 19), evidenciando o caráter contraditório da noção de igualdade jurídica característico da premissa liberal. Tal contradição, relativizada, adquire alguma coerência, já que a igualdade jurídica não implica, por sua vez, igualdade irrestrita a todos os membros da sociedade, vide as práticas liberais dos séculos XVIII e XIX. De tal modo que "Aos grupos dirigentes imperiais coube a tarefa de definir os membros da nação, estabelecendo quem possuiria direitos sociais, quem teria direitos políticos e, ainda, aqueles que não cabiam nesse modelo social, como escravos e indígenas" (*Ibid*., p. 23).

A mesma autora defende que a ideia de vazio legislativo apresentada por Cunha (1992) se mostra, em certa medida, limitada quanto ao entendimento da construção da política indigenista do império brasileiro, que não aconteceu de modo imediato. Sua hipótese parte da premissa que os inúmeros conflitos que cercaram a construção do Estado e da Nação brasileiros, dotados da complexidade envolvendo a questão indígena, tiveram como pauta justamente este "problema". Portanto, apesar de não haver menção a estes grupos na Constituição outorgada por D. Pedro I, a questão foi amplamente discutida nas diversas assembleias que se propuseram a esta construção, assim, "este aparente vazio estava dotado de sentido" (Sposito, 2006, p. 57). Patrícia Melo Sampaio, na mesma direção, afirma que quando revogado o Diretório dos Índios em 1798, a política indigenista se descentralizou. No período imperial, a autora afirma que as assembleias legislativas provinciais passaram a exercer a prerrogativa "para legislar sobre uma variada gama de assuntos e dentre eles os destinos dos índios que habitavam suas respectivas

representatividade das instituições se impuseram, mostrando como a Independência criou um Estado mas não uma Nação".

[32] Decreto 426, de 24 de julho de 1845.

jurisdições", portanto, não havia de fato uma legislação indigenista unificada a todo o império. No entanto, tal constatação

> [...] não nos permite reforçar a idéia de um 'vácuo legal'. A ênfase na diversidade das experiências nativas pode nos permitir contextualizar melhor a profusão de normas, decretos, leis, regulamentos, entre outros instrumentos normativos, de abrangência restrita ao âmbito das províncias que, de certa forma, deram o tom da diversidade da legislação indigenista do século XIX e que não perderam as conexões de diálogo com as diversas experiências coloniais. [...] permite-nos redimensionar uma ideia corrente na historiografia de que, ao contrário do período colonial, o Império 'pouco legislou sobre os indígenas' (Sampaio, 2009, p. 184).

Prosseguindo com o debate, Sposito, a partir da análise dos anais da Câmara dos Deputados do início do império, remonta os debates que cercaram os conflitos entre indígenas, colonos e os subsequentes avanços coloniais nas fronteiras indígenas. Assim, "na pactuação política liberal do novo regime, não havia problema legal em deixar os indígenas e os escravos de fora da sociedade civil e política, no dia a dia, no decorrer dos anos e décadas, essa questão foi trazendo contornos insustentáveis dentro da nova ordem" (Sposito, 2006, p. 62). Quando discutidos, os diálogos acerca da questão indígena circundavam o campo do desenvolvimento econômico da nova nação e a consequente ocupação territorial. Portanto, não havia separação entre esses temas, ambos eram debatidos invariavelmente quando da necessidade de debatê-los.

Sendo assim, as discussões referentes a catequização desses grupos readquiriram contornos de relevância na medida em que a escravidão africana é colocada em xeque mediante pressões externas advindas da Inglaterra, num vaivém de discussões amenizadas e esquecidas de acordo com as necessidades da classe dirigente responsável pela elaboração da constituição. Uma questão importante, nesse contexto, trata-se da tentativa fracassada dos presidentes de províncias na elaboração de um recenseamento sob determinação do governo central. A tentativa de mapear a população indígena malogrou em razão da falta de controle dos provinciais locais sobre esses povos, na medida em que "é importante perceber a extrema dificuldade dos nacionais em controlar aquela população, sendo seu Estado incapaz até mesmo de dimensioná-la" (*Ibid*., p. 67).

A conclusão que a autora chega no que diz respeito a questão indígena no período imperial da história do Brasil, portanto, é que apesar da ampla discussão, nenhuma legislação foi aprovada no que concerne aos povos indígenas em razão da falta de consenso de um projeto que abarcasse adequadamente esses povos, conforme os interesses da elite nacional. Isso se deve, num primeiro momento, a falta de prioridade dos constituintes para uma melhor

elaboração a esse respeito, sobretudo nas duas décadas iniciais do novo Estado, uma vez que a preocupação central recaía sobre a necessidade de articular os interesses das várias partes e sujeitos presentes no amplo território administrativo do Brasil.

Além disso, a questão do trabalho indígena, igualmente, não foi objeto de consenso – dado o complexo contexto em que se debatia a escravidão negra –, se seriam eles ou não os trabalhadores nacionais. Mesmo a questão da existência e continuidade desses povos não era objeto de consenso, tanto que a política de guerra justa de D. João VI vigorou até o ano de 1831, apesar de posturas mais conciliadoras também se mostrarem presentes nesses debates, como é o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva no seu famoso "Apontamentos sobre a civilização dos índios bravos do Império do Brasil"[33] (*Ibid*.).

No que diz respeito especificamente a importância da província de São Paulo nas políticas imperiais, é notório o fato de que grande parte dos povos indígenas presentes nessa província era considerada arredia à sociedade nacional e suas pretensões de expansão dos territórios com finalidades econômicas, de modo com que esta porção do Brasil central, estratégica para a consolidação das fronteiras do império, constituía um grande desafio para o governo imperial. Foi na Província de São Paulo, inclusive, que se iniciou a política de conversão dos povos indígenas a partir da vinda de missionários capuchinhos, para depois adentrar outras partes do território nacional (*Ibid*.). Sobre essa questão, Sposito (2006, p. 214) conclui:

> Assim, seja porque São Paulo esteve bastante articulada com a definição dos rumos do Estado imperial, tornando-se, ao longo do século XIX, uma das mais influentes regiões do império, seja porque as dimensões das relações dos indígenas com os nacionais estabelecidas em seu território foram realmente muito relevantes, o fato é que parte dos eventos ocorridos nos recônditos do território paulista tornaram-se importantes e paradigmáticos para a política indigenista imperial (*Ibid*., p. 214).

Desse modo, a política indigenista do império brasileiro, sendo o período de 1822 – ou mesmo a partir de 1798, data da revogação da política pombalina – até 1845, dotado de um vazio legislativo, como propõe Cunha (1992), ou mesmo que este vazio esteja dotado de sentido, como assinala Sposito (2006), ou ainda que haja uma profusão de atos institucionais conforme apontado por Sampaio (2009), em 1845 é instituído o Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios.

[33] *In*: Cunha (1992b).

Os antecedentes da criação do regulamento das missões remontam ao estabelecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), oriundo de uma forte tradição europeia iluminista, cujo objetivo se deu na construção de um ideário de nação centrado na tentativa de amalgamar as diversas culturas presentes no território nacional em uma única nação, a nação brasileira, tal como elaborado por José Bonifácio ainda em 1813: "amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc. etc. etc., em um corpo sólido e político" (Bonifácio, 1813 *apud* Guimarães, 1988, p. 6).

Assim, desde o início da circulação da Revista do IHGB[34], foram diversos os artigos que propunham a utilização de indígenas na sociedade nacional mediante sua conversão, civilização e incorporação (Sposito, 2006), em um duplo projeto de "dar conta da gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo" (Guimarães, 1988, p. 8)[35]. Associa-se a isso a origem do IHGB no interior da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), ligando os propósitos de construção da nação à questões estratégicas, econômicas e também de consolidação desses aspectos a partir de pretensões historiográficas. Portanto, nos primeiros volumes da Revista do IHGB, a proposta mais constante defendia o modelo de catequização e civilização cuja finalidade rumava para o objetivo da formação de trabalhadores nacionais. A relevância dessa discussão evidenciou que a questão indígena entrara finalmente na pauta institucional do império brasileiro (Sposito, 2006). Ainda nesse contexto, em 1843, passou-se a discutir a importante questão da apropriação de terras imperiais, debate que culminaria com a criação da tão comentada Lei de Terras de 1850, indo ao encontro da inter-relação estabelecida por Sposito, no que se refere a questão indígena, mão de obra e ocupação territorial aliada à expectativas econômicas.

Dito isso, esse cenário culminou com o estabelecimento do supracitado Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos Índios, sendo ele o "mais amplo e definido projeto de Estado para os indígenas ao longo do império" (*Ibid*., p. 216). Assim, o Estado disporia de terras, nos moldes de aldeamentos para a catequização dos indígenas que, quando concluída ou quando incorporados pela civilização e pelos ideais nacionais, poderiam inclusive obter a concessão de terras por família. Na avaliação de Sposito, essa política evidencia a

[34] Cabe mencionar que 73% do conteúdo da revista recém fundada era ocupado por questões relacionadas à problemática indígena, as viagens e explorações científicas – como por exemplo a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG/SP) –, além de debates sobre história regional, na medida em que "Trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam indiscutivelmente o maior espaço da *Revista*" (Guimarães, 1988, p. 20). Para saber mais, ver: https://www.ihgb.org.br/revista-ihgb/.

[35] Portanto, "Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico" (Guimarães, 1988, p. 10).

intenção de aniquilar os povos, dessa vez, não na forma física, mas na forma cultura, relacionada a sua cultura, ao modo de vida, pela descaracterização de sua organização sócio-política. Na perspectiva de Dornelles (2017), em consonância com Sposito (2006) e Cunha (1992b), "O regulamento reafirmou o formato de aldeamentos indígenas como modelo de civilização e: 'explicitamente o entende como uma transição para a assimilação completa dos índios" (Dornelles, 2017, p. 32).

Nesse sentido, a análise dos dispositivos legais da política dos aldeamentos, no âmbito do Regulamento das Missões, reforça ainda mais a ideia de assimilação dos indígenas como política do Estado imperial na medida em que "*os indígenas hostis*, depois de conviverem em aldeamentos, *adquirindo os hábitos ocidentais*, poderiam obter concessão de lotes de terras por famílias (Sposito, 2006, p. 216, grifo nosso). Nesse sentido, a possibilidade de introdução de arrendatários nos espaços dos aldeamentos delineava "possíveis abusos que sofreriam os índios se os arrendamentos fossem permitidos" (Dornelles, 2017, p. 34). Até mesmo a estrutura administrativa das aldeias, cuja hierarquia de comando entre direção geral e local, bem como as autoridades do Estado responsáveis pela demarcação dos mesmos, relegava os povos indígenas às margens da política indigenista.

Dessa forma, a autora lança mão da argumentação de Sposito (2012)[36] ao reafirmar a inter-relação entre o Regulamento das Missões e a Lei de Terras que seria aprovada em 1850. Portanto, "o Regulamento significou uma preparação da política de terras do Estado, já que estava embutido nele o interesse em assenhorar-se das terras indígenas, retirando-os de lá e deixando-os sob controle nas missões" (Dornelles, 2017, p. 35). A intenção implícita por trás dessa política, portanto, residia na assimilação dos indígenas à sociedade nacional de forma que, posteriormente, o aparato criado para abrigá-los e livrar as terras de interesse do Estado não fosse mais necessário. Ao menos era essa a expectativa. Em relação a finalidade última do Regulamento das Missões, Sposito conclui que

> [...] a análise do Regulamento das Missões dentro do contexto no qual passou a vigorar aponta também que seu objetivo mais importante foi resolver a questão de terras e não necessariamente o problema da mão de obra ao lidar com a questão indígena. Isso se deveu à solução imigrantista e ao tráfico interno de escravos africanos que foi se desenvolvendo a partir de 1850 nas áreas centrais da economia do Império do Brasil (Sposito, 2006, p. 216).

[36] O trabalho de Sposito (2012) refere-se ao livro publicado fruto de sua dissertação de mestrado (Sposito, 2006).

Não coincidentemente, a Lei de Terras veio a ser aprovada apenas cinco anos depois, em 1850, e se trata de uma continuidade do projeto das missões, uma vez que resolve aos moldes das elites dirigentes o problema da ocupação territorial, retirando os indígenas dos seus territórios de maneira a facilitar a ocupação das terras, dali em diante imperiais, por particulares. Para chegar ao resultado alcançado em setembro de 1850[37] foi necessária ampla discussão entre os parlamentares envolvidos na questão.

Emília Viotti da Costa (2010) trata do contexto econômico de meados do século XIX de modo a ilustrar o ambiente no qual a Lei de Terras foi gestada, compreendendo-a como indissociável à questão da mão de obra. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo e a consequente expansão dos mercados demandaram a alteração das políticas relacionadas a terras nos países inseridos na dinâmica do capital. Com isso, no Brasil[38] houve uma transição da concepção de propriedade que, na análise da autora, iniciou-se no século XVI, mas terminou somente no século XX, consistindo em um período de longa duração. Essa transição diz respeito a alteração de uma concepção de que a terra – antes vista como domínio da Coroa que poderia ser objeto de doação na qual seu detentor adquiriria prestígio social pela simples razão de obtê-la como sua propriedade –, tornou-se de domínio público, mas só teria acesso quem pudesse explorá-la lucrativamente, representando, portanto, um artefato mercadológico ligado a uma concepção de poder econômico.

Em outras palavras, se antes a terra era doada pelo rei de acordo com sua vontade para indivíduos de "qualidade social", ela passou a ser conquistada por quem tivesse capital para tal. Portanto, "A mudança de atitudes em relação à terra correspondeu à mudança de atitudes em relação ao trabalho: escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre" (Viotti da Costa, 2010, p. 174).

Assim, a Lei de Terras decretada em setembro de 1850 permitia a compra das terras públicas pertencentes ao Estado somente mediante pagamento, caracterizando um momento crucial da transição da concepção de acesso à terra que terminaria no século XX. A indissociabilidade da Lei de Terras à questão do trabalho constituía a finalidade dessa política na medida em que

> A única maneira de obter trabalho livre [...] seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas. [...] Toda terra que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terras

[37] Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.

[38] E nos Estados Unidos. A autora analisa de forma comparada os dois modelos.

> públicas. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda das terras, o governo brasileiro poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas. Assim, o problema da força de trabalho seria resolvido (*Ibid*., p. 178-9).

Retomando o enfoque dado por Dornelles, a lei que trata das terras públicas, ou seja, devolutas, do império interpretou de modo questionável o verdadeiro significado de terra devoluta ao passo que terra devoluta quer dizer "*devolvido ao senhor original*, devido ao seu não aproveitamento. No Brasil, as terras eram ocupadas por indígenas, mas mesmo assim foram tidas como vagas, desocupadas, transferindo ao termo devoluto o sinônimo de vago, não aproveitado" (Dornelles, 2017, p. 39). Em outras palavras, a autora reafirma de forma contundente: "as terras nas quais se reconhecia em inúmeros documentos a presença de índios, considerados hostis em sua maioria, foram enquadradas como devolutas" (*Ibid*., p. 50). Na prática, o que vigorava era a vontade política dos legisladores[39], uma vez que se utilizavam do argumento de que alguns grupos indígenas estavam misturados, inseridos, confundidos entre os moradores das comunidades locais e, portanto, não haveria necessidade do estabelecimento de aldeamentos para eles.

Os povos indígenas habitantes dos territórios de interesse do império brasileiro no Estado de São Paulo eram considerados em muitos dos casos um empecilho à civilização e ao estabelecimento efetivo do Estado-nação brasileiro, construído aos moldes do ideário iluminista. Esse cenário gerou sérias tensões entre o avanço dos nacionais e os povos indígenas presentes no interior do Brasil. Os aldeamentos, portanto, consistiram na tentativa de tirar os indígenas de territórios estratégicos de modo a abrir espaço para o avanço de frentes de ocupação. Entretanto, como em outros momentos, a relação do Estado com os grupos indígenas cercou-se de expectativas e frustrações no que se refere aos interesses de expansão territorial e econômica (Monteiro, 1994). Nessa direção, Dornelles afirma: "a política de incorporação dos índios, através de seu confinamento em aldeamentos, foi muito menos próspera do que as práticas violentas de expropriação territorial marcadas pela perseguição e assassinato de grande contingente populacional indígena" (Dornelles, 2017, p. 49).

[39] "A lei foi moldando-se conforme os interesses classistas. As reações dos políticos sesmeiros e posseiros levaram a modificações sobre a limitação da extensão das posses, o afrouxamento dos prazos para validação de sesmarias e a redução do imposto territorial" (Dornelles, 2017, p. 48-9).

Havia, além dos interesses do império brasileiro, outros sujeitos presentes nesse processo de ocupação do interior paulista em meados do século XIX: os migrantes posseiros[40] mineiros, advindos de Minas Gerais, em razão do declínio das atividades mineradoras e a consequente crise financeira resultante desse processo, de problemas políticos regionais e, posteriormente, dos recrutamentos para a Guerra do Paraguai, que atingiu significativamente a população mineira (*Ibid*.)[41]. Esse cenário gerou resistências das etnias indígenas do interior que, na interpretação de Maria do Carmo Sampaio Di Credo, mediante análises dos anais da Assembleia Legislativa paulista, reconheciam os territórios do interior como sua propriedade, "cometendo assassinatos, destruindo plantações, colocando povoados inteiros em sobressalto. [...] Assim, a abertura de uma estrada que cortasse aqueles terrenos, faria os sertanejos recorrerem aos aldeamentos, ou ao afastamento dos indígenas dali" (Dornelles, 2017, p. 79). A resistência dos povos indígenas, entretanto, pressupunha que haviam ações de outros sujeitos em que fosse necessário resistir. Nesse sentido, Dornelles argumenta que os relatórios policiais por ela analisados indicam que as agressões da população ocidental eram muitas vezes omitidas e, nos casos em que as denúncias eram explicitas, era comum os agressores negarem suas ações (Dornelles, 2017, p. 79).

A complexidade resultante do estabelecimento da Lei de Terras, e as diversas contradições decorrentes dessa política em sua relação com a ocupação dos territórios propriamente, nos leva a constatação de que, no que concerne à teoria, a realidade é implacável. Nesse sentido, Viotti da Costa, em suas reflexões acerca das mudanças de longa duração no que diz respeito a relação do homem com a terra, afirma que "as oposições teóricas [...] foram frequentemente obscurecidas pela realidade concreta; coexistiram atitudes contraditórias ante a terra e o trabalho. [...] A ambiguidade frequentemente encontrada na realidade concreta não nega, entretanto, a validade da estrutura teórica geral" (Viotti da Costa, 2010, p. 175), como demonstrado detalhadamente pela autora no decorrer de seu ensaio.

Dito isso, a prática do apossamento persistiu e até intensificou-se na medida em que se interiorizava a ocupação dos territórios paulistas, como demonstrado por Dornelles (2017).

---

[40] De acordo com a historiadora Emília Viotti da Costa, no contexto da independência, a doação de lotes – característica da política colonial, na qual a propriedade de terras estava ligada ao prestígio social, ainda que não houvesse produtividade –, foi abolida e até o estabelecimento e regulamentação da Lei de Terras de 1850, o único meio de apropriação de lotes de terras era sua ocupação. Nesse sentido "As 'posses' resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d'água, uma encosta" (Viotti da Costa, 2010, p. 178).

[41] Ver também: Monbeig (1984); Abreu (1972). Este processo será tratado mais detalhadamente no capítulo 2 desta dissertação.

Amador Nogueira Cobra[42], contemporâneo à ocupação do oeste paulista, se propôs a escrever a história dessa ocupação até o seu tempo em vida. Nos escritos de Cobra, testemunha ocular de parte do processo de ocupação após o estabelecimento da Lei de Terras, ele relata que

> A todos quantos possuíssem terrenos devolutos, até aquela data, foi permitido declará-lo por escrito, afim de ser transcrito nos livros das paróquias. [...] Embora dali em diante só por compra fosse lícito adquirir terras de domínio do Estado – pois que passou a constituir crime tomá-las por ocupação primária – o costume teve mais força que a lei, a qual ficou letra morta, pode-se dizer. Processavam-se as legitimações instituídas, mas só na forma obedeciam às normas traçadas; no fundo se afastaram tanto, que fizeram época nos sertões. Interessados houve que nem ao processo recorreram: continuaram a tomar posses pura e simplesmente. Que prejuízo poderia ter a Nação, grande possuidora, em ficar sem alguns milhões de hectares da vasta extensão despovoada do território nacional? Pensavam eles (Cobra, 1923, p. 11-12 *apud* Dornelles, 2017, p. 81-2).

Portanto, passou-se a instituir as posses balizando-as nas determinações da Lei de Terras, ainda que contraditoriamente. Dornelles define essa situação afirmando que mesmo quando se cumpria a lei – ainda que só na aparência –, estava simultaneamente descumprindo-a "a ponto de *fazer época nos sertões*, isto é, prevalecer um direito à revelia da lei, e quase consuetudinário, ou seja: inspirado no costume, mas apto a renovar-se conforme necessidades trazidas por novos tempos e ideias" (Dornelles, 2017, p. 82).

Um marco do início da expansão para o oeste de São Paulo foi a ocupação de Botucatu (SP), a "boca do sertão". Fundada em 1843, alçada à condição de freguesia em 1846 e à vila em 1855, a localidade passou a ser chamada de boca do sertão, sendo o lugar mais interiorizado, na perspectiva colonial, da Província de São Paulo. "Foi a partir dessa sede que muitos migrantes iniciaram a ocupação das terras onde residiam grupos indígenas Kaingang, Guarani e Xavante" (*Ibid*., p. 86). A noroeste de Botucatu foram fundados, posteriormente, importantes municípios, como Lençois (SP) e Bauru (SP), em 1865 e 1896, respectivamente. A sudoeste dali, Campos Novos do Paranapanema, atualmente Campos Novos Paulista. Dornelles afirma ainda que na expansão no oeste do Estado, indo além da Vila de Botucatu, era recorrente a prática de apossamento anterior e posteriormente à Lei de Terras de 1850. Simultâneo a essa ocupação se deu o estabelecimento de povoados, vilas, freguesias etc.

[42] O que foi encontrado de informações sobre este personagem da história paulista até o momento indica que Cobra foi deputado estadual nos anos finais do século XIX e testemunhou parte do processo de reocupação da região oeste do Estado de São Paulo.

Deu-se, em meados da década de 1860, um ciclo de migrações para o oeste paulista, sobretudo de posseiros vindos de Minas Gerais, como é o caso de José Theodoro de Souza, que iniciou o povoado que, posteriormente, se tornaria Campos Novos do Paranapanema.

Dessa forma "o posseiro apresentou uma falsa declaração ao vigário de Botucatu, Modesto Marques Teixeira, em 1856, afirmando que sua posse se dera em 1847, fugindo assim, dos prazos estabelecidos pela lei de 1850 e seu regulamento de 1854" (*Ibid*., p. 88). Foi nesse contexto de expansão que Cobra (1923) relatou a intensificação do contato entre os novos ocupantes e os indígenas presentes do oeste paulista. Na medida em que a expansão avançava, as tensões se intensificavam. Este observador descreve a partir de seu entendimento o que foi o início do conflito entre colonos e indígenas naquela região. Apesar da clareza no que diz respeito ao processo irregular de posse de terras, torna-se evidente a perspectiva não indígena, ou seja, colonial, do observador. Para Cobra,

> O sangue correu, molhando aquela terra pela primeira vez. Acendeu-se ali a luta, três vezes secular, entre colonizadores e habitantes das selvas do Brasil. Nasceu o ódio e com este, a ideia de vingança de parte a parte. Aquele punhado de homens, que suportou os primeiros embates, era formado de valentes, - dos mais destemidos componentes do grupo primitivo que entrou com o posseiro nos sertões do Paranapanema. Não sabiam, nem lhes convinha recuar e, por isso, resolveram enfrentar corajosamente os inimigos. Por bem, julgaram impossível conduzi-los, salvo em catequese organizada, para cujo fim não estavam ali, e para a qual não dispunham de gente e nem de meios adequados. Seu fito era tornarem-se realmente senhores da área que o registro lhes atribuiu, consentissem ou não os donos primitivos (Cobra, 1923, p. 48 *apud* Dornelles, 2017, p. 90).

Dornelles traz diversos relatos detalhados das relações tensas estabelecidas entre os grupos indígenas e a sociedade colonial em expansão. Mas é somente no final do século XIX, a partir do estabelecimento da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG/SP), cuja finalidade é reconhecer as potencialidades dos "sertões" paulistas, que a expansão e a ocupação do oeste de São Paulo se tornam mais sistemáticas, sobretudo em razão do efetivo financiamento dessa expansão, cujas pretensões se inserem na seara das questões econômicas.

Assim, nas décadas finais do império, o que se viu foi a intensificação do processo de avanço colonial com o financiamento da abertura das comunicações e de estradas e pelas novas

elites em direção aos territórios do interior do Brasil central[43]. Atenta-se, nessa direção, para a intrínseca relação das elites cafeeiras com a fundação das ferrovias, de modo que fosse possível escoar a produção do café do interior para a capital, até o Porto de Santos. Nesse mesmo contexto é fundado o Partido Republicano Paulista (PRP), em 1873, cujos cargos eram ocupados pelos mesmos membros da elite cafeeira. Dornelles afirma, nesse sentido, que "a partir da década de 1880, o processo de penetração para o interior paulista foi acelerado pela obtenção de poder econômico de uma classe de produtores que, ao mesmo tempo, chefiaram o capital financeiro, as empresas ferroviárias e a administração pública" (Dornelles, 2017, p. 239). Esse é o tônus, portanto, das relações coloniais: a assimetria no contato entre a sociedade envolvente e os povos indígenas coerente com as políticas concernentes à questão indígena no contexto da expansão colonial.

[43] Nesse contexto foram inauguradas ferrovias financiadas pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1868), Companhia Mogiana (1872), Companhia Sorocabana (1871), além da inglesa São Paulo Raiway, em 1867 (Dornelles, 2017).

CAPÍTULO 2

AS FRENTES DE EXPANSÃO, DOS INDÍGENAS À CGG/SP, E A POLÍTICA INDIGENISTA NO OESTE PAULISTA: OS "VERDADEIROS PIONEIROS" ENTRE A CATEQUESE E A TUTELA

Evidenciada a histórica presença indígena no oeste do Estado de São Paulo, adentramos, finalmente, ao recorte temporal e documental proposto. Neste sentido, torna-se necessário compreender o ambiente histórico referente a temporalidade da presença e ação indígena que se mostram amplamente documentadas. É relevante compreender, portanto, como se deram as relações entre as diferentes etnias indígenas e os diferentes sujeitos que passaram a reocupar os territórios já ocupados pelos indígenas. Tratam-se dos mineiros que, após a decadência econômica da província de Minas Gerais, migraram para a província vizinha em busca de uma existência baseada na economia de subsistência, ocupando de forma esparsa as regiões povoadas pelos indígenas presentes na província paulista.

A ocupação mineira é caracterizada por Monbeig (1984) como segunda onda pioneira, sendo a primeira onda representada, na perspectiva desse autor, pelos indígenas. Opta-se nesta pesquisa compreendê-los como originários. Depois destes dois processos de ocupação, o autor trata de uma terceira onda pioneira, denominada marcha pioneira, ligada à ocupação capitalista do oeste paulista que, por sua vez, está relacionada a cultura do café. A CGG/SP, nesse sentido, insere-se neste contexto, uma vez que, antes da ocupação sistemática do chamado "extremo sertão paulista", o governo de São Paulo empreendeu, por meio dessa comissão, estudos científicos cujo objetivo final era tomar conhecimento dos territórios considerados "inexplorados" no âmbito deste Estado, possibilitando, assim, o que veio a ser a famigerada expansão cafeeira.

Outra camada deste ambiente histórico diz respeito a política indigenista do Estado paulista. Essa política, que transitou entre a conversão na forma da catequese e a tutela, tinha como objetivo final a assimilação da cultura indígena, perspectiva recorrente nesse período. A política indígena, no entanto, que será melhor explorada nos próximos capítulos, representou dura resistência a esse processo colonial de guerra de conquista, frustrando muitas vezes as expectativas dos poderes político e econômico das oligarquias paulistas.

2.1 As frentes pioneiras: indígenas, mineiros e a frente de expansão

No que concerne a ocupação do oeste paulista, Pierre Monbeig (1984) fornece um panorama histórico a partir da perspectiva das frentes pioneiras em três fases distintas, nas quais

os povos indígenas que marcavam presença nesta região eram, de acordo com Monbeig, "os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, [...] foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo" (Monbeig, 1984, p. 129). Esse autor afirma ainda que a última frente pioneira, moderna e mais agressiva, operou sistematicamente a destruição dos indígenas que viviam na região, de modo com que "Nada subsiste dos antigos habitantes, a não ser de modo muito indireto" (*Ibid*).

A ideia de que os indígenas são os verdadeiros pioneiros, entretanto, está carregada de contradições. Como pode ser percebido até mesmo nas constituições promulgadas no Brasil como retratam os dizeres de Eduardo Galeano no clássico "As Veias Abertas da América Latina",

> desde 1537, protegem os índios no Brasil [...]. De acordo com os textos de todas as constituições brasileiras, são [os indígenas] 'os primitivos e naturais senhores' das terras que ocupam. Ocorre que, quanto mais ricas são essas terras virgens, mais grave se torna a ameaça que pende sobre suas vidas; a generosidade da natureza os condena à espoliação e ao crime (Galeano, 2010, p. 78)[44].

Sobre o processo de ocupação mineira e posteriormente o que Monbeig chama de marcha pioneira, José de Souza Martins complexifica este debate mantendo a distinção entre as duas formas de ocupação afirmando, entretanto, a complementariedade de ambas, sendo sua utilização correta somente quando trabalhados em unidade. Martins parte do fato de que "[…] a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território". Além disso, "[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da "civilização", estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão" (Martins, 2009, p. 137-138).

Sendo assim, o autor classifica frente pioneira na medida em que esta "exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica" (MARTINS, 1975, p. 45). Em última instância, "O empreendimento capitalista se situa 'fora' dos componentes da estrutura social da frente de expansão [de forma absorver] a renda potencialmente gerada pela terra" (*Ibid*., p. 46-47). Vale observar, portanto, que, na perspectiva desse autor, a "fronteira econômica não

[44] Convém mencionar que o texto de Galeano foi publicado pela primeira vez em 1970 e traduzido no Brasil em 1978, sendo reeditado e republicado em 2010.

coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica", reforçando, no entanto, a necessidade de analisá-las de forma dialógica, valorizando sua complementaridade.

Retomando Monbeig, sua perspectiva em relação a questão indígena difere da proposta centrada no protagonismo indígena utilizada nesta pesquisa. Ribeiro reproduz perspectiva semelhante a de Monbeig em relação aos denominados Otí-Xavante que viviam nos campos do Paranapanema, no planalto central, mesmo local de ocupação dos Kaingang, na medida em que "Essa região era habitada por seus tradicionais inimigos, os Otí-Xavante, cujo extermínio deixou os campos livres às investidas Kaingâng" (Ribeiro, 1982, p. 94). Apesar de alguns problemas decorrentes do avanço dos estudos e da mudança de perspectiva sobre história indígena no Brasil, as contribuições de ambos são notáveis para compreensão das relações entre os indígenas e o avanço colonial, no caso de Ribeiro, e do avanço capitalista sobre o oeste do Estado de São Paulo, no caso de Monbeig. Tais diferenças de perspectivas advém de uma mudança de postura por parte dos historiadores em relação a História Indígena que passou a ser praticada a partir do final da década de 1980, culminando com o clássico "História dos Índios no Brasil", de Manuela Carneiro da Cunha (Cunha, 1992a). Nesse sentido, alguns entendimentos acerca da questão indígena no Brasil tornaram-se superados. Exemplo icônico é o de Ribeiro (1982), que anunciou a extinção dos Ofaié.

Monbeig, além disso, trata também de outros processos de ocupação, como é o caso da ocupação dos mineiros, oriundos de Minas Gerais, caracterizando uma ocupação associada ao estabelecimento de pequenos povoados espalhados pelo território do oeste paulista, depois, a frente econômica de expansão, na qual se deu a efetiva colonização e a sistemática ocupação do oeste do Estado de São Paulo, ligada a monocultura do café e a maior inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo internacional mediante o modelo agroexportador. É na frente econômica de expansão que a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo[45] está situada.

Dessa forma, a primeira expedição científica realizada pela CGG/SP no oeste deste Estado ocorreu no ano de 1886 e foi liderada pelo engenheiro e cientista Teodoro Sampaio. A expedição, que partiu de Itapetininga (SP), cidade localizada aproximadamente entre São Paulo e Botucatu, então denominada a "boca do sertão", rumou sentido ao Rio Paranapanema e seguiu

[45] Parte dos relatórios resultantes das expedições empreendidas pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo podem ser encontrados no site da referida comissão, disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/ipa/relatorio-cgg/. Acesso em: 20 de fev. de 2026. Os relatórios utilizados nesta pesquisa, no entanto, foram disponibilizados pelo Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD), na coleção "Oeste de São Paulo". Para mais informações, ver: https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/index. Acesso em: 20 de fev. de 2026.

até o seu fim, desaguando no Rio Paraná. Tal expedição gerou dois relatórios científicos, sendo o primeiro deles publicado em 1889, intitulado "Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema"[46] – no qual o cientista prioriza questões pertinentes às características físicas no decorrer da navegabilidade dos rios, com foco principal sobre o Rio Paranapanema –, e o segundo, publicado em 1890, intitulado "Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Rio Paranapanema"[47] cujo o autor, além das questões geográficas e econômicas propriamente ditas, enfoca também no contato com os povos indígenas que viviam nas margens desse rio, tanto da margem paulista quanto da margem paranaense, bem como em questões linguísticas e etnográficas das etnias presentes nessa região, cuja presença se faz recorrente no decorrer da expedição na região do sudoeste do Estado de São Paulo.

As demais expedições científicas realizadas pela CGG/SP na supracitada região, delimitação espacial da presente pesquisa, objetivavam tomar conhecimento do Rio Tietê, Rios Feio/Aguapeí, Rio do Peixe e Rio Paraná, e foram iniciadas entre maio e agosto de 1905, sendo finalizadas no mesmo ano, exceto a expedição no Rio do Peixe que foi interrompida, depois retomada e concluída somente no ano seguinte, em 1906. Portanto, a partir dessas expedições foram gerados os respectivos relatórios: "Exploração do Rio Tieté (Barra do Jacaré-Guassú ao Rio Paraná)"[48]; "Exploração dos Rios Feio e Aguapehy (Extremo sertão do Estado)"[49]; "Exploração do Rio do Peixe"[50] e "Exploração do Rio Paraná – I. (Barra do Rio Tietê ao Rio Paranahyba) II. (Barra do Rio Tietê ao Rio Paranapanema)"[51].

[46] Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema*. São Paulo. Typ. Rothschild, 1889.

[47] Sampaio, Teodoro. *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema*. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica. São Paulo. nº. 4, 1890.

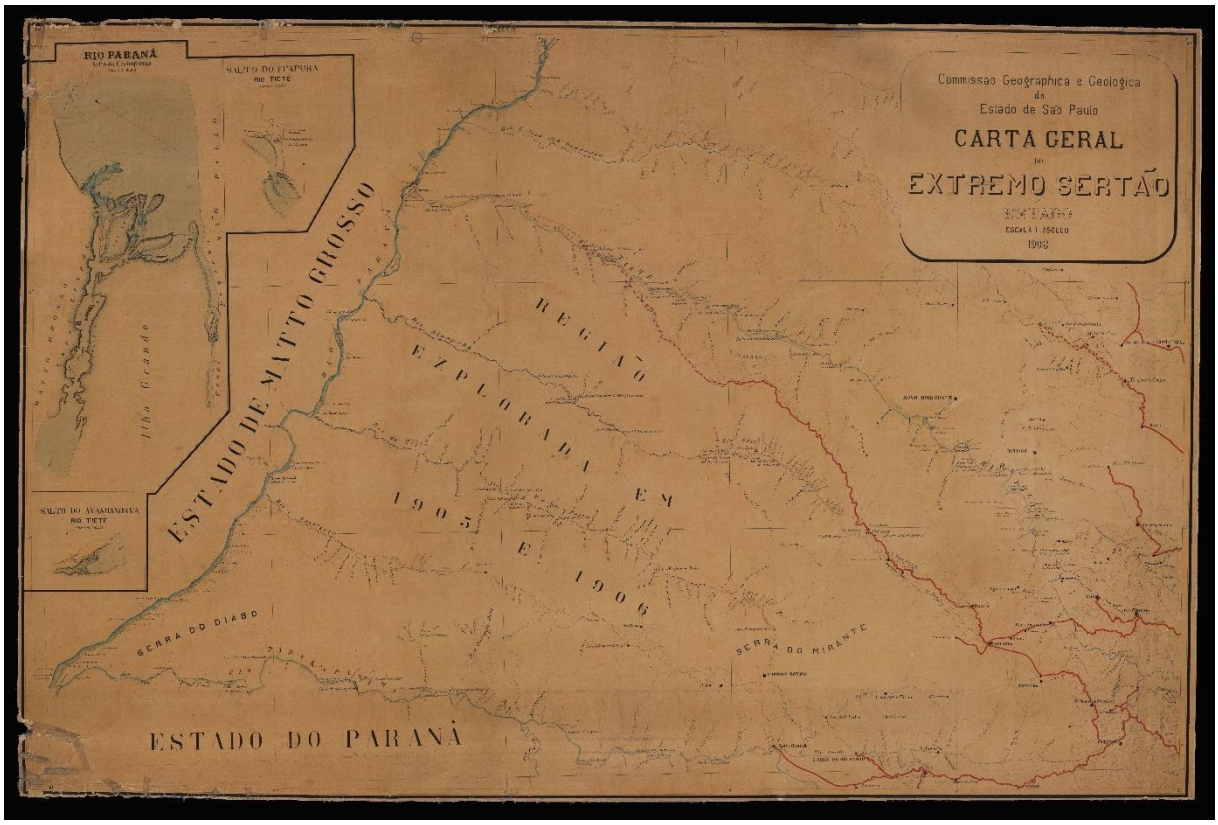
[48] Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do Rio Tieté* (Barra do Jacaré-Guassú ao Rio Paraná). Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1910.

[49] Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração dos Rios Feio e Aguapehy* (Extremo sertão do Estado). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1906.

[50] Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do Rio do Peixe*. São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1913.

[51] Comissão Geográfica e Geológica. *Exploração do Rio Paraná*. Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1911.

Figura 2 – Carta geral do extremo sertão do Estado (1905 e 1906)

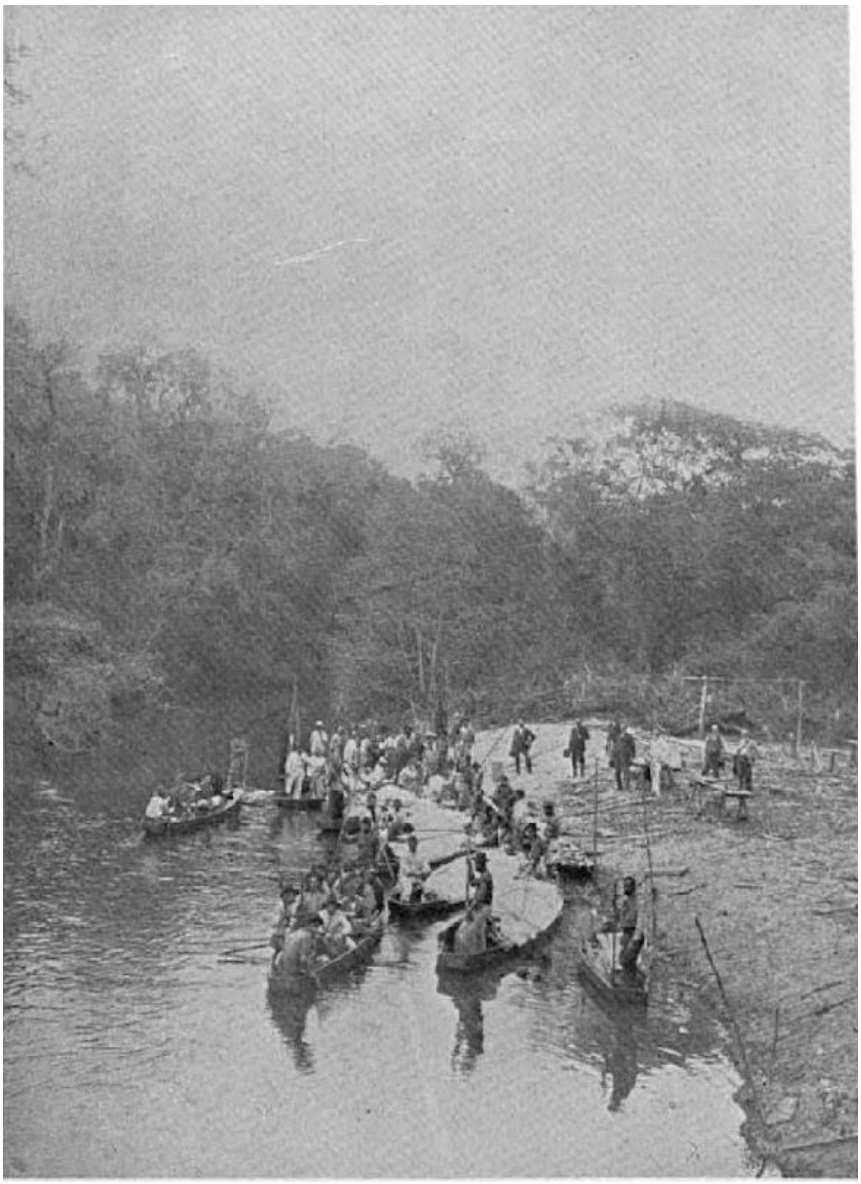


Fonte: APESP (1908).

Para melhor situar o leitor e a leitora desta pesquisa, consta no parágrafo e na tabela subsequentes os nomes dos narradores, ou seja, os chefes de expedição, suas respectivas expedições e o ano em que foram realizadas, bem como o ano da edição utilizada nesta dissertação, ou seja, o ano de publicação.

Teodoro Sampaio foi chefe da Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema (1889), ocorrida em 1886, e produziu o relatório desta expedição e suas Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema (1890). Olavo Hummel foi o primeiro chefe da Exploração dos Rios Feio e Aguapehy (1906), ocorrida em 1905, sendo sua chefia interrompida após um ataque dos Kaingang logo no início da expedição (mais detalhes no decorrer do capítulo). Gentil Moura foi o 1º ajudante da mesma expedição e, com o ataque sofrido pelo grupo, foi elevado a chefe, tendo produzido o relatório referente durante maior parte da expedição; Moura chefiou também a segunda parte da Exploração do Rio do Peixe (1913), ocorrida em 1906, que foi iniciada em 1905 e interrompida naquele mesmo ano. Foi João Pedro Cardoso, também chefe da CGG/SP, o chefe da primeira parte da Exploração do Rio do Peixe (1913).

Figura 3 – Partida da turma rio abaixo (Exploração do Rio do Peixe, 1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913).

Jorge Black Scorrar foi o chefe da turma da Exploração do Rio Tietê (1910), ocorrida também em 1905, bem como da Exploração do Rio Paraná (1911), da barra do Tietê até o Paranaíba. Por fim, Cornélio Schmidt chefiou a mesma expedição do Rio Paraná, este da Barra do Tietê ao Rio Paranapanema. Assim, as citações das respectivas narrativas serão: Sampaio (1889); Sampaio (1890); Hummel (1906); Moura (1906); Moura (1913); Cardoso (1913); Scorrar (1910); e Scorrar (1911).

Tabela 1 – Expedições da CGG/SP nos rios do oeste paulista

Chefe da Expedição	Bacia Hidrográfica	Relatório	Ano de Realização	Ano de Publicação
Teodoro Sampaio	Rios Itapetininga e Paranapanema	Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema; Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema	1886	1889; 1890
Olavo Hummel	Feio/Aguapeí	Exploração dos Rios Feio/Aguapehy (Extremo Sertão do Estado)	1905	1906
Gentil Moura	Rio Feio/Aguapeí; Rio do Peixe	Exploração dos Rios Feio/Aguapehy (Extremo Sertão do Estado); Exploração do Rio do Peixe	1905; 1905 e 1906	1906; 1913
João Pedro Cardoso	Rio do Peixe	Exploração do Rio do Peixe	1905 e 1906	1913
Jorge Black Scorrar	Rio Tietê; Rio Paraná	Exploração do Rio Tieté (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná); Exploração do Rio Paraná (I. Barra do Rio Tieté ao Rio Paranahyba)	1905; 1905	1910; 1911
Cornélio Schmidt	Rio Paraná	Exploração do Rio Paraná (II. Barra do Rio Tieté ao Rio Paranapanema)	1905	1911

Fonte: O autor (2026).

Feita esta apresentação da CGG/SP, é necessário retomar a chamada segunda onda pioneira para, enfim, adentrarmos na frente econômica de expansão, que representou o processo de ocupação sistemático inaugurado com as expedições da referida comissão.

Portanto, em relação a segunda onda, o declínio da produção aurífera das minas de ouro das gerais foi o fenômeno econômico responsável pela migração de populações de mineiros rumo ao Estado de São Paulo, uma vez que "Sua província não se reestabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração" (Monbeig, 1984, p. 133). O movimento intensificou-se em meados de 1850[52] por um período de aproximadamente 30 anos, impactando

[52] Neste ano José Teodoro de Sousa chegou em Botucatu, a principal cidade da região naquele período, e rumou ainda mais a oeste do Estado, retornando munido de títulos de propriedade, os quais distribuiu a diversas pessoas de sua família, bem como simpatizantes (até mesmo um escravo dotado de talentos musicais admirado pelo mineiro foi contemplado com títulos de terra doados por ele). Monbeig afirma que José Teodoro e seu irmão, João, "fundaram pequenos centros como São Pedro do Turvo, São José dos Campos Novos, Nossa Senhora da Conceição da Vista Alegre", na medida em que "Disseminavam-se alguns fazendeiros, ao longo dessas pistas, afastando-se do espigão, no rumo do Paranapanema". Portanto, "Começava o povoamento dos sertões do Paranapanema, sob o impulso dos caboclos provenientes de Minas" (Monbeig, 1984, p. 135).

de tal forma que a população paulista em 1882 correspondia a 20% dos habitantes do oeste paulista[53], ou seja, 80% da população presente neste oeste era oriunda de Minas Gerais, caracterizando um processo no qual "era o mineiro, e não o paulista, que desbrava a floresta e repelia o índio" (Monbeig, 1984, p. 133).

Essa informação é atribuída por Monbeig a um deputado da Assembléia Legislativa de São Paulo, "um plantador que tinha percorrido quase toda a extensão de sua província" (*Ibid*). O que se vê, para além do forte impacto da ocupação mineira, diz respeito a confluência de interesses econômicos e políticos de uma elite agrária cujo poder político permitia que seus interesses econômicos nas terras do oeste paulista fossem sumariamente atendidos, exceto pela organização, ação e resistência dos primeiros pioneiros cuja presença nessas terras datava de períodos pré-coloniais.

Ainda sobre isso, os "sertanejos", ou seja, os habitantes deste "sertão", relataram ao engenheiro Teodoro Sampaio, em 1886, contexto da expedição realizada no Rio Paranapanema, as diversas faces da relação com a população indígena. Em vários pontos do percurso desse rio, os expedicionários encontraram os pequenos povoados, oriundos em grande medida do sul de Minas Gerais. Essa população, inserida em um universo de pobreza e desiludida em relação as possibilidades de ascensão social, inseria-se na dinâmica de avanço civilizatório empreendido pela CGG/SP sendo "marginalizado[s] pelo despojo de suas terras, resistente ao engajamento no colonato e ao abandono compulsório de seu modo tradicional de vida" (Ribeiro, 1995, p. 390).

Borelli define essa forma de ocupação como a formação dos *núcleos de subsistência*, caracterizando-se "pela ocupação e posse da terra, viabilizadas por meio de uma produção econômica voltada fundamentalmente para a subsistência e para a troca de produtos excedentes no mercado" (Borelli, 1984, p. 47). De tal forma que nos territórios percorridos por José Teodoro de Sousa, um desses mineiros (entre os Rios Paranapanema e do Peixe), entre as décadas de 1850 e 1860, "era relativamente fácil a circulação, e os homens, que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, sentiam-se ali à vontade" (Monbeig, 1984, p. 135). Em linhas gerais, pode-se afirmar que a ocupação pela via dos núcleos de subsistência serviu de ponto de apoio para a frente econômica de expansão subsequente, como é amplamente narrado nos relatórios da CGG/SP, que serão abordados detidamente mais adiante, em que os cientistas expedicionários tiveram apoio significativo nos diversos pontos dos percursos

[53] Corresponde aos municípios paulistas de Pinhal, Ribeirão Preto, São João da Boa Vista, Franca, Batatais, Cajuru, São Simão e Casa Branca, sendo parte dessas cidades fundadas por migrantes nascidos em Minas Gerais.

percorridos nos Rios Tietê, Feio/Aguapeí, do Peixe, Paranapanema e Paraná, dos pequenos agricultores residentes do oeste do(a) Estado(Província) de São Paulo.

Dado este processo, o que se viu a partir de 1880 até os anos iniciais do século XX foi o avanço de uma massa de fazendeiros cafeicultores, que submergiu os ocupantes mineiros. O avanço sem precedentes de grandes fazendeiros impôs ao oeste paulista uma estrutura fundiária baseada em grandes latifúndios de famílias que sustentam seu status social até a atualidade. Este movimento veio acompanhado de sociedades bancárias, ferroviárias, além do desenvolvimento de estruturas de administração pública capazes de lidar com as novas demandas impostas pelo estado de coisas atingido (Monbeig, 1984). Este movimento iniciou-se, portanto, não coincidentemente, com a institucionalização da CGG/SP, sendo esta comissão parte do processo de reocupação colonial do extremo oeste do Estado de São Paulo.

O que nos interessa, nesse sentido, são os inúmeros relatos narrados nos relatórios da comissão sobre como foi o processo de avanço da população mineira a partir de sua relação com os povos indígenas e, posteriormente, a partir da relação entre mineiros, indígenas e os expedicionários da CGG/SP.

Neste enredo, outro aspecto relevante depreendido da narrativa do chefe geral da CGG/SP, João Pedro Cardoso, se trata da inserção do "sertão" paulista no "concerto da civilização de nosso Estado". Tratando da mesma expedição do Rio do Peixe, Cardoso, de forma mais elaborada – referindo-se às ruínas de Itapura, colônia militar fundada em 1858, localizada estrategicamente na margem norte do Rio Tietê, na confluência com o Rio Paraná – , afirma:

> [...] julgo que não é optimismo prever que sobre as ruinas do Itapura hão de surgir multiplas e variadas construcções quando ahi for um centro industrial e comercial, para o que basta que todas essas fontes de riqueza sejam convenientemente exploradas e povoada essa grande extensão do Estado occupada hoje pelos ferozes indios **Corôados** (Cardoso, 1910, s.p., grifo do autor).

Essa visão é compartilhada também por Teodoro Sampaio na medida em que este cientista parte da perspectiva de implacabilidade do processo histórico mediante a relação conflituosa entre o indígena e o sertanejo, em que "[...] a conquista destes sertões é uma obra que se vai effectuando dia a dia, lentamente, luctando o sertanejo com o indio, cahindo quasi sempre o primeiro victima da emboscada do segundo, mas ficando sempre a terra em poder da

civilisação que avança (Sampaio, 1890, p. 4)"[54]. Sampaio ainda conta o processo de colonização como vitória já dada da civilização ocidental sobre os povos indígenas. No entanto, para além da narrativa colonial de Sampaio, trata-se de uma conquista palmo a palmo de terra, com uso da força, de armas, em nome do progresso, da nação, com o apoio do Estado, da iniciativa privada, como as frentes ferroviárias, caindo quase sempre o sertanejo vítima da emboscada dos indígenas e havendo disputas também entre os Guarani e os Kaingang[55].

O cientista afirma nesse sentido que "Nesta lucta, por tantos annos protrahida, o poder publico deve intervir, protegendo os contendores com medidas indirectas que tragam a submissão do índio sem o deixar entretanto á mercê do colono, que será por fim o vencedor" (*Ibid*., p. 22-23). Na mesma linha e em poucas palavras, Cornélio Schmidt, chefe da turma do Rio Paraná, afirma num caráter de maior institucionalidade que "O Governo do Estado não tem poupado esforços e dinheiro no afan patriotico e louvavel de descortinar, povoar e civilizar o extremo sertão do Estado" (Schmidt, 1911, p. 10).

De outra forma, os cientistas, apesar de seu viés calcado nos ideais de progresso, evidenciam o protagonismo dos Kaingang de São Paulo. Este protagonismo é percebido, inclusive, na narrativa de Gentil Moura, um dos chefes da expedição realizada nos Rios Feio/Aguapeí pelos trabalhadores da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (CGG/SP), quando estes se defrontam com a dura resistência dos Kaingang frente ao avanço de sua expedição:

> O indio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento dessa zona. Cioso de sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua familia, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêm com outro fito senão de matal-os e tomar-lhes as terras.
> E é isso somente que tem feito com que se não desenvolva pela agricultura uma região fadada a um futuro grandioso [...] Riquíssima de terras de primeira sorte, dotada de um clima esplendido, está fadada a ser dentro em pouco mais um centro de riqueza e de prosperidade do Estado de São Paulo (Moura, 1906, p. 9-10).

Trata-se, desse modo, de um projeto que remete ao estabelecimento da Lei de Terras de 1850 abordado no primeiro capítulo desta pesquisa. Na perspectiva de Viotti da Costa (2010), o Estado passaria a possibilitar a compra de terras a quem pudesse explorá-las lucrativamente, de modo a atender as necessidades da expansão capitalista, excluindo, portanto, os "sertanejos",

[54] Em outras palavras, mesmo apesar de todos os percalços aos quais o sertanejo é cotidianamente submetido, "[...] a invasão continua e a civilisação caminha pelos sertões adentro" (Sampaio, 1890, p. 25).

[55] Esse processo, marcado por lutas, tensões, estratégias etc., será discutido no quarto capítulo desta pesquisa.

em sua agricultura de subsistência, bem como os indígenas, sejam os Guarani, com a mesma agricultura de subsistência, sejam os Kaingang, que viviam da caça e da pesca. Esses interesses, apesar de uma narrativa que via nos indígenas o senhor original das terras, divulgava-as como desocupadas, como terrenos desconhecidos, desocupados, a serem explorados etc. (Dornelles, 2017), conforme se evidencia na Figura 3, em que o oeste paulista é caracterizado como "Terrenos Despovoados".

Figura 4 – Mappa da província de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo (1886)



Fonte: APESP (1886).

É fundamental trazer neste interim alguns conceitos que contribuirão com as considerações que serão feitas no decorrer desta pesquisa e com a compreensão da complexa dinâmica colonial presente nos contextos de contato entre diferentes sujeitos. Nesse sentido, a ideia de situação colonial proposta por Georges Balandier, entre outras questões, trata de uma minoria estrangeira pretensamente superior a uma maioria étnica (Balandier, 1993) subsidia fundamentalmente algumas interpretações. No mesmo horizonte, Pacheco de Oliveira complexifica a questão ao lançar mão da ideia de situação histórica, abordando a forma como

se estabelecem as relações entre povos indígenas e os demais sujeitos presentes em determinado contexto colonial (Pacheco de Oliveira, 1988).

Antônio Carlos de Souza Lima traz sua contribuição no que concerne a política indigenista. Lima (1995) trata da ideia do poder tutelar como uma maneira de suavizar a prática do Estado brasileiro em sua forma da conquista utilizada como modalidade de guerra contra os indígenas. O autor critica ainda alguns marcos da historiografia brasileira ao demonstrar como as variadas formas com que o Estado lança mão ao se relacionar com os povos indígenas se inserem numa tentativa por vezes efetiva, por vezes frustrada no empreendimento de sua guerra de conquista e perpassam, assim, pelos períodos imperial e republicano da história brasileira.

Retomando Sampaio, ao tratar sobre a catequese[56], o engenheiro expressa a ideia de superioridade racial, cujo objetivo final visa a "pacificação dos sertões" por meio da civilização dos indígenas, o que não quer dizer que o indígena tornar-se-á um agente da civilização, pois "Do indio domesticado não é licito esperar um operario como o requer a nossa civilisação". Com outras palavras, o autor expressa essa mentalidade de forma ainda mais clara e direta: "No contacto com a raça mais forte, que o subjuga, elle só tem que perder, pelo etteito d'essa lei inflexivel e implacavel que explica a expansão e aperfeiçoamento da especie humana" (Sampaio, 1890, p. 25).

O cientista conclui, dessa forma, condicionando o progresso do Vale do Paranapanema, seu campo de trabalho, ao sucesso da catequese dos indígenas aí presentes. A mentalidade civilizatória e de superioridade desses cientistas é uma das características do espírito do tempo deste período de transição entre os séculos XIX e XX, ou seja, da transição monarquia-república, inserida neste contexto. Edgard Ferreira Neto analisa este cenário no importante texto "História e Etnia", em que os esforços empreendidos na conceituação de raça partiam de critérios biológicos que serviam, por sua vez, para explicar o "atraso" de sociedades não europeias, "Legitimando domínios, tutelas e, eventualmente, extermínios em massa, não faltaram trabalhos preocupados em demonstrar o atraso histórico das culturas não ocidentais" (Neto, 1997, p. 461). Tratam-se, portanto, de intepretações equivocadas das teorias do evolucionismo darwinista recepcionado e reconfigurado no Brasil na forma das teorias eugenistas (Giesbrecht, 2023).

Pierre Monbeig, aproximadamente 50 anos depois de Sampaio, ilustra de forma precisa o contexto político e econômico e, em certa medida, expressa a mesma mentalidade de

[56] A posição de Sampaio sobre a catequização dos indígenas paulistas segue a tendência do período no qual foi realizada a Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema (1886), no qual o Império brasileiro ainda não havia sucumbido. Tendência que mudaria na transição império-república, como veremos no tópico subsequente.

inevitabilidade do avanço da civilização que levou à cabo o processo de colonização do oeste do Estado de São Paulo. O autor afirma que

> Por mais bem dotada que seja, por mais rica que se apresente, uma zona ainda inatingida pelo povoamento moderno, é em si mesma desprovida de virtude capaz de desencadear o avanço do desbravador e de assegurar o seu próprio aproveitamento econômico. As qualidades intrínsecas só existem na medida em que correspondem aos apelos e às possibilidades humanas. Ficariam elas adormecidas, como estiveram durante longos séculos de ocupação indígena, se o movimento colonizador não tivesse sido acionado por circunstâncias fortuitas (Monbeig, 1984, p. 98).

Nesse contexto, algumas ações institucionais expressavam a vontade política do Estado de São Paulo para a efetiva colonização por meio do estabelecimento de núcleos coloniais, como é o caso exemplificado pelo decreto número 101, de 08 de abril de 1889. Essa normativa assegurava que a província de São Paulo, naquele momento, arcaria com parte considerável dos custos num montante de 200$000 (duzentos mil réis) a empresas que empreendessem a colonização. Em relatório apresentado pela Secretaria de Terras, Imigração e Colonização ao governo do Estado, consta os gastos com colonização feitos por essa secretaria de 1892 até aquele ano de 1899 (São Paulo, 1899). Os números são detalhados no documento, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Gastos com colonização (de 1892 a 1899)

Ano	Quantia (em réis)
1892	274:701$945
1893	99:984$445
1894	261:082$631
1895	260:162$205
1896	177:098$908
1897	383:335$922
1898	530:951$016
1899	115:271$577

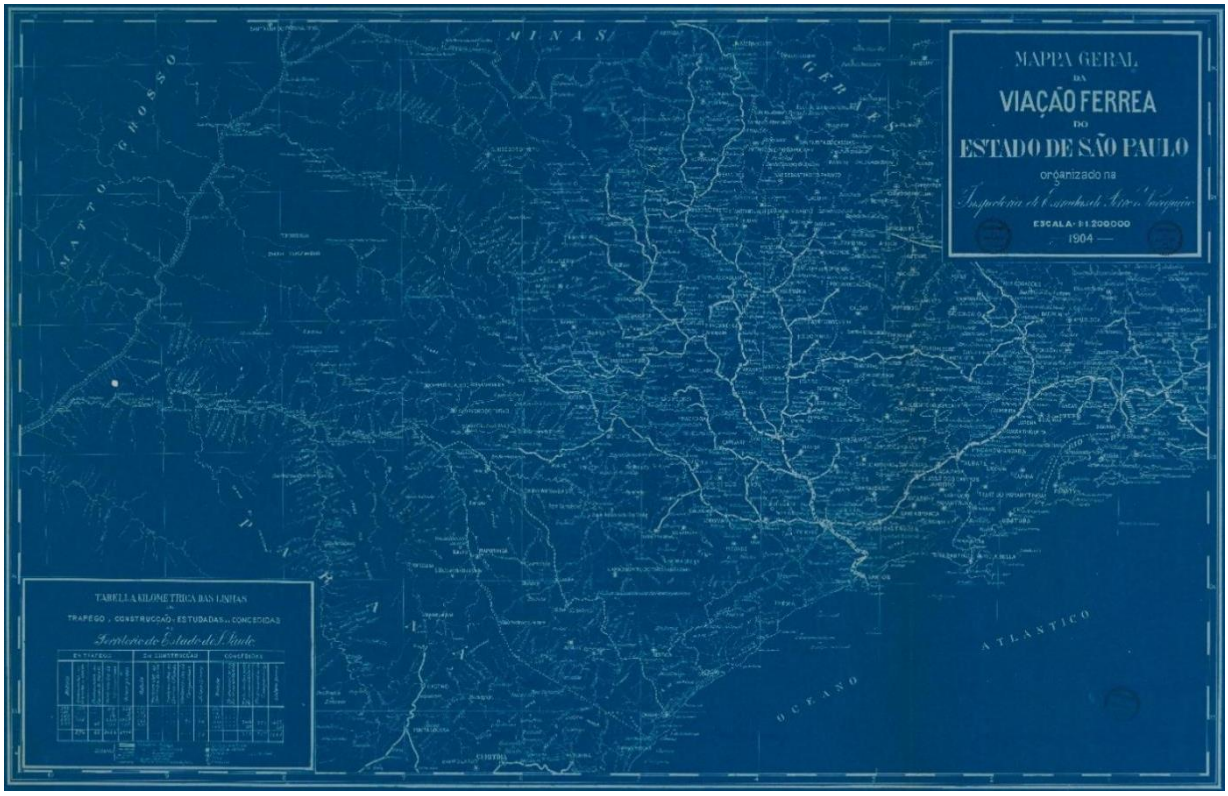
Fonte: O autor (2026).

Além disso, não seriam "concedidos os favores da presente lei a nucleos estabelecidos ha mais de tres leguas (18 kilometros) de alguma estação de via ferrea, fluvial ou de mercado de consumo" (São Paulo, 1889). Ou seja, o foco da lei recaía sobre uma parcela considerada inabitada do oeste paulista. Inabitada, porém, pela população não indígena, mas com intensa presença indígena em grande parte desse território[57]. Daí a gênese de diversos conflitos. Nota-se que, principalmente no período republicano, diversas normativas de incentivo a colonização foram institucionalizadas e, além disso, normativas concernentes às relações estabelecidas com a população indígena neste processo.

Sendo assim, o estabelecimento da CGG/SP a partir de 1886 reflete o processo histórico-econômico no qual o Brasil encontrava-se imerso. Foi na segunda metade do século XIX, portanto, que "Funcionando à base da existência de matas virgens, a marcha do café se tornou uma fronteira em contínua expansão" (Ribeiro, 1982, p. 93) e avançou à oeste não apenas de São Paulo, mas também do Paraná e de Minas Gerais. Giavara (2008, p. 24) nos mostra que a elite política e econômica via dois obstáculos nos quais a sistemática expansão cafeeira precisaria transpor, sendo o primeiro deles "a busca por novas áreas agricultáveis no Estado de São Paulo que pudessem garantir o aumento da lavoura", na medida em que era necessária também "a busca de terras agricultáveis que pudesse atender as necessidades de novas áreas para lavoura cafeeira. Contudo essa demanda somente pode ser resolvida através de estudos sistemáticos que pudessem mapear e inventariar as terras disponíveis para o mercado" (Giavara, 2008, p. 39). Nesse contexto, se dá a criação da CGG/SP, tendo sua atuação pautada no desenvolvimento agrícola, voltada a expansão e exploração dos territórios paulistas.

[57] Conforme será melhor detalhado no capítulo 3 desta dissertação.

Figura 5 – Mappa geral da viação ferrea do Estado de São Paulo organizado pela Inspectoria de Estradas de Ferro e Navegação.



Fonte: APESP (1904)

O segundo obstáculo, por outro lado, diz respeito "a suplantação da mão-de-obra escrava, a qual vinha se tornando escassa pelas exigências da economia internacional, principalmente, pela proibição do tráfico negreiro" (Giavara, 2008, p. 24). Nesse sentido, o trabalhador nacional já residente no território paulista, aquele mesmo "sertanejo" oriundo de Minas Gerais, não era visto com bons olhos no âmbito desse processo devido a "resistência à incorporação aos grandes complexos agrícolas. [...] também existia a oposição dos fazendeiros em aderir ao trabalhador nacional, pois ele era visto como desregrado e indolente para as atividades agrícolas" (Giavara, 2008, p. 31), além de sua dispersão no território nacional/paulista.

Dessa forma, havia uma incompatibilidade entre o uso da terra pelos habitantes dispersos do sertão paulista e seu uso sistemático mediante avanço colonial voltado ao mercado externo. Nesse sentido, Giavara afirma:

> O uso da terra para a agricultura de subsistência era visto como um atraso econômico por estes escritores [cientistas que empreenderam as expedições

> da CGG/SP] que, ao coadunar com os interesses dos cafeicultores, acreditavam que o uso 'irracional' da natureza poderia comprometer o seu aproveitamento futuro para o mercado exportador (Giavara, 2008, p. 14).

Esse processo, característico do período de transição do século XIX para o século XX, consistiu, entre outras coisas, na expansão e desenvolvimento do mercado capitalista, culminando na

> […] expansão das áreas cultivadas para fins comerciais e uma redução da agricultura de subsistência. Nos lugares onde a terra tinha sido explorada apenas parcialmente, a expansão do mercado provocou a intensificação do uso da terra e do trabalho, resultando frequentemente na expulsão dos arrendatários e meeiros ou na expropriação das pequenas propriedades e das terras comunitárias (Viotti da Costa, 2010, p. 170).

Desse modo, de acordo com Salles (1986), a expansão do café direcionada ao oeste do Estado de São Paulo esteve intimamente relacionada a construção de uma economia de característica nacional, cujas relações com o capitalismo internacional e, portanto, com a dinâmica de atendimento das demandas deste modelo econômico, transformou o café no "centro propulsor do desenvolvimento capitalista no Brasil". A partir de então só restava resolver a questão do escoamento da produção cafeeira de modo a torná-la mais barata, já que "A alta fertilidade das terras do Oeste paulista criava condições para a manutenção e aumento das taxas de lucro, viabilizando a ocupação de novas áreas". Com a implantação de ferrovias, parte dos problemas foram dirimidos, de modo com que, com o sistema ferroviário, a nascente indústria cafeeira "tornou acessível a caminhada do café em direção às terras virgens do Oeste paulista, conseguiu rebaixar significativamente os custos de produção cafeeira e elevou economicamente a produtividade física do café" (Salles, 1986, p. 34)[58].

Borelli (1984) assinala no mesmo sentido que o período de maior desenvolvimento das estradas de ferro no Brasil ocorreu justamente entre os anos de 1880 e 1890, mesmo período em que se deu o início das atividades pela CGG/SP, sendo esta Comissão considerada pela elite política e econômica de São Paulo um marco do reconhecimento, e o estabelecimento do café, da efetiva ocupação das terras do oeste paulista. Assim, a "desagregação ou extermínio dos grupos indígenas" projetava "atender fundamentalmente a objetivos estratégicos, políticos e internacionais, envolvendo questões relativas à proposta de unificação territorial e a função civilizadora e expansionista da sociedade nacional" (Borelli, 1984, p. 69).

[58] Salles aponta ainda que concomitante ao desenvolvimento da economia cafeeira, as ferrovias encurtaram as distâncias entre as províncias, sendo essenciais para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Além disso, o governo paulista empreendia o esforço pela manutenção das atividades da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, tão caras para o processo de ocupação capitalista nas terras do oeste. Exemplo disto é a abertura de crédito para a continuação dos trabalhos desta comissão mediante o decreto de número 100, de 27 de agosto de 1892, num montante de 50:000$000 (cinquenta contos de réis) suplementares para a equipe da Comissão (São Paulo, 1891), explanando seus esforços no processo de expansão capitalista no oeste paulista.

Em linhas gerais,

> Rapidamente, o Vale do Paranapanema passou a figurar como uma região a ser "aberta pela civilização" paulista, cujo intuito era utilizar as terras para a economia cafeeira. Desse modo, o trabalho da ciência, no final do século XIX, foi de suma importância para que as fronteiras do oeste paulista fossem abertas a esse tipo de produção. No entanto, o discurso científico – ancorado nos princípios do positivismo, do determinismo geográfico e do darwinismo social – permeou a elaboração da ideia de região e ainda era concernente com os interesses da elite cafeeira, que projetava nessas áreas extremas do Estado a ampliação das lavouras e a comercialização de terras aos imigrantes europeus que aportavam no país (Giavara, 2008, p. 21).

O que estava em jogo, portanto, era efetivamente a expansão econômico-colonial mediante o café e que demandava grandes quantidades de terra para sustentar os empreendimentos da elite cafeeira paulista. Neste processo, "sertanejos" e sobretudo os indígenas eram considerados entraves físicos na ocupação do território já ocupado. Portanto, o que se depreende dessa perspectiva colonial recai sobre a constatação de que os povos indígenas passaram a ser considerados empecilhos físicos ao processo de ocupação e exploração do oeste de São Paulo. Contraditoriamente, alguns sujeitos da sociedade paulista prezavam pela necessidade de proteção a estes povos, o que nos remete a política indigenista.

2.2 A política indigenista entre a catequese e a tutela

Dornelles, em consonância com as discussões anteriores, afirma que "o desenvolvimento econômico da produção de café em larga escala dependia do avanço territorial para o interior, porém, a ocupação dos mesmos por populações indígenas pouquíssimo conhecidas criava uma barreira em diversos sentidos" (Dornelles, 2017, p. 14). Desse modo, a principal forma de expropriar as terras pertencentes aos indígenas consistia na criação dos aldeamentos, como já mencionado anteriormente, sendo assim "Para os casos dos grupos que não participaram do sistema de aldeamentos coube a perseguição genocida, ancorada em

práticas conhecidas e apoiada pelas autoridades, na maior parte das vezes, os grandes proprietários na região" (Dornelles, 2017, p. 14).

Novak (2019), ao abordar as divergências entre a política indigenista e a política indígena no Brasil, de forma mais específica no chamado Brasil Meridional, com detalhes sobre o estado do Paraná, trata deste mesmo processo compreendendo a cultura do café como fundamental para o avanço colonial que afetou diretamente o modo de vida dos Kaingang presentes nos territórios paulista e paranaense. Nesse sentido,

> […] os Kaingang habitavam as áreas que predominavam a mata atlântica, na Serra do Mar, seguindo os rios que correm para o oeste, como o Tietê, o Paranapanema, o Ivaí e o Iguaçu. Eram áreas que até o final do século XIX não apresentaram uma atividade econômica que provocasse a devassa das aldeias indígenas ali presentes. No entanto, a cultura do café, assumindo o papel de lavoura de exportação, se tornando a atividade econômica principal do país, ocupou praticamente todos aqueles territórios de floresta atlântica (Novak, 2019, p. 58).

A partir disso, a forma como o Estado lidava com a questão no contexto do avanço colonial sobre os interiores do Brasil impactava de forma particular essa população que resistia e agia como podia a esse processo e, em muitos dos casos, de maneira hostil. Portanto, "Eram os chamados 'índios selvagens', 'bugres', 'índios bravos', 'selvícolas' e demais expressões pejorativas, que depositam exclusivamente nas diversas etnias características agressivas e sanguinárias, que apareciam em oposição aos "bons modos ocidentais"[59] (Sposito, 2006, p. 11).

Neste enredo, nos anos finais do império, a catequese dominava a relação da província paulista com os indígenas e isso é evidenciado em documentos oficiais levados ou mesmo produzidos pelo presidente da província de São Paulo, como se vê em um documento elaborado no âmbito da Secretaria da Justiça que consiste na "Exposição que o exm snr. Visconde do Parnahyba passou a administração da província de São Paulo ao exm. snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves no dia 19 de novembro de 1887" (São Paulo, 1887a) em que a "Catechese e Civilização dos Indios" são dadas como assunto de máxima importância "que tem chamado a minha atenção e que demanda os cuidados do Legislador Provincial" (São Paulo, 1887a, p. 32), não tratando-se, portanto, de um assunto secundário delegado a autoridades subordinadas.

[59] Vide discussão feita no final do item 1.1 do capítulo 1 desta dissertação referente as distinções pejorativas entre acerca dos *tupis*, *tapuias*, *guaianás* etc.

A questão imposta pelo Conde de Parnaíba, presidente da província, destinada ao seu futuro sucessor, Francisco de Paula Rodrigues Alves, incidia sobre "As correrias de Indios bravios [que] têm-se repetido este anno, com grande damno para as propriedades atacadas e perdas de preciosas vidas" (São Paulo, 1887a, p. 33). Assim,

> Em 2 de setembro, dando execução á Lei[60] n. 68 de 2 de abril deste anno foram nomeados para o serviço de catechese e civilização dos Indios, no valle entre os rios Tieté e Paranapanema, os Revems. Frei Mariano de Bagnaia e Frei Francisco d'Alatri, com a gratificação mensal de 100$000 (São Paulo, 1887a, p. 33).

Apesar da intencionalidade expressa da catequização não ter sido traduzida neste momento na forma de sua estruturação, havia um trabalho sendo feito neste sentido pelo governo paulista, expresso na figura do Diretor Geral dos Indios cujo nome não é mencionado no documento, em que o mesmo "insiste na conveniência de serem fundados novos aldeamentos, dotados dos necessarios meios, em Lençóes, Botucatú e Campos Novos do Turvo, onde há excelentes terras de cultura e onde, errantes, vagam para cima 1.000 Indios Chavantes e Coroados" (São Paulo, 1887b).

A questão é debatida também no ano subsequente, no "Relatório[61] com que o exm snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da província de São Paulo ao exm. snr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, 1º vice-presidente no dia 27 de abril de 1888". Este presidente, continuando a obra de seu antecessor, expediu "[…] em data de 17 do corrente as Instrucções para aquelle fim e entendi-me com o commissario Geral dos Capuchinhos para a vinda dos missionarios, que presentemente se acham na Capital em viagem para o Paranapanema", além disto, "O Comissario Geral promete mandar mais dois missionários que se incumbam da instrucção scientifica e moral dos Indigenas e dos novos trabalhadores ou colonos". Desse modo, "As missões hão de produzir os efeitos esperados, abrandando o ódio dos nacionais contra os selvagens e chamando os Indios ao grêmio da civilização" (São Paulo, 1888, p. 18).

Cabe salientar ainda que o serviço de catequese mesmo no findar do século XIX não estava estruturado na província de São Paulo, ou seja, não havia uma organização efetiva para este tipo de trabalho, como o afirmava o próprio presidente da província: "Infelizmente,

[60] A Lei n.º 68 de 2 de abril de 1887 diz respeito ao empenho do orçamento necessário para dar cabo o processo de catequização dos indígenas paulistas.

[61] Tanto este como a exposição mencionada anteriormente aparentam ser o equivalente ao processo estabelecido em um governo de transição.

escassos são os recursos de que póde dispor a administração para acudir às necessidades do serviço de catechese: e este, forçoso é confessar, ainda está entre nós em embrião" (São Paulo, 1887a, p. 33). Isto é evidenciado novamente pelo mesmo Conde de Parnaíba em "Relatório apresentado á assembléa legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887". Neste documento o presidente da província afirma: "Em assumpto de catechese e civilização dos Indios, infelizmente ainda está tudo por fazer" (São Paulo, 1887b, p. 28).

O que se viu na prática, a partir de 1891, direcionou a relação do Estado com a população indígena para outro rumo, na medida em que neste ano o processo de catequização defendido pelo Pe. Monteiro foi retirado da perspectiva institucional. Desse modo, a Lei n.º 7 de 5 de outubro de 1891 "Auctoriza o governo a organizar o serviço de adaptação dos índios e extingue a actual catechese delles". Este fato, portanto, insere-se em um contexto de disputas entre a perspectiva monarquista e a republicana, característica deste período de transição política na qual este debate também foi disputado no terreno da política indigenista. Novak (2017), ao tratar do aldeamento de São Jerônimo-PR, no mesmo contexto de transição império-república, ilustra precisamente este processo:

> Com a proclamação da república, a discussão entre monarquistas e republicanos também se revelou no campo da política indigenista e na forma de abordar os povos indígenas. Os monarquistas, ligados à Igreja Católica, defendiam a continuação da catequização e a ideia de civilização, com a ação da religião cristã, por meio dos missionários, como via principal para a conversão dos índios à vida civilizada. Já os republicanos, influenciados pelo pensamento positivista, acreditavam que a alternativa para a questão indígena seria uma política assistencialista e de proteção, por meio da ação do poder tutelar, com mecanismos de transformar o índio em um trabalhador nacional, cedendo a ele uma área de terras para a efetivação da sua moradia, para o plantio de alimentos da sua subsistência e para a venda de produtos excedentes (Novak, 2017, p. 110).

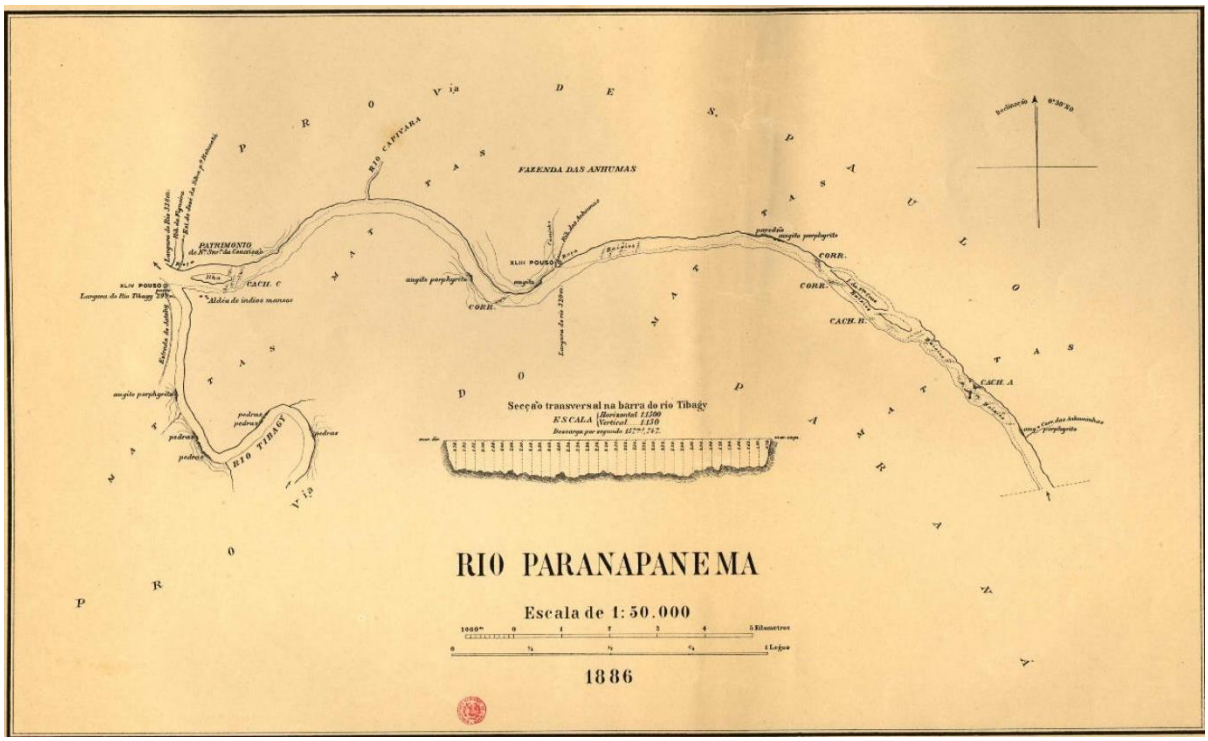
É válido destacar ainda o intercâmbio entre o governo paulista e paranaense no que diz respeito a política indigenista em ambos estados. Isto é expresso pelo próprio presidente da província de São Paulo na mensagem direcionada a Assembleia Legislativa do Estado pelo governador Conde de Parnaíba. O governador afirma:

> […] depois de uma conferencia que tive ultimamente com o Rvd. Frei Timotheo de Castelnovo, Director de aldeamentos de Indios, na Provincia do Paraná, que, de passagem nesta Capital, veiu de ordem do Exm. Snr. Ministro da Agricultura, entender-se comigo, julgo de utilidade a creação de

aldeamentos nos terrenos banhados pelo Paranapanema, nas proximidades da fóz do Tibagy" (São Paulo, 1887b, p. 28).

A figura a seguir faz referência a estes aldeamentos:

Figura 6 – "Aldeia de índios mansos" na confluência do Rio Paranapanema com o Rio Tibagi



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1889).

No bojo da catequese dos indígenas paulistas, vale mencionar que a presença de um padre, como foi o caso de um notório Pe. Claro Monteiro, tendo este sujeito tamanha importância no seio da sociedade paulista do período. Sua presença[62] no ano de 1900 nas áreas mais remotas deste Estado insere-se em um contexto de expedições religiosas, tendo vínculo direto com a tentativa de catequização dos Kaingang por parte dos padres capuchinhos. O próprio Claro Monteiro deixa essa intenção explícita na medida em que afirma: "Dê o Estado seus auxílios materiaes á Egreja, e esta, das selvas arrancará christãos e convertel-os-á em cidadãos patriotas e úteis e assim distenderá de modo efficaz e permanente, o patrimonio nacional" (Rezende; Motta, 1929, p. 532)[63].

[62] A presença deste padre será melhor explorada no capítulo subsequente.

[63] Os escritos do Monsenhor Claro Monteiro foram publicados no compilado intitulado *Os missionários capuchinhos no Brasil: Esboço histórico* e prefaciado pelo Dr. Affonso de E. Taunay no ano de 1929.

De outra perspectiva, transformá-los em patriotas úteis, como o compreendia este padre, vai ao encontro de um objetivo implícito da catequização que estava para além das preocupações religiosas. Assim, o Estado dispunha de investimento de maneira a possibilitar o trabalho dos padres de modo que, além de tirar os indígenas da condição de barbárie e condicioná-los a civilização, a ação religiosa "também assumia a proposta de ampliação do 'patrimônio nacional' por meio do reconhecimento das 'regiões desconhecidas' – oeste paulista – e, sem dúvida, do 'afastamento' das populações indígenas das 'áreas cobiçadas'" (Borelli, 1984, p. 47).

Dito isso, numa análise simplista, uma constatação possível incide sobre o fato de que, na transição para a república, a catequese seria superada. No entanto, a prática política adotada pelo governo paulista apontava para certas contradições, a exemplo do orçamento destinado já nos primeiros anos do período republicano ao "Aldeamento e adaptação de Indios" (São Paulo, 1891), constituindo um montante de 12:000$000 (doze contos de réis), já nos primeiros anos do governo republicano.

A partir de então a vertente que predominou no que concerne a política indigenista empreendida pelo Estado de São Paulo foi a vertente republicana, conferindo ao seu objetivo um caráter mais utilitário, de inserção dos indígenas na perspectiva colonial. Não se podia esperar, no entanto, a aceitação pacífica por parte desses povos, do projeto do Estado de São Paulo para seu modo de vida, do contrário, os paulistas, sejam sertanejos, cientistas, políticos, tiveram que lidar com a proporcional, e por vezes desproporcional, reação em grande medida dos Kaingang e demais etnias indígenas presentes no oeste de São Paulo, como se verá mais adiante.

CAPÍTULO 3

"*[...] EM PLENO DOMÍNIO DOS SELVÍCOLAS*": A PRESENÇA INDÍGENA NO OESTE DE SÃO PAULO NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO MONARQUIA/REPÚBLICA

> *Por toda a parte se nota signal da presença do indio que nos espreita, mas que nunca aparece. As estreitas e compridas canôas atadas a pequenas varas á margem do rio, a vereda mysteriosa que vem ter á agua e se embrenha pela matta sombria, as armadilhas e laços no alto da barranca para a caça abundante e esquiva, uma pequena canôa tripolada que desponta ao longe, no fim do estirão, e que subitamente desapparece, tudo nos diz que estamos em pleno domínio dos selvicolas.*
>
> *Teodoro Sampaio, chefe da expedição dos Rios Itapetininga e Paranapanema.*

O presente capítulo busca trazer um panorama da presença indígena no oeste paulista com base nas inúmeras menções aos povos indígenas nos relatórios da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Como já dito, cada relatório contempla uma das bacias hidrográficas do oeste paulista, sendo este oeste recortado entre os Rios Tietê, o maior rio paulista, e Paranapanema, limítrofe do Estado do Paraná. Esta presença é evidenciada de diversas formas, sendo em alguns casos conflituosas, de uma forma mais explícita, e em outros menos explícitas, mais sutis, não havendo necessariamente conflitos e, em alguns casos, relações amistosas. No que diz respeito a essas relações, elas serão abordadas detalhadamente no quarto capítulo desta dissertação, sendo apenas mencionadas aqui.

Nas expedições realizadas nos Rios Feio/Aguapeí e do Peixe, nota-se de forma constante e incisiva a presença dos Kaingang, sendo seu núcleo de concentração a região entre os Rios Tietê e do Peixe. Borelli (1984, p. 45), nesse sentido, afirma: "a área cortada pelos Rios São José dos Dourados, Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio era considerada 'sertão desconhecido', habitada por índios considerados perigosos e hostis". As relações com essa etnia se mostraram bastante conflituosas na medida em que, conforme se dava o avanço da expedição, mais hostis se mostravam os indígenas. A despeito disso, não se pode generalizar o comportamento dos indígenas a partir da distinção Tupi, Tapuia, como bem apontado por Monteiro (2001). Cabe analisar, entretanto, as diferentes estratégias utilizadas em cada território por cada etnia em sua especificidade. Cabe pensar também que o discurso dos

cientistas e/ou chefes de expedição inseria-se em um contexto no qual sua visão de mundo o permitia pensar somente mediante a lupa colonial.

Nesse sentido, na expedição do Tietê, os Kaingang só se fizeram presentes na cabeça dos expedicionários dadas as precauções por eles tomadas, considerada a possibilidade de encontro com membros dessa etnia, enquanto os "Guaranys", por sua vez, marcaram presença de forma sutil. Essa sutileza é vista também na expedição do Rio Paraná, onde os Guaranis são contactados em geral de forma amistosa. No relatório originado a partir desta expedição consta, além disso, a presença de índios *Cayoás e Chavantes*. Quanto ao Rio Paranapanema, a presença indígena é constante, sobretudo a partir dos relatos dos "sertanejos" moradores dos arredores deste rio. Além disso, nota-se a presença dos *Cayuás* também de forma amistosa, extrapolando, por vezes, os limites da bacia do Paranapanema. A divisão das discussões presentes nesse capítulo, portanto, baseia-se nas bacias hidrográficas do oeste paulista, ou seja, nas diferentes expedições realizadas cada qual em um dos rios citados.

3.1 '*Uma região totalmente deserta e infestada de indios*': Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema, 1886

Sendo assim, iniciadas as expedições exploratórias, a dificuldade em agregar mão-de-obra para o andamento das atividades da CGG/SP constituiu elemento constante nos relatórios da comissão, em que são evidenciados alguns dos aspectos que dificultaram a formação da força de trabalho necessária para tal. Neste sentido, Sampaio afirma que "Foi preciso recorrer a outros pontos do município [de Itapetininga] e aos bons officios de alguns amigos, para assim mesmo reunir um pessoal bisonho, e mais que tudo cheio de temores e de desconfiança" (Sampaio, 1889, p. 1). O perigo das cachoeiras, os animais "bravios", as enfermidades, a falta de recursos no sertão, bem como os ataques dos "bugres", constituíram empecilhos aos trabalhos da comissão. Portanto, destaca-se nesse cenário o temor do "pessoal bisonho" reunido cuja finalidade seria partir com um grupo completo para exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema. De tal forma que "mesmo com a offerta de bons salarios e com as melhores garantias", optou-se por partir com "tripolação incompleta na certeza de que rio abaixo encontrariamos gente mais conciliavel" (*Ibid*).

Em 7 de abril de 1886, foram dadas as primeiras ordens para o início dos trabalhos da CGG/SP e, já em 11 de abril, após breves preparativos, os expedicionários, sob chefia do engenheiro Teodoro Sampaio, partiram para Itapetininga, cidade "escolhida para centro das nossas primeiras operações" (Sampaio, 1889, p. 1). A comissão saiu de Itapetininga somente

em 22 de maio, em razão da necessidade de construção das embarcações adaptadas a navegabilidade dos rios e da espera de mercadorias provenientes do Rio de Janeiro, capital do império, e de São Paulo, capital da província. As principais dificuldades, entretanto, estavam na constituição da mão de obra da expedição, dadas as incertezas do "sertão paulista", fator que será abordado detidamente mais adiante.

A viagem pelo Rio Itapetininga durou cinco dias e serviu como possibilidade de "facultar ensejo á nossa gente de se ir habilitando no manejo das embarcações", uma vez que os trabalhadores que se dispuseram a compor a mão de obra da expedição não detinham a devida experiência para tal. Em 26 de maio, a comissão adentrou as águas do Rio Paranapanema e firmou acampamento em uma de suas margens, pouco abaixo da barra do Itapetininga. De lá saíram dia 28, "proseguindo com os trabalhos de topographia, sondando canaes e navegando sem difficuldade por 10 kilometros" (*Ibid*.), quando a topografia começou a se mostrar acidentada.

A denominada cachoeira de Itapucú foi o primeiro grande desafio da comissão, tendo os trabalhadores que desviar o caminho pela margem esquerda, de modo a driblar os veios tortuosos do rio que seguiam seu curso. Os trabalhos foram intensos e não tardou a transparecer o desânimo dos trabalhadores, bem como os temores sobre o "sertão", tão falados em Itapetininga. Sampaio expressa a questão projetando que "Ao desanimo e arrependimento bem podiam seguir-se deserções e não seria em sitios tão pouco habitados que haviamos de preencher as nossas fileiras rareadas" (*Ibid*).

O engenheiro destaca a presença de "alguns pobres casebres", inabitados naquele momento, bem como pequenas plantações de milho e alguns gados a beira do Rio Apiahy, descrito como "primeiro affluente consideravel da margem esquerda" do Paranapanema, portanto do lado paranaense. Sobre o espírito da região, Sampaio afirma: "A escassez da população à margem do rio é muito sensível, incutindo a toda hora no espírito esse sentimento de tristeza proprio das regiões desertas" (*Ibid*). Esse ambiente, à primeira vista inabitado ou parcamente habitado, entretanto, não indica efetivamente sua desocupação colonial. De acordo com Sampaio, as terras dessa parte da província, são propriedade da família Camargo e quem desce o curso do Paranapanema é instigado a constatar uma mata virgem e inabitada. Mas "a morada á beira-rio o povo a evita prudentemente, preferindo estabelecer-se ao longo das terras altas menos expostas" (Sampaio, 1889, p. 2). Isso pode indicar, apesar de não dito diretamente pelo chefe da expedição, certa temeridade da população sertaneja em relação aos povos indígenas que habitavam predominantemente as margens dos rios nos "sertões paulistas".

Após a continuidade da navegação pelo Rio Paranapanema, alternada entre trechos tranquilos e acidentados, em 17 de julho de 1886, a comissão chegou ao acampamento S. Sebastião do Tijuco Preto, no qual as pessoas da vila os aguardavam com expectativa. Antes da chegada a este acampamento, entretanto, Sampaio menciona ainda outros vestígios de povoados nas densas matas do oeste paulista. Trata-se da vila de Bom Sucesso, na qual localizava-se a aproximadamente 9 kilômetros da margem do rio, caracterizando considerável distanciamento do núcleo populacional das margens do rio, tal como visto na propriedade da família Camargo, mencionada anteriormente. O povoado de Bom Sucesso, por sua vez, "é um povoado pequeno e pouco desenvolvido, com um commercio fraquissimo, expressão real da vida pobre e sem actividade destas regiões privadas de boas vias de communicação, e afastadas dos grandes centros de consumo". Apesar disso, Sampaio destaca "a qualidade das terras […], a excellencia do clima, a capacidade agricola do solo para uma lavoura variada e abundante", fatores que constituem "elementos de grande valor em abono desta parte da província" (*Ibid*).

Na chegada ao acampamento de S. Sebastião do Tijuco Preto, os expedicionários foram recebidos em clima festivo em meio a uma calorosa recepção, como relatado por Sampaio. O denominado Sr. Major Mariano Leonel Ferreira, muito bem recomendado ao engenheiro, "não poupou esforços para dar-nos todos os recursos e supprimentos de acaso careciamos". Por influência deste major foi possível aumentar a turma de trabalhadores da comissão que, em razão dos temores em torno do desconhecido "sertão paulista", partiu de Itapetininga em número reduzido. Portanto, foi possível "engajar alguns homens para preencher as vagas e augmentar o pessoal que ficou então elevado a 18, entre os quaes tres indios Cayuás do aldeamento do Pirajú, muito práticos e conhecedores de todo o rio" (*Ibid*). Daí em diante, a CGG/SP teria auxílio de grandes conhecedores do Rio Paranapanema.

A ótica por detrás do conceito de protagonismo indígena nos permite analisar essas interações compreendendo as formas de agência dos povos indígenas de maneira prática. Nos termos do antropólogo João Pacheco de Oliveira, deve-se superar as interpretações estigmatizantes acerca de suas ações nos contextos de contato, superando os limites de uma história de viés determinista. Em outras palavras, é necessário analisar estes processos históricos indo além da perspectiva de que os indígenas são expectadores ou meros auxiliares no interior dos complexos processos históricos. Deve-se, neste sentido, "reexaminar criticamente as interpretações atribuídas à presença indígena, explicitando as múltiplas formas de agência e participação que as populações autóctones tiveram na construção da nação" (Pacheco de Oliveira, 2016, p. 7).

Desse modo, perceber a ação dos "tres indios Cayuás" para além da participação coadjuvante é essencial na construção de uma narrativa histórica em sua devida complexidade. Nesse sentido, cabe questionar: não seria ingênuo levar a cabo de que estes sujeitos adentraram a expedição chefiada por Teodoro Sampaio, ou mesmo o universo dos "sertanejos" paulistas, contra os seus interesses? Não se constitui uma estratégia de manutenção de sua existência a boa relação com os sujeitos presentes no contexto colonial do oeste paulista do final do século XIX?

A partir de então, os desafios em termos de navegabilidade do Rio Paranapanema se intensificaram, fato que foi destacado repetidamente por Sampaio, sendo os trabalhadores obrigados a conduzir a continuidade de parte da expedição por terra devido aos acidentes, cachoeiras, quedas da água subsequentes. As terras que aparecem quando a comissão continua os trabalhos são igualmente descritas com adjetivos positivos, são "destinadas a prosperar". São mencionados pequenos povoados esparsos e pouco habitados pela população "sertaneja" que ali subsistia, como é o caso de pequena população assentada na entrada da bacia de Salto Grande, na margem paulista.

A temeridade em relação aos indígenas constitui elemento onipresente do início ao fim do relatório escrito por Sampaio. A título de exemplo, umas das preocupações na chegada de um povoado sertanejo a outro era o abastecimento com gêneros de subsistência e também "alguma polvora […] por alto preço, e uns poucos generos insufficientes para uma viagem atravez de *uma região totalmente deserta e infestada de indios*" (grifo nosso). Há de se destacar com isto a ambiguidade contida na frase.

Este duplo sentido na afirmativa que trata de uma região ao mesmo tempo "deserta e infestada de indios" obedece a uma lógica colonial característica do pensamento científico do século XIX, mas que perpassou e perpassa por toda a história do Brasil, da colônia aos dias atuais. Esta lógica insere-se nos parâmetros de uma modernidade ocidental, na medida em que a presença da população indígena reafirmada de forma repetitiva na narrativa de Sampaio é contraditoriamente negada quando o cientista desertifica o território. Aníbal Quijano centraliza a categoria eurocêntrica de raça, em que "raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade [colonial]" (Quijano, 2005, p. 118).

Transportando a perspectiva de Quijano para o objeto desta pesquisa, os indígenas do oeste paulista ocupariam o subnível da estrutura de poder da expansão capitalista pela cultura cafeeira. Constituem sujeitos não úteis à lógica da produção capitalista a despeito do fato de

que durante toda a história colonial brasileira, que ultrapassa o que convencionou-se chamar de período colonial, foi a mão de obra indígena a utilizada em diversos momentos de exploração colonial (Oliveira e Esselin, 2015; Monteiro, 2022).

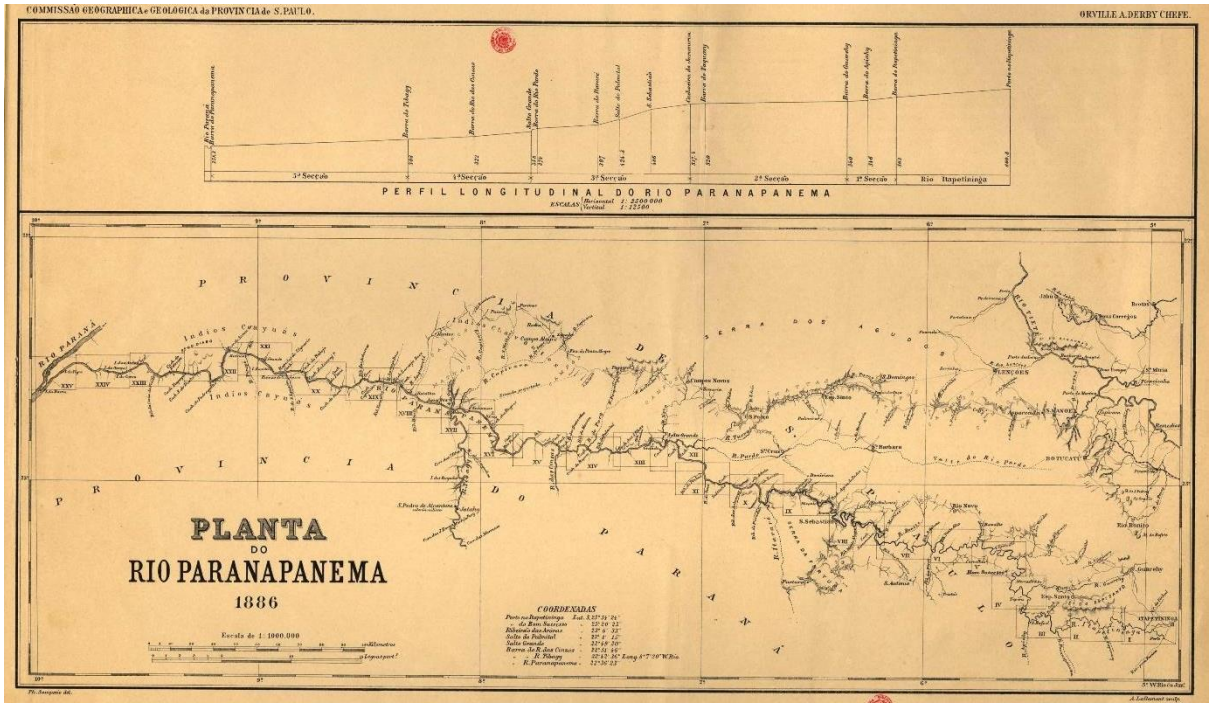
A narrativa ambígua de Sampaio a este respeito trata-se, portanto, de uma tentativa de apagar, ou mesmo desumanizar os sujeitos indígenas do oeste paulista, de modo a endossar sistematicamente o avanço colonial não obstante a presença e ocupação indígena nesse território. Dessa forma, ainda que os repetidos relatos de sua presença no andamento dos trabalhos da comissão, Sampaio expressa sua desvalorização, demarcando o caráter ambíguo da afirmativa.

Assim, a onipresença da população indígena era pressentida conforme a comissão avançava mais à oeste do acidentado Rio Paranapanema. Os trabalhadores atingiram, em 2 de agosto de 1886, a barra do Santo Ignácio, na margem paranaense, onde se preservam as ruínas da antiga redução de mesmo nome, em que se encontram "alguns esteios desapramados da velha capella, e uns tantos pés de laranjeira que o índio frequentemente visitava". Nesse contexto, Sampaio faz a afirmativa referenciada na epígrafe deste capítulo:

> Por toda a parte se nota signal da presença do indio que nos espreita, mas que nunca apparece. As estreitas e compridas canôas atadas a pequenas varas à margem do rio, a vereda mysteriosa que vem ter à agua e se embrenha pela matta sombria, as armadilhas e laços no alto da barranca para a caça abundante e esquiva, uma pequena canôa tripolada que desponta ao longe, no fim do estirão, e que subtamente desapparece, tudo nos diz que estamos em pleno dominio dos selvícolas (Sampaio, 1890, p. 3).

O relatório de Sampaio é rico em detalhes, ao passo que precisamente sintetizado com informações caras ao seu propósito. O autor justifica sua precisão nas informações para se ter uma real ideia de "com quanta difficuldade e com quantos perigos tem de lutar aquelle que ousa emprehender estudos regulares nessas remotas regiões do interior do Brazil". Essa afirmativa vem acompanhada dos medos sentidos no transcorrer da expedição – medo de doenças, da falta de reabastecimento em razão da distância entre os pequenos povoados, da fome e do indígena, aquele que tem os domínios deste amplo território.

Figura 7 – Planta do Rio Paranapanema (1886)



Fonte: (Comissão Geográfica e Geológica, 1889)

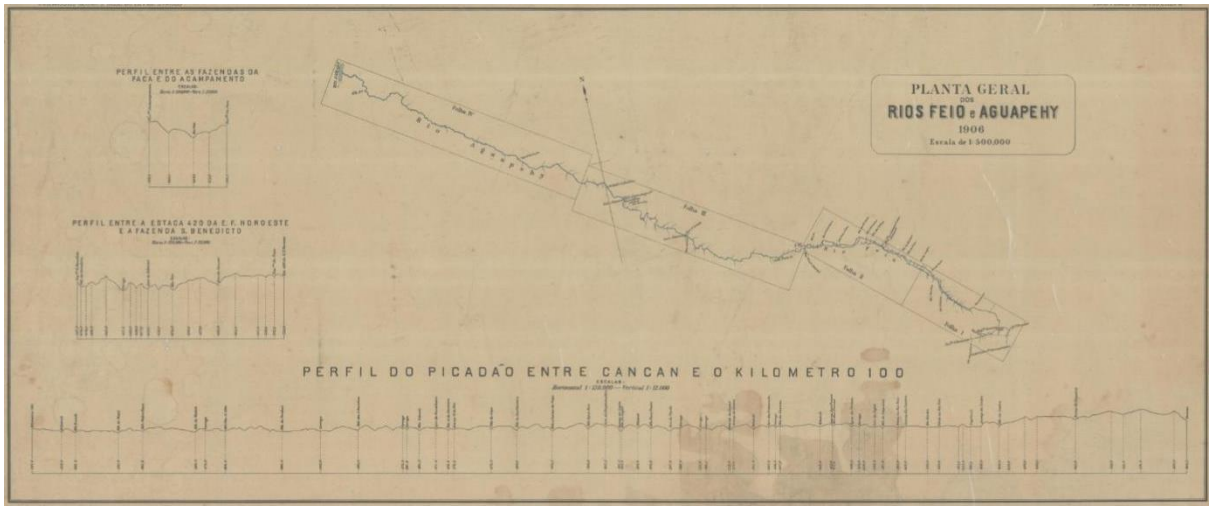
Uma importante questão imposta nas "Considerações" de Teodoro Sampaio decorre da estreita aproximação estabelecida entre os "Cayuá" e os "Coroado". Sampaio cita os estudos de Martius sobre os oito grupos etnográficos do Brasil ao afirmar que "Segundo este sabio viajante os Coroados bem como os Cayuás são proximos parentes, sendo classificados n'um dos grupos [etnográficos] dos Tupis do Sul". A única questão imposta por Sampaio incide sobre a dificuldade de se afirmar se o Coroado "é descendente do mesmo ramo tupi a que pertence o Cayuá", pressupondo, portanto, que o Coroado é de fato pertencente ao grupo etnográfico dos "Tupis do Sul" (Sampaio, 1890, p. 124-5).

Esta perspectiva incorre na "polêmica questão Guaianá", debatida no primeiro capítulo desta dissertação. Sampaio se coloca na tradição denominada tradição paulista ou tradição insistente, que filiava os Guaianá, dos quais os Coroados são descendentes, aos Tupi, respondendo a imagem idealizada pelos paulistas no qual "o modelo da nacionalidade defendida pelos paulistas, calcado na unidade do Tupi-Guarani, podia ser desafiado. Era justamente isso o mais inadmissível no contexto da época, em que o espelho Kaingang não proporcionava o retrato desejado pelos paulistas" (Monteiro, 1992a, p. 128).

3.2 '*[...] partiram flechas do matto, denunciando a presença de indios apenas por esta forma*': Exploração dos Rios Feio e Aguapehy (Extremo sertão do Estado), 1905

A exploração dos Rios Feio/Aguapeí teve como ponto de partida a cidade de Bauru (SP), no dia 11 de junho de 1905. De lá, a comissão passou por alguns pequenos povoados e/ou cafezais, os últimos do Estado, e rumou aos sertões paulistas objetivando empreender os devidos estudos nas terras férteis neste território. O início do Rio Feio se dava entre as fazendas "Faca" e "Acampamento", pertencente a um tal Joaquim de Toledo Piza e Almeida, local do primeiro ponto demarcado pelos cientistas do rio. Em seguida, a comissão passou pela barra do Barreiro, margem esquerda do Feio, pelo córrego Can-Can e, por fim, pela fazenda de Joaquim dos Santos, "ultimo morador do sertão".

Figura 8 – Planta geral dos Rios Feio e Aguapehy (1905)

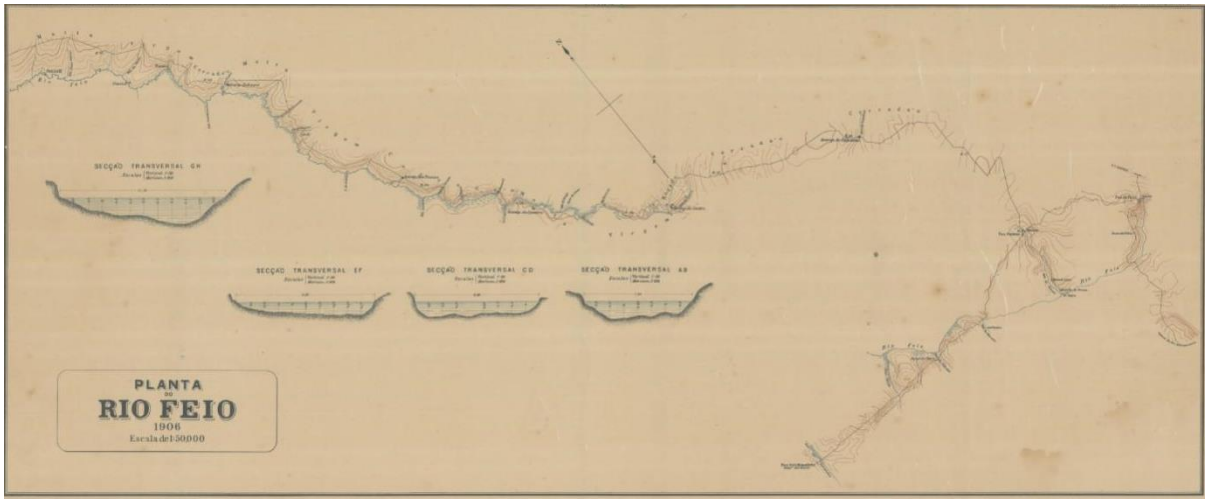


Fonte: (Comissão Geográfica e Geológica, 1906)

Baseado em suas pesquisas, Olavo Hummel, engenheiro e chefe da turma, optou por seguir a expedição pela margem esquerda do rio, "o que também parecia o mais natural, por ser para o lado onde trabalhava a turma do rio Peixe" (Hummel, 1906, p. 2). O primeiro entrave encontrado, entretanto, foi a quantidade de brejos que se seguiam e atrasavam consideravelmente os trabalhos. A decisão do chefe, portanto, foi de retomar o caminho pela fazenda de Joaquim dos Santos no dia 18 de julho, e seguir em determinado ponto para além do córrego Corredeira para, assim, retomar a margem esquerda. Na margem direita, no entanto, haviam também alguns brejos, "que se apresentassem, em logar relativamente favorável". Desse modo, os trabalhadores abriram uma picada contornando a região abundante em brejos.

Hummel seguiu logo atrás de cinco trabalhadores que abriam a picada "quando de repente partiram flechas do matto, denunciando a presença de índios apenas por esta forma, pois não tinham sido percebidos antes; e nem durante os reconhecimentos dos dias anteriores tinham-se visto sgnaes d'eles" (*Ibid*). Em seu relato, Hummel afirma que deu dois tiros de revolver como resposta e, percebendo-se ferido por uma flecha em sua virilha, foi retirado do local com ajuda de um dos trabalhadores que veio ao seu encontro. Com este ataque, o chefe geral da comissão foi ao acampamento Corredeira no dia 24 do mesmo mês, no que ficou decidido não mais continuar os trabalhos pela margem esquerda do Feio, "mas retroceder a Can-Can e abrir um picadão na margem direita e mais afastado do rio, onde velhos trilhos facilitariam o serviço na extensão de uns 18 kilometros até o logar chamado Lontra" (*Ibid*).

Figura 9 – Planta do Rio Feio (1905)



Fonte: (Comissão Geográfica e Geológica, 1906)

Tendo a rota da expedição sido recalculada após o ataque, o comando da Exploração do Rio Feio ficou a cargo do 1º ajudante da turma, Gentil Moura, que foi nomeado chefe por Hummel a partir dali. Hummel retornou a capital paulista e os trabalhos dali em diante ficaram sob a chefia de Moura. Esse, por sua vez, principiou sua chefia a partir do denominado Can-Can e de lá seguiu até o ribeirão da Lontra, onde, de acordo com este expedicionário, "serviu de morada durante alguns annos a uma tribu de indios Guaranys mansos e deram o nome à aldeia de Guaranyuva" (Moura, 1906, p. 4). Esta aldeia foi destruída pelos Kaingang na ocasião do ataque[64] ao Monsenhor Claro Monteiro e ao grupo de indígenas Guarani que o acompanhava.

[64] Este ataque e suas nuances serão abordados mais detalhadamente no quarto capítulo desta dissertação.

Figura 10 – "Indios Guaranys do ex-aldeamento de Guaranyúva" (1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1906)

Sobre isso, Lúcio Tadeu Mota, ao tratar do processo de conquista dos territórios inicialmente pertencentes aos Kaingang no Rio Tibagi, ilustra de forma precisa as complexidades das relações entre indígenas (com ênfase no plural) e colonizadores, sendo que "a análise das relações brancos e índios, não pode ser dicotômica: índios contra brancos. Deve-se considerar os grupos invasores e seus interesses localizados, os povos Guarani e os povos Jê (Kaingang e Xocleng) que eram inimigos entre si e, as alianças ocorridas entre esses grupos"

(Mota, 1997, p. 203). Mota e Noelli (1999), cabe mencionar, abordam especificamente a rivalidade entre as duas etnias e a disputas pelas bacias adjacentes ao Rio Paranapanema.

O que se seguiu na abertura do picadão até a nascente do Rio Feio, foi um zigue-zague, na medida que "o picadão ora se afastava do rio, ora delle se approximava". Assim, ao chegar ao ribeirão da Lontra, Moura constatou que o rio não fornecia as condições necessárias para franca navegabilidade, mas "pelo menos permittia a sua descida em canôas mediante algum trabalho". Dessa forma, o chefe da expedição outorgou ao segundo ajudante da turma, Bierrenbach Lima, o trabalho de fazer o reconhecimento por rio em que, "apoz um mez de descida, poude com a maior felicidade chegar á barra do Paraná, depois de ter percorrido o Feio cerca de 500 kilometros". De acordo com o que consta no relatório do próprio Bierrenbach Lima "A 1 hora do dia 14 [de dezembro] entrámos no rio Paraná" (Bierrenbach Lima Jr., 1906, p. 11). Portanto, "o rio Feio nasce a 40 kilometros a Oéste de Baurú na Serra de Agudos numa elevação que ella ahi forma para dar nascimento ás cabeceiras dos rios do Peixe, Alambary, S. João, Batalha e Dourados […] indo se lançar no Paraná" (Moura, 1906, p. 5).

Moura, assim como Sampaio, tece diversas considerações acerca da qualidade das terras das áreas consideradas remotas do Estado de São Paulo. Do já denominado sertão Bauru até cada córrego, mata e rio no qual a comissão transitou, o chefe da expedição exalta o potencial progresso econômico que esta região do oeste do Estado de São Paulo pode fornecer a unidade da federação, sendo que "O valle do rio Feio está pela variedade e qualidade de suas terras nas condições de receber todas as culturas communs do Estado". Na medida em que, "Nas suas terras de primeira ha uma enorme area livre de geada e adaptavel a cultura do café; nas terras baixas, os cereaes, o algodão, a canna e o fumo acclimatam-se perfeitamente" (Moura, 1906, p. 7).

Em seguida, Moura aborda os conflitos em torno da ocupação do "povoamento desse sertão", ao passo que pontua os diversos sujeitos que empreenderam em várias localidades a ocupação do oeste paulista. A vida dos sertanejos, nesse sentido, era considerada por Moura bastante atribulada e irregular, adjetivos empregados pelo próprio chefe da expedição, e por vezes esses sujeitos eram obrigados a pagar com a vida sua teimosia em tal ocupação. Nesse sentido, "Ao principio esses ataques eram dirigidos às propriedades, pasando depois a serem pessoaes, d'onde se originaram luctas, incursões ao proprios aldeamentos selvagens cujo epilogo era uma horrivel carnificina" (*Ibid*).

O que se criava, portanto, era um clima de revanche entre a etnia Kaingang e a população não indígena. Desse modo, Moura narra alguns dos violentos ataques que se acirravam com o

avanço colonial, bem como de algumas das violentas respostas dos sertanejos. Em 1898, na margem do Rio Dourado, um pequeno grupo de indígenas atacou, matou e mutilou dois homens. Pouco depois, outros dois sertanejos que trabalhavam próximo a uma fazenda foram atacados violentamente pelos indígenas, cortando-lhe membros do corpo. Além disso, "a mãe dos rapazes que ia levar-lhes o jantar vendo aquella scena horrivel, conseguio fugir para casa, onde poude reunir um grupo de gente armada que immediatamente marchou em perseguição dos indios, que aliás já não foram encontrados". Os indígenas ainda retornaram e invadiram a casa e levaram o que puderam, destruindo o que ficou (*Ibid*).

Figura 11 – Rancho de índios Coroados (1905)

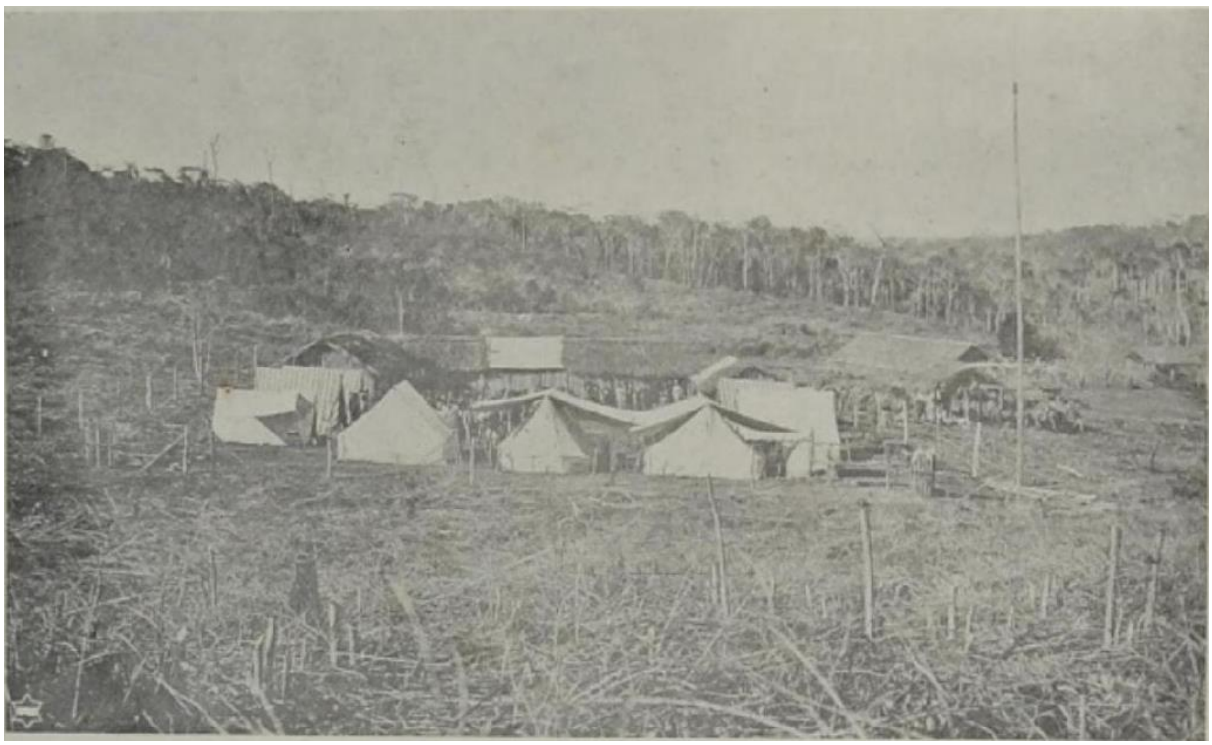


Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1906).

O chefe da expedição menciona ainda a existência de outros ataques que resultaram em mortes nos arredores do Congonhas e do Feio, como foi um dos mais notórios casos do período que culminou com a morte do Monsenhor Claro Monteiro, "cujo triste fim está bem vivo na memoria do publico" (*Ibid*). Este ataque, mencionado anteriormente, ocorreu em 1900, no Rio Sucury e, além do padre, vitimou outros dois indígenas Guarani e suscitou polêmicos debates no interior da sociedade paulista, que serão abordados mais adiante.

O que se vê relatado em seguida diz respeito ao notório ataque dos Kaingang a expedição do Rio Feio, dessa vez narrado por Moura. Esse narra sua perspectiva do ataque que em quase nada difere do relatado por Hummel. O atual chefe da comissão, entretanto, acrescenta o que se sucedeu após o ataque, momento em que a turma, ainda sob tensão e vigilância, ficou na expectativa de um novo ataque, considerando que "Facil lhes era atacar-nos de improviso em qualquer logar do picadão onde o terreno fosse difficil de passar". De fato, o que Moura temia se concretizou quando "Uma parte da turma acabava de passar um brejo onde as pernas afundavam até os joelhos, quando ao chegar em um barranco quasi ao pino foram lançadas as flechas" (*Ibid*). E assim se sucederam mais tentativas de ataques.

Figura 12 – Acampamento, deposito e rancho para a tropa (Can-Can), 1905



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1906)

Já no fim dos trabalhos da comissão, ao que parece ter ocorrido no mesmo dia do ataque que feriu o então chefe da turma, Olavo Hummel, ocasião em que os trabalhadores recuaram, houve outro ataque no rancho 15 de novembro, no qual ficaram apenas alguns doentes "por falta de conducção". Na ocasião, "os Coroados cercaram o rancho fazendo grande alarido e lançando flechas", o que obrigou esses trabalhadores a se retirarem para o acampamento Jacaré. Quando os trabalhadores retornaram em 15 de novembro, constatou-se que todo o equipamento

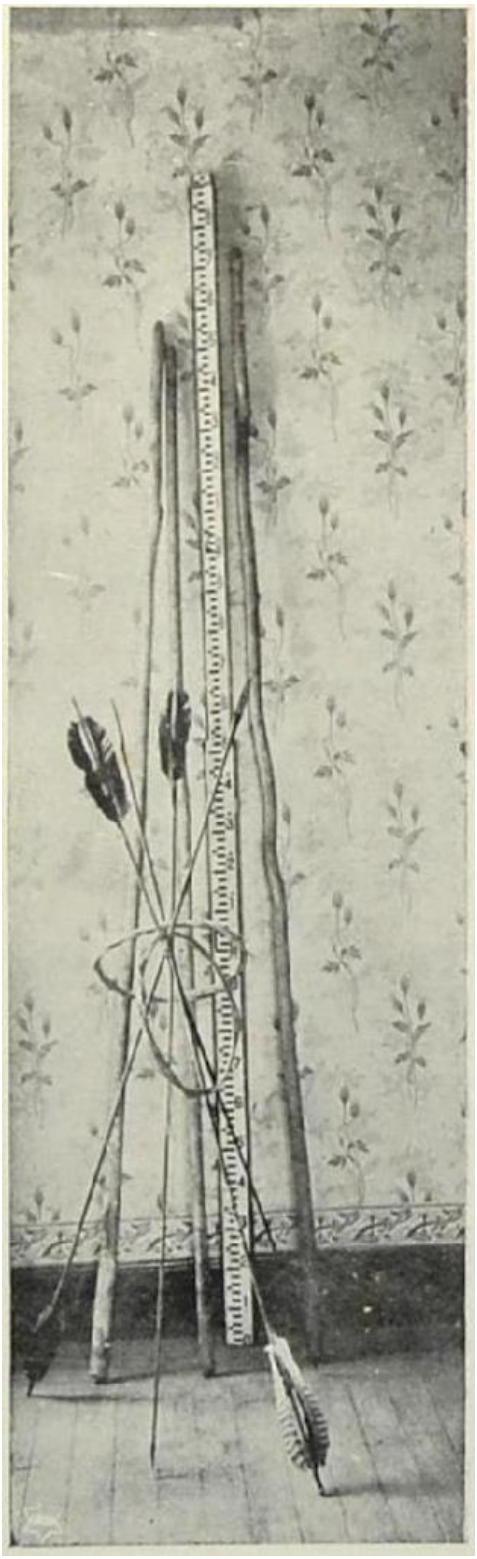
lá deixado na rápida retirada foi levado ou danificado pelos indígenas. Esses ataques e/ou tentativas prevenidas pelos expedicionários se sucederam tanto na abertura do picadão quanto na descida do Rio Feio, realizada por Bierrenbach Lima. No tom da narrativa dos ataques, Moura relata também as batidas[65] realizadas contra os indígenas pela população sertaneja, evidenciando o acirramento das tensões entre ambos os presentes naquela região. Essas batidas, cabe mencionar, "tem afugentado o indio para pontos mais distantes dos povoados pondo-os assim tambem mais a salvo dos ataques" (Moura, 1906, p. 8).

A mentalidade de Moura e dos demais chefes das expedições consideravam o processo do avanço colonial um dado inevitável que se consolidaria em questão de tempo sobre todo o oeste paulista pelo bem da civilização. Não obstante, chefes expressaram em suas narrativas, de forma evidente, a ocupação e ação dos indígenas sobre as bacias do oeste paulista, algumas vezes de forma mais conflituosa, outras vezes menos, como apontado por Moura na citação acima. Neste sentido, é consenso entre diversos autores do campo da história indígena – Cunha (1992), Monteiro (2022), Pacheco de Oliveira (2016) – a assimetria do poder colonial em relação a resistência indígena, em diversos contextos da história do Brasil, mas não se deve perder de vista que a fuga mencionada na narrativa se constitui uma ação com vistas a manutenção da sua existência.

Os indígenas que viviam nas cercanias no Rio Feio/Aguapeí se fizeram presentes em toda a expedição. Seus vestígios foram elemento constante na expedição desse rio.

[65] As dadas, como eram chamadas tais batidas, ocorridas na região do rio Feio/Aguapeí serão abordadas mais detidamente no quarto capítulo.

Figura 13 – "Flechas, cacetes e peias tomados aos indios Coroados depois do ataque da Corredeira" (1905)

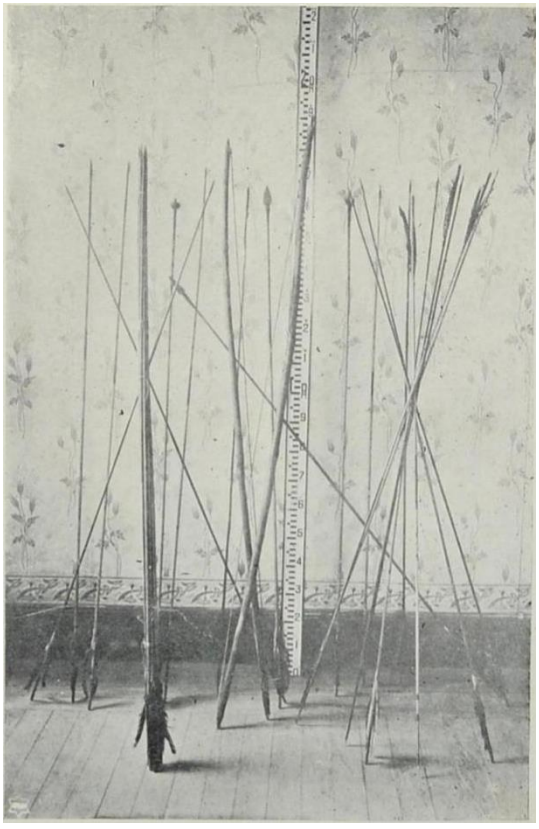


Fonte: (Comissão Geográfica e Geológica, 1906)

Em meio a essa narrativa, Moura descreve o que foi a "mais longa batida que houve no Feio. Ella se effectuou ha seis annos", ou seja, no ano de 1899, em que, após a passagem pelo Ribeirão Palmeira, os sertanejos "Encontraram uma área de cerca de cem metros roçada e com trincheiras feitas com troncos de madeira" (*Ibid*). Esta localidade, ao que parece, era muito utilizada pelos indígenas, o que fez com que os sertanejos se afastassem imediatamente da área. Mas o movimento foi percebido pelos indígenas, não gerando, no entanto, nenhum conflito de imediato. Uma violenta batalha foi travada no dia seguinte[66].

Esta era a região central dos indígenas, de acordo com os relatos dos conflitos passados entre a população sertaneja e a indígena, bem como na ocasião da passagem da comissão. Nesse sentido, "As aldeias ribeirinhas que encontrámos estão a mais de cem kilometros da cabeceira [do Feio], emquanto que é provavel que o centro d'ellas esteja situada entre as vertentes do Feio com o Presidente Tibiriçá e as deste com a do Peixe" (*Ibid*). Mas os vestígios dos Kaingang eram encontrados em todo o percurso da expedição.

Figura 14 – "Arcos e flechas dos indios Coroados" (1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1906).

[66] Tratando-se de um relato de um acontecimento ocorrido em 1889, Moura não especifica a data dos eventos.

Moura menciona que "desviados às vezes mais de um kilometro do rio ou então nas excursões as contra-vertentes do Dourado não encontrámos senão pequenas choças. Impressiona ao chefe da expedição a originalidade de sua construção:

> Próximo a uma arvore, cravam no solo uma vara de quatro a cinco metros de comprimento e por meio de um cipó amarram fortemente a uma arvore obrigando a vara a fazer uma curva em forma approximada a do n. No alinhamento da arvore e da vara assim curvada, cravam distante desta outra vara que po sua vez é também encurvada e amarrada na parte superior da curva antecedente. A esta succede-se outra e assim por diante. Sobre as varas assim dispostas é estendida a cobertura, mas de um lado só, ficando outro inteiramente aberto para dar accesso ao interior das choças […]" (Moura, 1906, p. 8).

No interior das choças, haviam vestígios de uma apressada retirada, muito provavelmente em razão da aproximação da comissão: "Também encontrámos algumas panellas, quasi todas quebradas, de 1 a 10 litros de capacidade, que serviam talvez para deposito de mel cujos vestigios de retirada encontravamos a cada passo" (Moura, 1906, p. 9). A estratégia encontrada pela população indígena frente ao avanço da comissão, portanto, nesse caso, foi a fuga. O temor[67] em relação ao outro, nessa situação, vinha de ambas as partes.

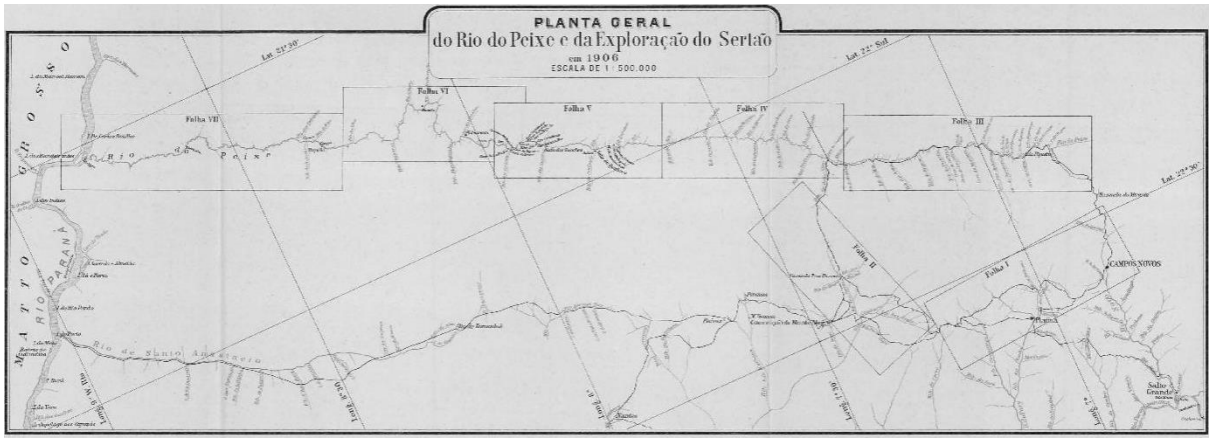
Por fim, Moura destaca alguns aspectos do cotidiano dos Kaingang, de sua habilidade para a produção do necessário para seu modo de vida, sendo eles "trabalhador intelligente, manipulando para seu uso uma infinidade de cousas". Destacam-se também os tapetes, os tecidos de taquara, feitos "com um labor paciente e bello", jacás (cestos), cerâmicas, que atingem "a uma perfeição bem regular". Em relação a agricultura, Moura afirma que pouco conseguiu obter em informações, "Comtudo, guiados por informações de sertanejos, ou ajuizando do pouco que pudemos ver, chegámos a algumas conclusões a esse respeito". É preciso, nesse sentido, que eles cultivam milho e feijão, já que foram encontrados diversos vestígios que indicavam tal cultura. Por fim, Moura se mostra surpreso que "para seus apetrechos bellicos elle [o Kaingang] é de uma pericia invejável, taes como arcos, flechas, azagaias" (*Ibid*).

3.3 '*[...] os ferozes índios Corôados que habitam a região e que constituem o terror daquellas zonas*': Exploração do Rio do Peixe, 1905-1906

[67] Esse temor será abordado, sobretudo na perspectiva dos trabalhadores da comissão em relação aos possíveis ataques dos indígenas, no quarto capítulo desta dissertação.

A turma responsável pela exploração do Rio do Peixe, chefiada inicialmente por João Pedro Cardoso, iniciou os trabalhos na então vila de Campos Novos do Paranapanema (atual Campos Novos Paulista) no dia 9 de junho de 1905, percorrendo o caminho até a fazenda Mirante e, de lá, abrindo um picadão até a direção do Rio do Peixe. A turma chegou à cabeceira do córrego Arrependido, o primeiro afluente do rio principal, e lá instalou um acampamento de mesmo nome, ou seja, o acampamento Arrependido. Nota-se que "Este acampamento achava-se collocado á margem direita do corrego na encosta d'um espigão coberto de matta, a qual já constitue pleno dominio dos indios Corôados, os bravos habitantes dessas regiões" (Cardoso, 1913, p. 3).

Figura 15 – Planta geral do Rio do Peixe e da exploração do sertão em 1906



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

Cardoso, em tom repetitivo, indica mais uma vez a notória presença dos Kaingang na região, na medida em que, na transição do córrego Arrependido para um de seus afluentes denominado Esperança, observou-se o primeiro acampamento sertanejo estabelecido na região, de mesmo nome, o Esperança. Nesse sentido, "Até o acampamento Esperança o serviço não avançou muito por falta de pessoal trabalhador bem pratico e ousado para embrenhar-se naquellas florestas e não temer os ferozes indios Corôados que habitam a região e que constituem o terror daquellas zonas" (*Ibid*). Essa ênfase pode estar relacionada ao ataque à turma responsável pela exploração do Rio Feio, que "repercutiu d'um modo terrivel em todo o sertão e fez com que os trabalhadores se retrahissem e não quizessem esta natureza de serviço no qual, além do trabalho que tinham de prestar, ainda deviam se acautelar contra os indios" (*Ibid*).

Figura 16 – Picadão do Panella (1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

As dificuldades com os picadões seguiam a mesma lógica do Rio Feio/Aguapeí, em que grandes brejos dificultavam a fluidez dos trabalhos. Parte desse trajeto, portanto, se deu do acampamento Rio do Peixe até o acampamento Canôa Podre, em que se contam pouco mais de nove quilômetros de um acampamento ao outro. Nesse percurso, que o chefe da expedição descreve como barreiro, passam animais como jacutingas, antas, entre outros. É nesse terreno que os indígenas se estabelecem. Eles "costumam construir pequenos ranchos juncto às maiores arvores e ahi se abrigam e occultam dos animaes". Cardoso afirma que encontrou cerca de 30 desses ranchos, ou abrigos, como o chefe da expedição relata. Destaca ainda sua rusticidade na

construção que é feita com galhos de árvore, folhas de palmeira, cascas de pau. “Foi esse o melhor indicio da presença dos habitantes selvicolas da região” (Cardoso, 1913, p. 4).

Figura 17 – Rancho de Indios Corôados (1906)



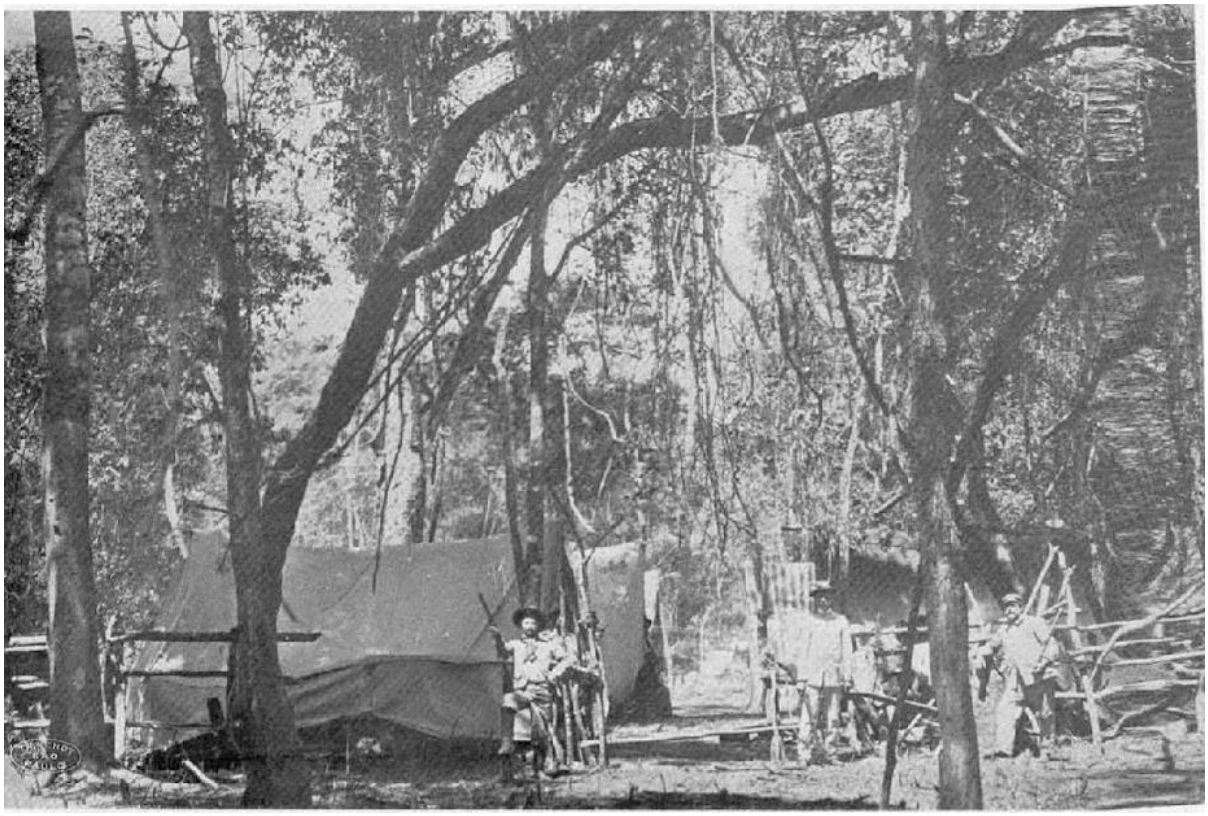
Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

No dia 26 de outubro de 1905, o destino da comissão, depois do córrego Canôa Podre, foi o córrego Anhumas, local onde foi estabelecido outro acampamento, que também levou o nome do córrego. Antes de dar continuidade, Cardoso organizou um pequeno grupo para tomar conhecimento dos arredores do acampamento recém-estabelecido, o que levou entre dois a três dias. “Assim, ficámos habilitados a avançar com mais acerto e segurança na penetração do sertão”. Nesse contexto, “os indios approximaram-se muito do acampamento imitando o pio do macuco; foram tomadas todas as precauções para evitar um ataque que felizmente não se deu; no entretanto até meia noite elles estiveram em attitude hostil” (*Ibid*).

Após a ameaça e o prosseguimento da expedição, os trabalhadores se depararam com “um grande trilho de indios dirigindo-se para os lados do rio Feio”; em 6 de novembro de 1905,

uma nova ameaça: enquanto os trabalhadores liam correspondências trazidas pelo estafeta da turma, a atenção foi desviada pelo barulho de um pássaro, o qual não se tinha ouvido, porém "Os nossos espias de indios comprehenderam logo que não se tratava de passaros e por isso vieram nos avisar de que os selvicolas se approximavam em grande numero". Constatou-se que os Kaingang procuravam cercar o acampamento Anhumas à beira do córrego de mesmo nome, o que provocou a imediata organização de defesa previamente ensaiada, de tal forma que "quando veio a noite, o nosso acampamento parecia uma praça de guerra, já pelo aspecto bellico, já pela ordem e disciplina". A tensão era tamanha que Cardoso acrescenta com certo exagero: "A lua iluminava todo o acampamento e, apezar de estarmos no mez de novembro, a temperatura era tão baixa que parecia mais a estação de inverno rigoroso" (*Ibid*).

Figura 18 – Acampamento Anhumas (1906)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

Depois de algumas tentativas frustradas de ataque, os indígenas iniciaram sua dispersão. Tal dispersão perdurou durante boa parte da madrugada, tendo os indígenas deixado os arredores do acampamento por volta das 2h30, madrugada do dia 7 de novembro de 1905. Ao amanhecer, os trabalhadores analisaram o entorno do acampamento e constataram que "elles

desceram pelo leito do corrego Anhumas até o acampamento onde depois se espalharam". Esse comportamento é característico, uma vez que "Elles usam muito caminhar pelo leito dos rios quando querem fazer algum ataque, naturalmente porque encontram caminho aberto e também porque não deixam suas pégadas" (Cardoso, 1913, p. 5).

No dia 9 de novembro, ou seja, cinco meses após o início da expedição, decidiu-se pela suspensão dos trabalhos. No relatório da Exploração do Rio do Peixe não são dadas as razões para tal suspensão, mas ela é anunciada logo após o relato do cerco feito pelos Kaingang ao acampamento Anhumas, o que pode ser um indicativo de sua suspensão, mas não se pode afirmar categoricamente, já que as razões para a pausa não são dadas expressamente.

No ano subsequente, em 1906, foi organizada uma nova expedição, esta chefiada por Gentil Moura, na qual os indígenas permitiram até certo ponto que os trabalhos transcorressem harmoniosamente, até que, a partir do córrego denominado Confusão, já se aproximando do Rio Paraná até este rio "os vestigios começaram apparecer mais frequentemente. […] Pequenos ranchos, tocaias para caça ou pesca, também eram encontrados e ahi reconhecia-se claramente a presença dos selvagens" (Cardoso, 1913, p. 6).

Gentil Moura, o mesmo responsável por assumir a chefia da exploração dos rios Feio/Aguapeí, após o ataque dos Kaingang que feriu o então chefe daquela expedição, tornou-se chefe do segundo ciclo da Exploração do Rio do Peixe. O tom apresentado no presente relatório difere do sucesso, nas palavras de Moura, daquela expedição, sendo que

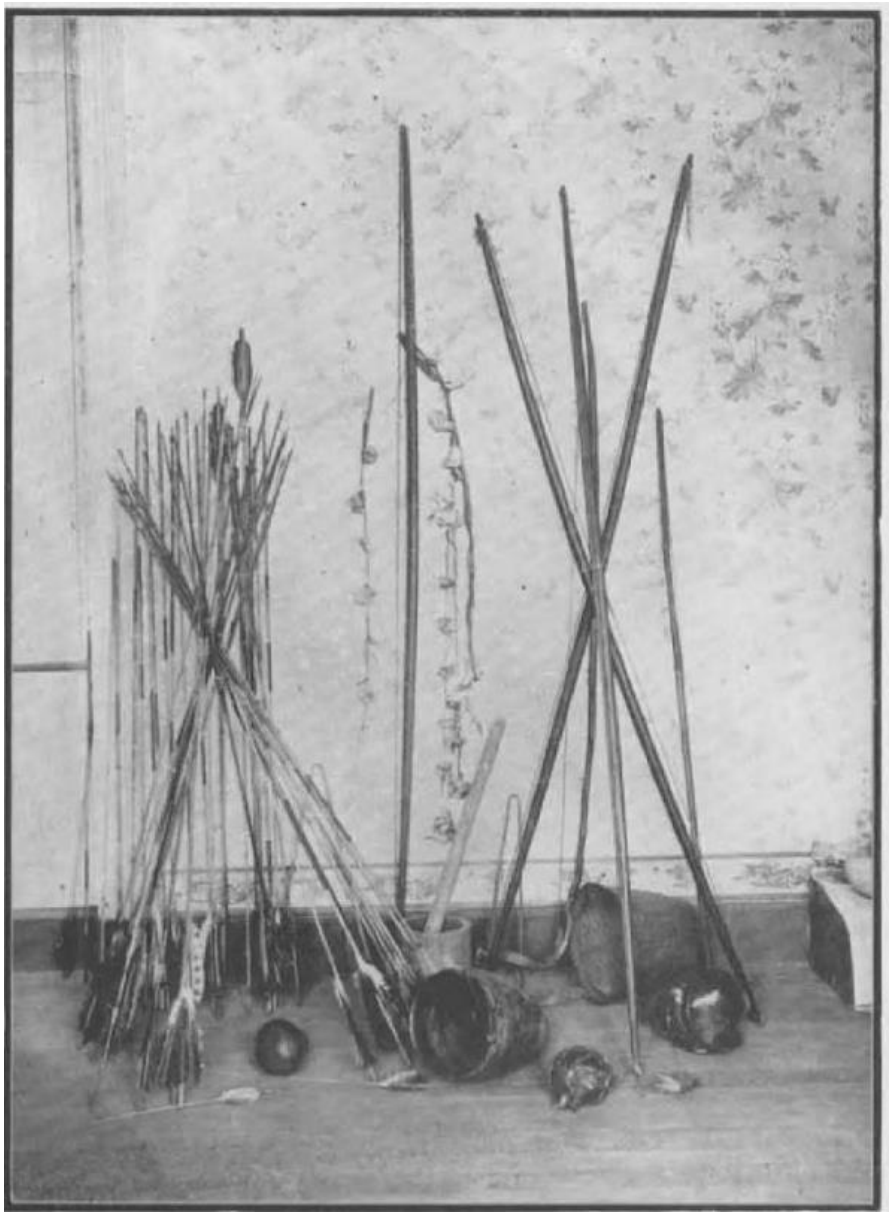
> Menos felizes nesse rio que no Feio, tivemos necessidade de enfrentar por duas vezes com esses ferozes inimigos dos sertanejos.
> Da primeira vez conseguimos sahir illeso do rapido ataque que nos deram, o que infelizmente não succedeu no segundo em que foram feridos por flechas quatro dos nossos camaradas (Moura, 1913, p. 7).

No primeiro sinal da presença indígena, os trabalhadores já começavam a se acautelar e delegavam aos sertanejos, estes mais afeitos ao trato cotidiano com os indígenas, a função de proceder os trabalhos da comissão. A descida do Rio do Peixe foi marcada por uma cautela redobrada, de modo a garantir a proteção da turma. Em locais suscetíveis a presença dos indígenas "o pessoal de protecção embarcava em uma canôa que segui para a frente onde continuava a observação". Antes de passar pelo denominado ribeirão dos Coroados, os vigias, responsáveis exclusivamente por cuidar e alertar, quando necessário, a aproximação de indígenas, avistaram "uma aldeia onde uma porção de indios esperavam a nossa approximação". Os trabalhadores os dispersaram com uma saraivada de tiros na direção dos

indígenas e ainda desembarcaram no local para "arrecadar os objectos que na fuga pudessem ter deixado. Entre outras coisas encontrámos cerca de cem flechas e diversos arcos" (*Ibid*).

Dois dias após este ataque veio outro. Logo pela manhã, os trabalhadores não haviam andado nem um quilômetro e na passagem do ribeirão da Emboscada uma chuva de flechas atingiu a primeira canoa do grupo. Imediatamente os trabalhadores atiraram na direção das flechas, defendendo-se, o que foi efetivo, mas não sem antes perceberem feridos quatro trabalhadores, sendo que "Dos quatro empregados feridos só um tinha sido offendido com alguma gravidade, tendo recebido na perna esquerda uma flécha que entrou cerca de vinte centímetros" (*Ibid*).

Figura 19 – Objectos de indios Corôados (1906)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

Moura pontua que não é possível afirmar "se elles [os indígenas] espreitavam as nossas construcções ou acompanhavam as picadas e a nossa descida pelo rio". Da mesma forma, o chefe da expedição é cauteloso ao afirmar se eles suspeitavam da presença da comissão, a despeito de os sinais dela serem evidentes com as aberturas de picadões, tiros dados etc., bem como "pela entrada que fizemos em cerca de 80 kilometro do seu dominio". Desse modo,

> Sua presença é difficil de ser pressentida, pois costumam acompanhar durante muito tempo as expedições, andando de rojo, tão subtis e cautelosos que a

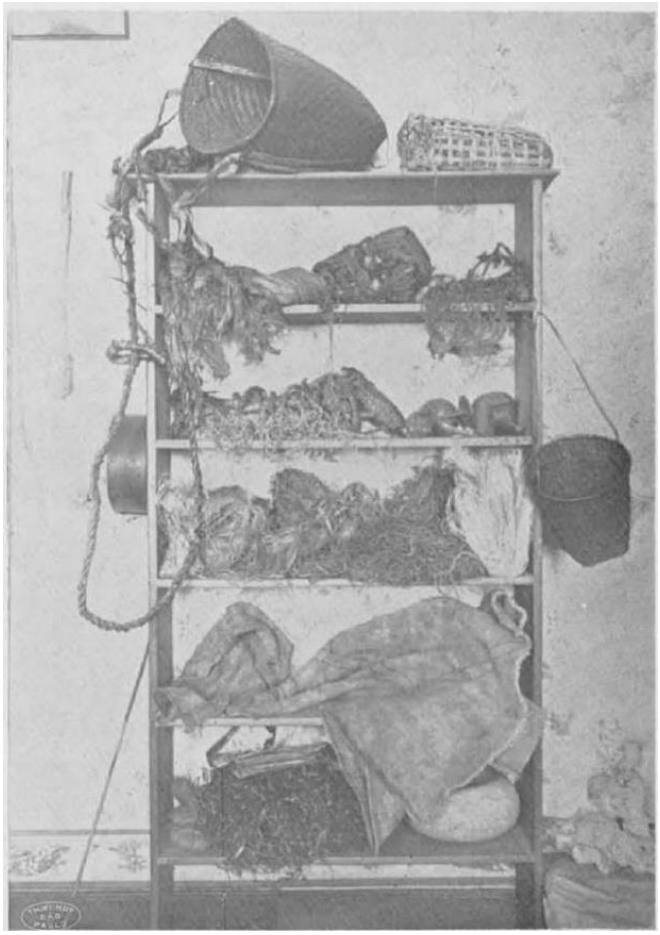
> melhor vista e o mais apurado ouvido seriam incapazes de presentil-os. Em todo caso, a sua presença ahi seria passageira (Moura, 1913, p. 8).

Em seguida, Moura descreve diversos pontos, nos quais foram encontrados vestígios materiais recentes da presença dos Kaingang na rota da expedição. Em suas próprias palavras,

> Somente abaixo do salto dos Guachos e que começaram a apparecer *trilhas* largas, bem cavadas, demonstrando frequência de transito. Dahi a pouco encontrámos o primeiro signal que demonstrava, se não uma moradia, ao menos uma residência provisoria. Era um roçado de dez metros em quadra e occulto do lado do rio por uma orla estreita, de matto. Dentro não havia rancho algum, mas debaixo da fronde de duas grandes arvores notavam-se alguns leitos feitos de folhas de coqueiros e em cuja proximidade viam-se os tições de fogo costumeiro dos pousos indigenas. Alem da grande quantidade de pennas de aves, na maioria de papagaios, de pellos e ossos de caças, ossadas de peixes, etc., encontrámos ainda diversos espetos feitos de madeira, tenazes para tirar do fogo as peças de caça, pedaços de potes de barro, porungos quebrados e uma pequena *estiva* alta do chão cincoenta centimetros e de 0,50 X 0,30 de extensão e que a guisa de mesa serviria para o preparo das peças de caça (Moura, 1913, p. 8).

Como se vê na imagem a seguir:

Figura 20 – Objectos de indios Corôados (1906)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

Esses ranchos, detalhadamente descritos[68] por Moura (1913), constituem, ao que parece, moradias fixas dos Kaingang, uma vez que

> Querem alguns que esses ranchos não sejam utilisados como moradia habitual, com o que não estamos de accordo, porque a quantidade de ranchos que se encontram agrupados, de um modo tão frisante de povoação, como se vê na aldeia dos Corôados kilometro 74 (mappa do Feio)[69] nao podiam ter sido edificados para a passagem de uma unica noite. Não podem tambem servir para espera de caça ou *tocayas,* pela grande quantidade de gente que habita

[68] "Proximo a uma arvore, cravam no solo uma vara de 4 a 5 metros de comprimento e por meio de um cipó amarram fortemente a uma arvore obrigando a vara a fazer uma curva em forma de n.
No alinhamento da arvore e da vara assim encurvada cravam distante desta outra vara que por sua vez e tambem encurvada e amarrada na parte superior da curva antecedente. A esta sucede-se outra e assim por diante.
Sobre as varas assim dispostas e estendida a cobertura, mas de um só lado, ficando o outro inteiramente aberto para dar accesso ao interior das choças que são separadas entre si por um anteparo do mesmo material que o da cobertura, geralmente feito de palhas de coqueiro ou de cascas de madeira.
Esses ranchos são distantes entre si de dez a cem metros e ligados por diversos caminhos".

[69] Figura 6.

> nessas aldeias e cuja presença mais serviria para afugental-as do que para as chamar. Tambem não poderiam servir de ponto de pesca por estarem as vezes muito distantes dos rios.
> Os vestigios que se encontram á beira desses ranchos demonstram, ao inverso de provisoria uma moradia definitiva. Entre os objectos que se acham em quasi todos os ranchos, citaremos pilões para fabrico de farinha, os fomos de forma circular, cavados no chão e com uma grossa camada de carvão, devendo-se citar tambem os cercados feitos de varas a modo de trincheiras e que nao teriarn cabimento em um logar de moradia provisoria (Moura, 1913, p. 8).

Essa presença definitiva, como dito pelo próprio chefe da expedição do Rio do Peixe, constitui mais uma clara evidência da presença indígena no oeste paulista. Sendo isso repetidamente evidenciado, torna-se importante apontarmos para uma contradição. Tal contradição diz respeito a mensagem transmitida pelas diferentes secretarias e/ou inspetorias subordinadas ao poder executivo do Estado de São Paulo nesse contexto de transição monarquia-república, ou seja, do século XIX para o século XX. Isto envolve, portanto, a questão do trabalhador nacional no período pós-abolição da escravidão negra, bem como o avanço das estradas de ferro relacionadas à expansão cafeeira-capitalista. Neste sentido, a Figura 4, sendo uma mapa produzido no âmbito da Inspetoria de Estradas e Navegação, dá uma ideia mais próxima do real no que se refere a presença indígena no oeste paulista. A mensagem transmitida busca informar a existência de aldeamentos, portanto, de indígenas Kaingang, Guarani e Chavante. De forma oposta, a Figura 3, produzida no âmbito da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, ao representar as terras do oeste paulista como terrenos despovoados, transmite a clara mensagem que estes terrenos precisam ser ocupados pelos novos trabalhadores nacionais, os imigrantes.

Moura relata também vestígios de outra "tribu", os denominados "Chavante" que, ao que tudo indica, correspondem aos Ofaié, do Estado de Mato Grosso. Sobre os Ofaié, cujo território tradicional corresponde a margem mato-grossense do Rio Paraná, Carlos Alberto dos Santos Dutra utilizando-se do amplo conhecimento de campo de Curt Nimuendajú ao afirmar: "os Ofaié distinguem-se radicalmente de seus homônimos Xavante do Rio das Mortes (os Xavante Akwen) e Xavante dos Campos Novos, do estado de São Paulo (os Xavante Oti), com os quais nada teriam em comum, a não ser o fato de viverem todos eles no campo" (Dutra, 2004, p. 49). De forma resumida, os "Chavantes" referenciados no relatório de Moura tratam-se, na verdade, dos Ofaié da margem direita do Rio Paraná[70]. Moura relata que "Na nossa volta

[70] Esta distinção será abordada de forma definitiva no item 3.5 deste capítulo, referente a bacia do rio Paraná. Cabe aqui retratar a presença dos "Chavante", tal qual referido pelo chefe da expedição do Rio do Peixe, Gentil Moura.

pelo [rio] S. Anastacio encontramos em um dos pequenos campos daquelle rio dois ranchos situados no meio do campo e construidos em condição e formato diferentes". Além disso,

> Parece que esses ranchos são de Chavantes, cuja tribu tem ainda alguns representantes, poucos porem, nas margens do S. Anastacio.
> Dessa opinião tambem são alguns sertanejos que a esse respeito consultamos e que acatamos por serem moradores no sertão ha mais de vinte annos.
> Na descida do Parana, a turma foi visitada por uma tribu indigena e que, talvez parentes dos de S. Paulo, residem em Matto Grosso.
> Referimo-nos aos Chavantes daquelle estado, cuja tribu vive ainda em estado selvagem, mas cujo caracter manso e sociável procura sempre os navegantes daquelle rio.
> Basta soprar-se uma buzina para que immediatamente se ouça em resposta o som de uma outra que repete os tons da nossa.
> Desde que sahimos no Parana, e sempre que as embarcações seguiam do lado de Matto Grosso, ouviamos essas respostas sem comtudo conseguirmos ver algum indio, apezar de sempre encontrarmos em algumas praias as suas pegadas, ranchos, fogos recem-apagados, etc.
> Na tarde do dia da partida de S. Anastacio, em frente a ilha dos Chavantes, cerca de quinze desses indios vieram visitar a turma, offerecendo em permuta de roupas e ferramentas alguns arcos e flechas que traziam.
> Bem recebidos e agasalhados prometteram ficar no acampamento ate o dia seguinte, para serem photographados. A meia noite, porem, elles fugiram da barraca em que dormiam, atravessando a nado um canal de mais de um kilometro de largura que separava a ilha da margem de Matto Grosso.
> Felizmente ficou um desses indios cuja photographia poude ser tirada no dia seguinte (Moura, 1913, p. 9).

A figura abaixo consta no relatório da Exploração do Rio do Peixe sendo, portanto, o referido chavante fotografado no dia seguinte à fuga dos demais.

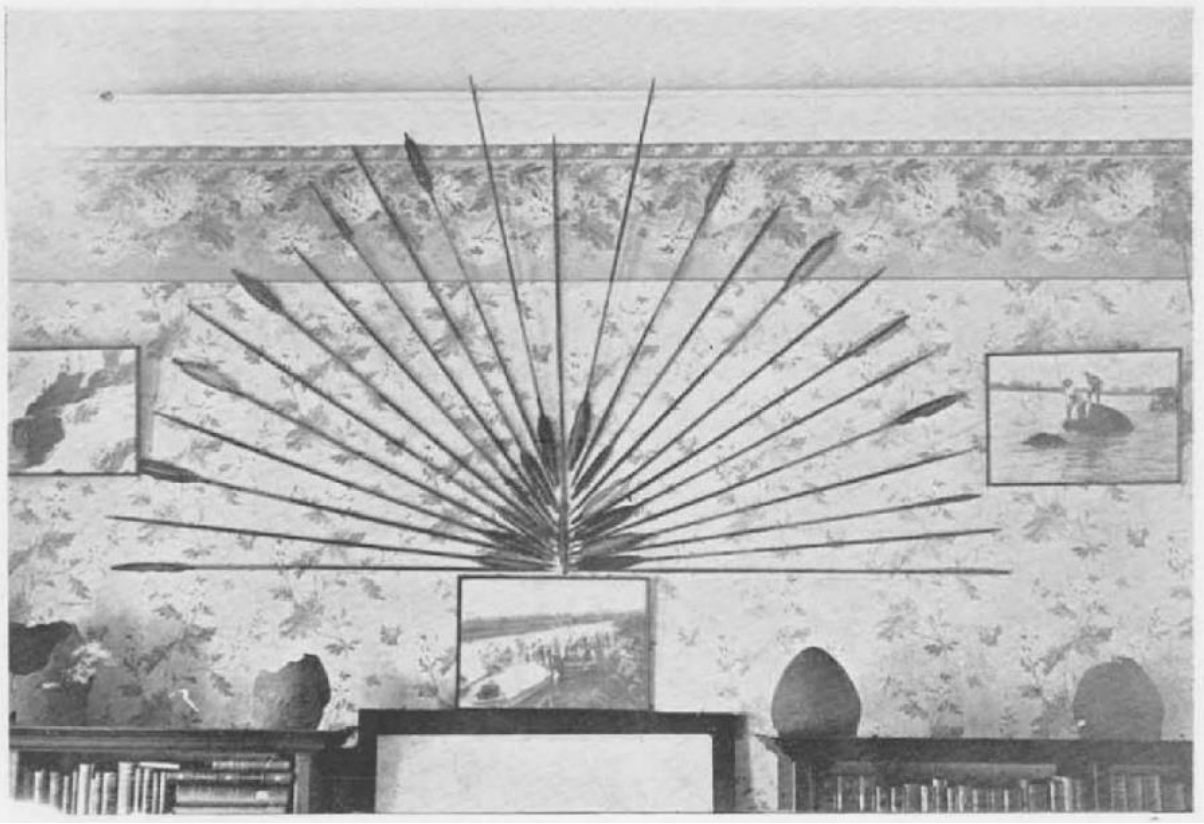
Figura 21 – Indio Chavante (1906)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

Sendo assim, as relações entre a CGG/SP e os Chavante das adjacências do Rio Paraná foram, em certa medida, indiretas e, de alguma maneira, cautelosas por parte dos indígenas, exceto por um caso em que algumas trocas aconteceram de forma mais direta, embora com alguma efemeridade.

Figura 22 – Flechas de indios Chavantes (1906)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

3.4 '*Sendo a margem esquerda do Tietê […] habitada por indios Corôados, tomavamos todas as precauções nos pousos que eramos forçados a fazer*': Exploração do Rio Tietê, 1905

A expedição feita no Rio Tietê, diferente das demais, não partilhou das mesmas tensões pelas quais passaram os trabalhadores dos Rios Feio/Aguapeí e do Peixe, pelo menos no que foi escrito em seu relatório. Esta expedição foi iniciada em três de junho de 1905, principiando-se no Rio Jacaré Grande, mais a leste do Estado, em razão da nascente do Rio Tietê localizar-se na capital paulista, e seguindo até desaguar no Rio Paraná, constituindo, assim, o maior rio do Estado de São Paulo. Mais a oeste do Estado, há uma pequena vila, a vila de Avanhandava, localizada muito próxima ao Rio Tietê, onde há um salto no rio de mesmo nome, o Salto do Avanhandava. Jorge Black Scorrar, chefe dessa expedição, afirma que "Sendo a margem esquerda do Tietê, de Avanhandava em diante, habitada por indios Corôados, tomavamos todas as precauções nos pousos que eramos forçados a fazer na mesma margem, […]. Felizmente não fomos incommodados por elles e nem encontrámos vestigios" (Scorrar, 1910, p. 5).

Houve, entretanto, um encontro não com os Kaingang, como nas outras expedições, mas com os Guarani. Esse encontro é caracterizado pelo inusitado sumiço dos indígenas. Estes foram encontrados num arranchamento do Capitão Zezinho, abaixo do porto Garbarino, que tinha sob sua chefia oito adultos e quatro crianças indígenas. O capitão liberou os indígenas e mais dois outros companheiros, segundo o relator. "No dia seguinte, porém, depois que almoçaram, afastaram-se do acampamento sob qualquer pretexto e não mais voltaram" (Scorrar, 1910, p. 6).

3.5 '*os indios Corôados, os mais ferozes, […] poucas vezes se approximam em turmas grandes do Rio Paraná, que deve ser mais frequentado pelos Cayoás e Chavantes*': Exploração do Rio Paraná (da Barra do Rio Tietê ao Rio Paranapanema)

A primeira parte da Expedição do Rio Paraná contemplou a barra do Rio Tietê até o Rio Paranaíba, como pontal entre o então Estado de Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais. Ela foi liderada por Jorge Black Scorrar. Já a segunda parte, que abarcou a barra do mesmo Rio Tietê até o Rio Paranapanema, região sudoeste do Estado, foco desta pesquisa, foi conduzida por Cornélio Schmidt, chefe da turma. A turma iniciou a viagem pelo Rio Tietê no dia 17 de junho de 1905 e chegou à barra do Tietê, adentrando, assim, o Rio Paraná no dia 29 de julho, dando início aos trabalhos nesse rio.

Figura 23 – Exploração do Extremo Sertão do Estado (1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1911).

Diferentemente das demais expedições, os povos indígenas cuja presença é relatada na exploração do Rio Paraná dizem respeito aos povos Guarani, uma vez que os Kaingang ocupavam (ainda ocupam em alguma medida) a região centro-oeste do Estado, mais distante da fronteira entre o Estado de São Paulo e o então Estado de Mato Grosso. Schmidt faz a seguinte constatação nesse sentido: "os indios Corôados, os mais ferozes, acham-se localisados nos terrenos elevados entre o Aguapehy e o Tigre; poucas vezes se approximam em turmas grandes do Rio Paraná, que deve ser mais frequentado pelos Cayoás e Chavantes" (Schmidt, 1911, p. 17). Os Chavante, correspondem aos Ofaié, que erroneamente foram chamados de Chavante ou Oti-Chavante, residentes do atual Mato Grosso do Sul. Trata-se, nesse sentido, de uma perspectiva colonial, isto é, uma generalização. Dutra, desse modo, descreve os Ofaié como os

> […] antigos caçadores e coletores da margem direita do rio Paraná. Nessa época, eles ainda eram milhares e corriam seminus e livres pelos campos e savanas entre a serra de Maracaju e a margem direita do rio Paraná, quando

> foram confundidos como "Shavante" pelos bandeirantes e primeiros viajantes do século das luzes (Dutra, 2011, p. 147).

Dutra afirma ainda que "O rio Paraná, a Leste, […] desde a desembocadura do Tietê até o Paranapanema, os separava dos Kaingang e dos Oti (Oti Chavantes), do Estado de São Paulo. Ao Sul, escreve Nimuendajú, vizinhavam os Ofaié com diversos grupos Guarani, chamados de Caiuá" (Dutra, 2011, p. 155). Há relatos de raras incursões feitas pelos Ofaié no território paulista, na margem paulista do Rio Paraná, margem oposta ao seu território tradicional. Dutra traz uma notícia datada de 1801 que menciona a existência de pelo menos cinco aldeias na margem paulista, na barra do Rio Tietê. Há também outro relato, esse de 1908, em que "um bando de 60 a 70 Ofaié atravessou o rio Paraná, regressando, porém, dois anos depois sob a acusação de que teriam sido assaltados pelos Kaingang paulistas que lhes tomaram as crianças" (Baldus, 1947, p. 91 *apud* Dutra, 2011, p. 156). O amplo conhecimento de Dutra sobre os Ofaié, somado à narrativa de Moura, na expedição do Rio do Peixe, em seu retorno pelo Rio Santo Anastácio, adjacente ao Rio do Peixe, pode indicar que os indígenas "Chavante", cujos vestígios foram encontrados nas margens do Rio Paraná, correspondem aos Ofaié, tal qual os vestígios encontrados na expedição do Rio Paraná.

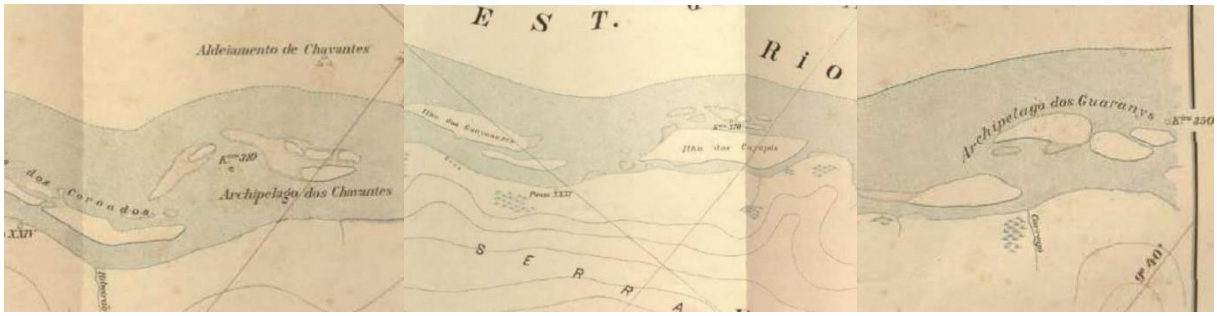
Figura 24 – Indios chavantes (1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1911)

Portanto, sejam os supracitados "Cayoás" ou os próprios "Chavantes" (Ofaié), os vestígios desses indígenas se intensificaram na altura do Rio Feio/Aguapeí. Schmidt observa, nesse sentido, a maior perícia dos indígenas do lado paulista no que se refere aos corte de árvores, o que, para esse locutor, indica que esses indígenas utilizam uma maior quantidade de ferramentas. Vale elucidar, entretanto, que Schmidt, bem como Hummel, Cardoso, Moura e Sampaio, não tiveram como foco de suas pesquisas a antropologia ou a etnologia dos indígenas do Estado de São Paulo na transição dos séculos XIX-XX; suas impressões sobre esses povos se reduzem a observações realizadas no trânsito pelos rios explorados pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.

Figura 25 – A presença indígena na bacia do Rio Paraná: "Ilha dos Coroados", "Archipelago dos Chavantes", "Ilha dos Guayanazes", "Ilha dos Cayapós", "Archipelado dos Guaranys" (1905)



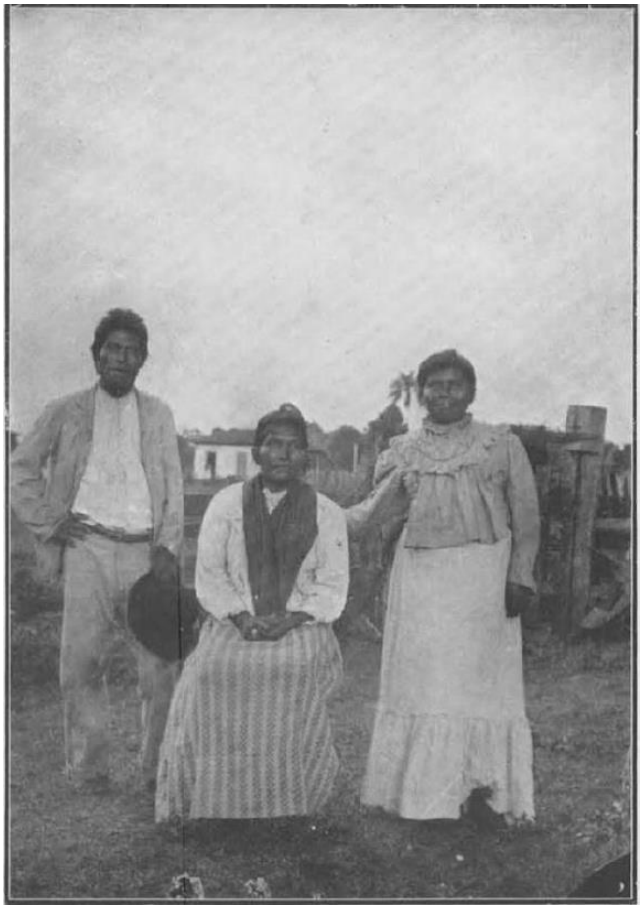
Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1911)

Por fim, Schmidt traz um encontro anedótico ocorrido precisamente no Ribeirão Orelha de Onça, em que, ao passar por esse ribeirão, os trabalhadores perceberam pegadas recentes, que se confirmaram com o aparecimento de alguns indígenas. A maior parte deles correu, "ficando apenas dois mais afoitos":

> Convidados por mímica e atirando-se alguns pedaços de fumo que eram apanhados e logo mastigados, apresentando o forro vermelho dos ponches, approximaram-se admirados pelo uniforme das praças e deixaram-se conduzir para as barcas e para o acampamento que foi feito na barra desse ribeirão. Eram estes dois indios de altura regular, bem nutridos e musculosos; um delles tinha as feições regulares, bonitas mesmo, pode-se dizer, olhos vivos e inteligentes; o outro tinha traços mais selvagens e um que de idiotismo; no emtanto riam-se por qualquer motivo mas não deixavam transparecer à admiração por objectos que forçosamente jámais tinham visto, como machina photographica, phosphoros, etc.; comtudo gostosamente riam ao provarem aguardente; café, etc., apezar do enjôo que parecia estar-lhes causando ao estomago os pedaços de fumo que depois de mastigados enguliam. Depois de vestidos e presenteados deixámol-os ir em paz para seu aldeamento. A julgar pelas pontas farpadas de suas flechas e pela madeira de que eram feitas, supponho ser da mesma tribu, talvez cayuá, que frequentam as mattas do rio S. Anastacio (Schmidt, 1911, p. 18).

As diferentes estratégias das diferentes etnias indígenas constituem o modelo pelo qual esses grupos lidam, ao seu modo, com o projeto do colonizador, que não é imposto, por sua vez, de forma vertical, mas cuja imprevisibilidade do comportamento do outro, o indígena, o faz readequar seu projeto de acordo com as circunstâncias que não são, de modo algum, fortuitas (Pacheco de Oliveira, 2016).

Figura 26 – Indios Corôados civilizados (1906)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

A figura acima mostra, além disso, que não se pode generalizar as relações dos Kaingang frente ao avanço da CGG/SP como conflituosas, tal como não se pode incorrer no mesmo erro em relação à ideia de que os Guarani são pacíficos (Monteiro, 1992b). Uma análise complexa nos impõe as diversas faces da relação entre indígenas – sejam Kaingang, Guarani ou Ofaié –, sertanejos e colonizadores, para além de simplificações e/ou generalizações que, em geral, constituem análises centradas na qualidade moral dos sujeitos presentes nesse contexto de guerra de conquista (Souza Lima, 1995).

CAPÍTULO 4

'*[...] O NINHO DA BUGRADA NÃO SUBMETIDA*': AÇÃO INDÍGENA NO SUDOESTE DE SÃO PAULO FRENTE AO AVANÇO DA COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

> *O indio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento dessa zona. Cioso de sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua familia, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêm com outro fito senão de matal-os e tomar-lhes as terras.*
>
> *E é isso somente que tem feito com que se não desenvolva pela agricultura uma região fadada a um futuro grandioso*
>
> *[...]*
>
> *Riquíssima de terras de primeira sorte, dotada de um clima esplendido, está fadada a ser dentro em pouco mais um centro de riqueza e de prosperidade do Estado de São Paulo.*
>
> *Gentil Moura, chefe da turma da expedição realizada nos rios Feio/Aguapeí, 1905.*

Este capítulo, último da presente dissertação, aborda as diversas nuances das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos de grande parte do oeste do Estado de São Paulo, sob a ótica da resistência e do protagonismo indígena. O capítulo, portanto, está subdividido a partir do caráter dessas relações, sejam elas pautadas por tensões, medos, conflitos, violência deliberada, mas também por aproximações, relações exercidas de forma amistosa etc. Nesse sentido, a narrativa não segue a linearidade das expedições, ao contrário, o texto transita, em vaivéns, no interior do recorte da pesquisa, entre 1886 e 1906.

4.1 "*Facil lhes era atacar-nos de improviso em qualquer logar do picadão onde o terreno fosse difficil de passar*": ação dos Kaingang ao avanço da CGG/SP pelos Rios Feio/Aguapeí

No que diz respeito à expedição do Rio Feio/Aguapeí, inicialmente chefiada por Olavo Hummel, o primeiro encontro com os "ferozes indios Corôados" aconteceu já no segundo dia, mediante um ataque realizado por esses indígenas, no qual Hummel ficou ferido na virilha por uma das flechas lançadas pelos Kaingang e precisou ser substituído logo após o ataque. Na carta

de apenas uma página, escrita por João P. Cardoso[71], chefe geral da CGG/SP, destinada ao Dr. Carlos Botelho, secretário de Agricultura, o narrador afirma que

> A 18 de julho, na margem esquerda do corrego Corredeira deu-se o ataque á turma pelos ferozes indios **Corôados** que habitavam essa região; assim que recebi noticia desse ataque segui immediatamente para lá determinando então que os trabalhos continuassem, a partir de Can-Can e que assumisse a direcção da turma o 1º ajudante Snr. Gentil Moura (Cardoso, 1906, s.p.[72], grifo do autor).

Vale reiterar, com base no que foi depreendido do relato de Cardoso, que, a partir desse ataque, a rota previamente planejada pela CGG/SP foi alterada, sendo que, do Can-Can, a orientação do chefe da comissão foi "abrir um picadão na margem direita e mais afastado do rio, onde velhos trilhos facilitariam o serviço na extensão de uns 18 kilometros até o logar chamado Lontra" (Hummel, 1906, p. 2). Destaca-se, neste enredo, a política indígena exercida frente ao avanço da frente colonial representada na CGG/SP na forma do ataque direto a expedição, alterando seu planejamento para os trabalhos a serem desenvolvidos no chamado extremo sertão. Além disso, Moura (1906, p. 3) aponta que "a representação dessa região em mappas publicados, ou era omittida por alguns que declaravam ser em terrenos desconhecidos e habitados por selvagens ou então era delineada *ad libtum* pela phantasia dos cartographos que ahi forjavam rios á vontade".

O ataque se deu de forma perspicaz, uma vez que o então chefe da turma afirma que os indígenas "não tinham sido percebidos antes; e nem durante os reconhecimentos dos dias anteriores tinham-se visto signaes d'elles". Além disso, tal fato, que antecedeu a chegada dos expedicionários ao Rio Feio propriamente, objeto de exploração desta expedição, foi inédito nesta área, pois de acordo com o conteúdo relatado por Hummel, "O Snr. Joaquim dos Santos, com cinco annos de residência no logar, não tinha sido encommodado pelos mesmos" (Moura, 1906, p. 2). Até mesmo em observações apontadas pelo notório Curt Nimuendajú, etnólogo alemão batizado pelos Guarani, "No Rio Feio [...] os seus vestígios [dos Coroados] eram

[71] A nível de esclarecimento convém dizer que os relatórios científicos são compostos por laudos e descrições dos mais diversos sujeitos inseridos na burocracia da CGG/SP, como é o caso do conteúdo relatado pelo chefe geral da comissão, de considerações feitas pelo próprio Secretário de Agricultura, bem como relatórios dos mais diversos especialistas, como botânicos, engenheiros, geólogos e ajudantes em geral.

[72] Sem página (s.p.).

raríssimos e, na maioria dos casos, datavam de vários anos, não havendo notícia de nenhum caso em que tivessem enfrentado os moradores com atitude hostil" (Schaden, 1954, p. 22)[73].

Nimuendaju remete às tensões no Rio Feio ao ano de 1898, quando do desentendimento entre os Kaingang e os Guarani que, partindo de conflitos por vezes banais, gerou ressentimentos e processos de vingança que ceifaram vidas de diversos indígenas, não ficando os conflitos restritos a população indígena e sertaneja. Ao que parece, nesse período os Kaingang, definidos por Nimuendaju como "os valentões do Rio Feio" expulsaram tanto os Guarani, quanto os sertanejos das proximidades desse rio, uma vez que "vendo o dano que se lhes fizera, os Guarani abandonaram o sítio de sua morada, dirigindo-se para o Coqueirão, onde naquele tempo morava um certo Vitor Manuel Ferreira, que mais tarde também foi rechaçado pelos Coroados" (Nimuendaju, 1954, p. 23).

O próprio Gentil Moura, relatando as ameaças do território próximo ao Rio Feio, cita dois casos de ataques realizados a sujeitos que estiveram na mesma região com distintos objetivos. Um deles foi o engenheiro Sant Martin, que rumou do Rio do Peixe em direção ao Feio, "e no Feio desceu durante 7 dias até a barra do Ribeirão das Trilhas, d'onde voltou depois de um ataque que teve com os índios" (Moura, 1905, p. 3). Nimuendajú trata de um engenheiro denominado por ele de Sílvio S. Martim, ao que parece ser o mesmo Sant Martin mencionado por Moura no relatório da CGG/SP, mas que o engenheiro, acompanhado de um grupo de *bugreiros* sertanistas, "mataram a tiros um velho casal e um jovem índio e prenderam vivo um rapaz [...] exterminaram até o último homem outro grande acampamento dos Coroados pouco acima do lugar agora chamado Quinze de Novembro" (Nimuendaju, 1954, p. 23).

O Monsenhor Claro Monteiro, pouco mais tarde, em 1900, embarcou no mesmo ponto de Martin, "e consta ter chegado até o ribeirão ao qual em sua memoria démos seu nome. Esse sacerdote, como é sabido morreu victima das atrocidades dos indios Coroados" (Moura, 1905, p. 3.). Há uma polêmica em torno da morte do padre no que diz respeito a quem de fato o matou: se foram os Kaingang ou se foram os Guarani. Borelli, nesse sentido, afirma que o padre e os Guarani "Em 9 de maio, retornaram por falta de víveres e foram atacados por índios Kaingang que mataram padre Claro e dois Guarani". Ao tratar do caso, a autora analisa a reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de 26 de maio de 1901, próximo ao ocorrido, e entende que, sem qualquer comprovação, o jornal imputou aos Kaingang a culpa pela morte do padre, que era naturalmente um símbolo religioso e social no Estado de São Paulo. A autora afirma que "A

[73] Egon Schaden traduziu e publicou o texto de Curt Nimuendajú datado do ano de 1908 somente em 1954. O período trabalho por Nimuendajú nos "Apontamentos sôbre os Guarani", entretanto, abarca os anos de 1895 a 1901, de onde foi tratado sobre o caso do Pe. Claro Monteiro.

morte do Padre Claro passou a ser um marco no processo de estigmatização dos Kaingang enquanto grupo hostil, refratário a qualquer tipo de contato pacífico, e, consequentemente, pernicioso aos interesses da sociedade brasileira" (Borelli, 1984, p. 65-66).

Nimuendajú descreve o ocorrido com base nos relatos de Eiju, jovem Guarani que à época tinha treze anos de idade. De acordo com o informado pelo etnólogo,

> Ao meio-dia dêsse mesmo dia, quando passavam por uma volta do rio, surgiu repentinamente no barranco da margem direita um grupo de Coroados, despejando uma rajada de flechas sôbre a primeira das canoas, na qual se encontravam o Pe. Claro, Araguyra e Avajogueraa. O Pe. Claro, que no momento da agressão dormia deitado no fundo da canoa, descarregou a espingarda, mas logo a seguir caíu varado de flechas. Avajogueraa, embora já ferido por uma flechada no ombro, ainda disparou a sua garrucha de dois canos e depois pulou no rio. Após alcançar a outra margem, atingiu-o uma segunda flecha na região lombar. Araguyra, que por sua vez pulara logo no rio, mergulhando na água, recebeu, ao chegar à margem, uma flechada nas costas. Conseguiu ainda subir o barranco, por onde no momento passava correndo Eiju; pediu a êste que arrancasse a ponta da flecha, que saira no peito. Feito isto, o capitão ainda tentou falar, mas o sangue lhe jorrou pela boca e pelo nariz; fez a Eiju um sinal com a mão para fugir e morreu. Os que se encontravam na segunda canoa, abandonaram-na logo que se deu o ataque contra a primeira, nadando para a margem oposta. Aí Rapa arrancou penosamente, com os dentes, a ponta da flecha cravada no osso, de quadril de Avajogueraa. O ferido era incapaz de andar, pelo que os outros o quiseram arrastar consigo; o transporte, porém, lhe causava dores tais que êle suplicou que o deixassem ai mesmo. Ficou, pois, para trás e naturalmente nunca mais tornou a aparecer (Nimuendaju, 1954, p. 25).

A riqueza de detalhes na descrição de Nimuendajú oferece uma visão acerca do que foi o conflito, no entanto, se há algum elemento passível de questionamento, trata-se de um possível viés dos indígenas Guarani que relataram o ocorrido ao etnólogo de modo com que não cabe aqui afirmar quais indígenas o mataram. Cabe dizer, desse modo, o que pensa Nimuendajú sobre a repercussão do ataque, em que circulou a informação de que os próprios Guarani mataram o padre, no que o etnólogo de modo categórico afirma: "mentira idiota que ainda hoje em dia se costuma repetir e acreditar no sertão" (Nimuendaju, 1954, p. 26).

Figura 27 – "Laços para caçar anta e panellas uzados pelos indios Corôados, molduras de espelhos, facão, osso humano, etc., encontrados no lugar onde foi trucidado Mons. Claro Marcondes" (1905)



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1906)

No título da imagem consta a menção ao lugar onde foi trucidado o monsenhor Claro Marcondes. No entanto, não houve, até a referida imagem, menção alguma a um ataque a um padre de nome Claro Marcondes. Faz mais sentido supor, portanto, que se trata de um erro de digitação, vide o notório ataque ao monsenhor Claro Monteiro feito pelos Kaingang, que será abordado detalhadamente no quarto capítulo desta pesquisa.

Sendo os Kaingang inimigos históricos dos Guarani, como já apontado anteriormente a partir dos trabalhos de Mota (1997) e Mota e Noelli (1999), cabe pensar quais os interesses dos Guarani sendo estes informantes de Nimuendajú? Além disso, quais os interesses de uma etnia inimiga histórica dos Kaingang, em integrar a viagem do Pe. Claro Monteiro rumo ao centro do território ocupado pelos Kaingang no Estado de São Paulo? Os mesmos questionamentos podem ser feitos no que concerne às relações amistosa com os trabalhadores da CGG/SP, sobretudo em áreas ocupadas pelos "Caiuá" como é o caso da bacia do Rio Paranapanema.

O que se sucedeu após o ataque é relatado por Gentil Moura, novo chefe da expedição, mediante análise realizada pelo grupo para compreender a forma como os indígenas procederam, de modo com que "Passado o momento do perigo, inquiridas as testemunhas oculares, examinando o terreno, poude-se construir os antecedentes". Moura constata, nesse sentido, que o grupo de Kaingang os observava desde a chegada dos expedicionários no acampamento que fora montado na fazenda Corredeira, ao sul do Rio Feio. Além disso, "Facil lhes era atacar-nos de improviso em qualquer logar do picadão onde o terreno fosse diffícil de passar" (Moura, 1906, p. 7).

Ainda na perspectiva do conflito, Moura relata outro impasse ocorrido no fim dos trabalhos naquela localidade, logo no dia seguinte, 19. Tratou-se, nas palavras do chefe da expedição, de um pequeno ataque realizado no momento da retirada – do pessoal e da bagagem – do sertão, em que "Por falta de conducção deixámos alguns doentes e camaradas no rancho do acampamento 15 de novembro". Na noite seguinte a retirada, os Kaingang cercaram o acampamento a na medida em que atiravam flechas, promoviam um grande alarido acompanhado das flechadas, passando horas a fio, até os trabalhadores da expedição neutralizarem o ataque. Os trabalhadores imediatamente ao amanhecer retiraram-se do acampamento e encaminharam-se a outro acampamento denominado Jacaré. Dois dias depois de retrocederem, retornaram ao 15 de novembro, dessa vez com reforço, "onde verificaram que os indios cercaram outra vez o acampamento, retirando uma porção de objectos que lá deixaramos e damnificando o que não pouderam carregar" (Moura, 1906, p. 7).

A ação dos indígenas Kaingang, portanto, caracterizou-se como empecilho às atividades da comissão, o que obrigou João P. Cardoso, chefe geral da CGG/SP a alterar a rota previamente planejada da Exploração dos Rios Feio/Aguapeí. Entretanto, mesmo com a alteração da rota, "Tambem na abertura do picadão, mais de uma vez nos esperaram em emboscada; a prudencia e a cautela com que andávamos nos permittiram prever e evitar". Percebe-se, com base nas descrições do chefe da turma, que todo o processo de exploração, reconhecimento e estudos empreendido pela CGG/SP nos Rios Feio/Aguapeí foi cercado de temor em relação às hostilidades dos Kaingang, no que era o centro de seu território, uma vez que "Igualmente a turma que desceu o rio teve diversos encontros com elles; mas poude presentilos e desviar-se" (*Ibid*).

4.2 "*[…] o indio bravo, muito vez, atravessa a linha dos povoados, vem emboscar-se nellas e dahi sahe a fazer correrias funestíssimas pelos estabelecimentos visinhos*": violência deliberada entre indígenas e sertanejos

Após o notório ataque a expedição dos Rios Feio/Aguapeí, houve ainda algumas ameaças aos trabalhadores que se restringiram aos temores destes em relação aos indígenas, na medida em que "a prudencia e a cautela com que andavamos nos permittiram prever e evitar" (Moura, 1906, p. 7). Moura aponta que, apesar do temor e dos ataques concretos, o procedimento da CGG/SP era "nos defendermos sem que em represalia o mesmo lhe fizessemos". Essa forma de lidar com tais adversidades, entretanto, não era usual no sudoeste paulista, uma vez que "Cada ataque que elles faziam aos sertanejos tinha em pagamento immediato castigo" (Moura, 1906, p. 8).

Inversamente, os sertanejos mencionados por Moura não mediam a desproporcionalidade de sua reação, do contrário. Nas chamadas dadas, ou seja, batidas de indígenas contra os habitantes do sertão paulista, "Não importava ao sertanejo que a victima das suas atrocidades não tivesse tido a menor participação no massacre. Elle era *bugre* e tanto bastava para satisfazer a sua vingança"[74] (*Ibid*). Nisso, seguia-se as excursões de grupos de sertanejos, em que se juntavam entre vinte e trinta homens, armados de carabinas e facões, a procura dos "bugres". Os homens seguiam trilhas a procura de aldeias onde seria realizada a batida: "Viajavam cautelosamente, fazendo pouco ruido, dormindo ao rigor do tempo e andando sempre apressado até as raias do aldeamento" (*Ibid*).

Moura, ao relatar tais conflitos os descreve como uma guerra em que, na perspectiva dos sertanejos, "os bugres" são inimigos a serem combatidos. É precisamente com esse teor que se segue o relato do chefe da expedição dos Rios Feio/Aguapeí. Assim, os sertanejos dormiam nos arredores das aldeias que eram compostas por seis ou sete ranchos onde viviam cerca de vinte a trinta pessoas. Dessa forma, os sertanejos "esperavam o amanhecer para dar o ataque, quando ainda entorpecidos pelo somno a acção do inimigo pudesse ser menor que a dos assaltantes". Essa estratégia inibia a reação de tal forma que "Emquanto uns alvejavam os indios conforme a distribuição anteriormente feita, outros entravam nos ranchos e a tiro e a facão tomavam os arcos e os tacapes que pudessem encontrar". Quando da certeza do êxito do ataque, a ação era finalizada com uma salva de tiros, na medida em que "raro era o filho das selvas que

[74] Durante o século XIX, o governo imperial brasileiro passou a receber imigrantes de diversas nacionalidades para constituir a mão de obra necessária para trabalhar nas lavouras de café. "A esses imigrantes foram doadas terras tidas como desabitadas, entretanto, eram na verdade territórios ocupados por indígenas do grupo Kaingang, naquela época chamados de Coroados ou Bugres" (Dornelles, 2011, p. 245). O contexto trabalhado pela autora remonta a primeira metade do século XIX, no Rio Grande do Sul, em que, no caso dos indígenas "germanizados", o termo refere-se a uma estigmatização de sua origem. Atualmente os termos "bugre", "selvícola" ou mesmo "índio" possuem conotação pejorativos e são evitados em discursos acadêmicos, sejam verbais ou escritos.

conseguia escapar do morticinio, emquanto que da parte dos sertanejos nem um ferimento havia a registrar" (*Ibid*).

A desproporcionalidade dos habitantes do sertão paulista nas ações contra a população Kaingang é ilustrada ainda mais adiante no relato de Moura, no que este chefe expedicionário define como a mais longa batida ocorrida no Rio Feio, seis anos antes da expedição, em 1899 realizada neste rio. O objetivo da batida, de acordo com os "sertanejos", seus interlocutores, consistia em castigar os "índios" que foram ao sítio das Congonhas de um tal Adãozinho e mataram uma vaca e um bezerro, tiraram a ferragem das rodas de uma carroça, tendo por fim incendiado os ranchos do sítio e danificado diversos objetos. Tendo repetido o ritual perspicaz da caça aos "índios" em que "Depois do necessario reconhecimento, feito na mesma hora que lá chegaram, voltaram atraz onde se esconderam no matto até o romper do dia". O que se seguiu justifica o que Moura define como "carnificina":

> Logo que a luz do dia permittia se distinguir alguma cousa, viram elles um indio vir de dentro do rancho em direcção à tapada e depois de se esforçar para lobrigar alguma cousa que lhe chamou attenção, exclamou: "Bugre diabo!". Tinha elle uma zagaia na mão, de uns tres palmos de comprimento. A ponta era de ferro, o cabo de guaratan.
> Logo que se viram pressentidos, um dos assaltantes deu um tiro de carabina que, depois de atravessar o indio, ainda foi matar outro dentro do rancho. Mataram mais dois homens e uma mulher que levava aos braços uma criança do sexo feminino. Esta foi conduzida para o povoado e reside hoje na capital. Desse ataque sómente um indio conseguio escapar com vida (Moura,1906, p. 8).

Apesar do evidente exagero contido na narrativa, a violência era uma realidade, conforme apontado por Borelli (1984), que trata dessas tensões no mesmo período. Portanto, ao tratar acerca da gênese do conflito entre sertanejos e indígenas, Moura sintetiza categoricamente na medida em que "Ao principio esses ataques eram dirigidos ás propriedades, passando depois a serem pessoaes, donde se originaram luctas, incursões aos proprios aldeamentos selvagens cujo epilogo era uma horrivel carnificina". Esse processo tem como efeito, na interpretação de Moura, afugentar "o indio para pontos mais distantes dos povoados pondo-os assim tambem mais a salvo dos ataques" (Moura, 1906, p. 7).

O ápice do conflito, portanto, faz referência ao acontecimento narrado por Moura (1906, p. 8), que trata do mesmo Adãozinho e da vingança desproporcional empreendida por sertanejos contra os Kaingang, que na descrição de Nimuendaju (1954, p. 23) consta que os sertanejos "mataram a tiros um velho casal e um jovem índio e prenderam vivo um rapaz [...]

exterminaram até o último homem outro grande acampamento dos Coroados pouco acima do lugar agora chamado Quinze de Novembro".

Na primeira expedição realizada no âmbito da Comissão Geográfica e Geológica conduzida por Teodoro Sampaio em 1886, o chefe expedicionário lista diversos casos de conflitos violentos entre os Kaingang e a população sertaneja. Nos casos mencionados por Sampaio o que se vê, via de regra, são mortes de sertanejos provocadas por indígenas, seguidas de roubos de equipamentos de lavouras, entre outras coisas. Destaca-se um acontecimento na ocasião da passagem da comissão pela região, em que "a 3 de Septembro de 1886, na occasião da nossa passagem por alli, os indios assaltaram uma plantação de fumo e mataram dous homens a golpe de tacape, roubando-lhes em seguida os instrumentos da lavoura" (Sampaio, 1990, p. 23). Além desse episódio, o chefe da expedição cita outros nove casos semelhantes com o aparente objetivo de desumanizar os Kaingang de modo a justificar a imposição do processo colonial e civilizatório sobre o oeste paulista.

Tais conflitos, ocorridos de 1881 até 1886, ano da expedição, são listados por Sampaio com base no relato de um fazendeiro estabelecido no Taquaral, município de Campos Novos do Paranapanema, atual Campos Novos Paulista: I. "Em S. Matheus do Sr. José de Paiva os indios[75] assaltaram uma vez em 1884 a sua fazenda, mataram dous escravos que trabalhavam nas plantações e roubaram toda a ferramenta". II. "No Laranja Doce em 1883 mataram tambem tres escravos de Domingos de Medeiros, e comsião levaram facas, machados e mais instrumentos de lavoura". III. "De José Theodoro, estabelecido no Rio Capivara mataram de uma vez, em 1881, treze pessoas da familia entre homens, mulheres e meninos. Os cadaveres foram achados despidos e mutilados de um modo horroroso; uma mulher, ainda moça, foi encontrada espetada em aguda estaca que lhe vinha sahir ao pescoço. Com a furia de cannibaes mataram as creanças despedacando-lhes o craneo, mataram tambem os bois do carro, os cavallos, roubaram toda a ferramenta, toda a roupa, arrancaram até as ferragens do carro, as ferraduras dos animaes, as guarnições metálicas dos arreios. Foi uma carnificina horrível". IV. "De José Vieira, tambem morador no Capivara, em uma occasião em 1882, mataram seis pessoas: uma senhora em estado interessante, duas meninas, um homem e dous meninos. Lançaram fogo á casa e reduziram á cinza tres cadaveres dentro della, no terreiro onde esquartejaram as creanças encontraram-se pedaços que os porcos devoravam". V. "Na Serra dos Agudos, cabeceiras do Taquaral, assassinaram em 1884 dous homens que trabalhavam em

[75] Sampaio nas suas considerações não especifica quais os povos indígenas envolvidos nestes conflitos, referindo-os de modo pejorativo como "bugrada" ou mesmo "bugres".

derrubadas, tão somente para roubar-lhes a ferramenta". VI. "No mesmo logar; cabeceiras dos Veados assassinaram tambem, em 1885, dous filhos e dous escravos de Joaquim Pedro de Figueiredo". VII. "Em Santa Rosa, tambem em 1885 mataram a Joaquim Garcia e toda a criação de porcos de sua propriedade". VIII. "Na fazenda de Pouso Alegre de Melchor Camargo, no Rio Capivara, mataram ainda em 1885, quando trabalhavam nas plantações, a um genro, um irmão e um cunhado do mesmo Melchor, cortando a cabeça a um delles e arremessando-a para longe, castrando a outro e esquartejando o ultimo a machado. Os corpos ficaram de tal modo mutilados e moidos que não foi possivel reconhecel-os". IX. "Em S. Pedro do Turvo mataram de uma vez quatro pessoas, Francisco de Souza, dous filhos deste e um genro" (Sampaio, 1990, p. 23).

Neste contexto, os conflitos nos "sertões" paulistas são referenciados no relatório produzido pelo presidente da província de São Paulo, Francisco de Paulo Rodrigues Alves, no ano de 1888, antes da proclamação da república, e entregue ao seu sucessor, Francisco Antonio Dutra Rodrigues, datado do dia 27 de abril de 1888. Na seção "Catechese" do relatório, o então governador paulista menciona a violência de ambas as partes, tanto dos indígenas quanto dos sertanejos, de modo com que "O receio de novos ataques dos Indios induzio-me a fazer apressar a vinda daqueles intrépidos civilizadores" (São Paulo, 1888, p. 17), os padres capuchinhos, vide o contexto de fins do Império brasileiro no qual a vertente que via na catequese a melhor forma de "civilizar" os indígenas predominava no debate acerca da política indigenista. Da outra parte, a violência se reproduzia. Nas palavras do próprio governador, "Ultimamente têm os jornaes dado publicidade á noticia de grande morticínio de Indios por meios bárbaros no valle do Paranapanema" (São Paulo, 1888, p. 18).

Retomando o relato de Sampaio, na expedição do Rio Paranapanema, advém do relato de um terceiro e antecede em dezenove anos as demais expedições da CGG/SP. Por essa ou por outra razão, o entendimento deste cientista engenheiro coloca o Kaingang numa posição sobressaliente em relação aos sertanejos, na medida em que "uma batida feita nas mattas mais prejuízo dará aos atacantes do que ao indio atacado" (*Ibid*). Diferente – não oposta – da perspectiva de Gentil Moura, por exemplo, em que este expedicionário expressa a ideia de inevitabilidade do processo de avanço capitalista, colonial e civilizacional, embora sua expedição tenha ocorrido 20 anos depois de Sampaio passar pelo Rio Paranapanema.

Sampaio narra, nesse sentido, a vingança do senhor Joaquim Pedro de Figueiredo, seu locutor, "que organisou [uma batida] para castigar o "bugre". O ímpeto da vingança foi tamanho que trinta e dois homens foram mobilizados em direção a serra dos Agudos, na direção dos

Kaingang. O ataque foi percebido pelos indígenas que retiraram suas famílias do lugar e reuniram o número de dois mil homens que se dividiram por sua aldeia e emboscaram os sertanejos que ansiavam por vingança.

Quando os sertanejos investiram um ataque foram banhados por flechas vindas de todos os lados, "travando-se porfiado combate desde o nascer do sol até cerca de 9 horas". O senhor Joaquim Figueiredo afirmou a Sampaio ainda que saíram feridos seis homens do lado dos Figueiredos, enquanto do lado dos indígenas não se soube ao certo "porque o indio tem por habito arrastar os seus mortos e carregar os feridos para longe das vistas dos seus inimigos". Mas a estimativa dada pelo sertanejo aponta para aproximadamente cento e vinte indígenas mortos no conflito. Sampaio interpreta este número com certa desconfiança. O cientista vê a estimativa como um exagero, bem como os dois mil homens mobilizados para prosseguir com a punição. Sendo assim, "A lição [...] não foi bastante severa, porquanto em menos de anno, os bugres voltaram a campo, e ainda agora trazem em continuo sobresalto os fazendeiros visinhos dos Agudos" (*Ibid*).

Esse conflito relatado a Sampaio pelo senhor Joaquim Figueiredo demonstra a dura resistência da população Kaingang frente ao avanço do processo colonial no princípio da expansão capitalista por meio da cultura cafeeira nas terras do oeste paulista. A tal ponto que "É já bem longa a lista dos que pereceram victimas da ferocidade do indio nestes ultimos quinze annos: familias inteiras trucidadas, mulheres, meninos, animaes domesticos, tudo perece da maneira mais cruel". A intencionalidade do cientista é expor a ferocidade dos Kaingang para com os sertanejos habitantes deste "sertão" (Sampaio, 1890, p. 22).

O temor dos habitantes do "sertão" em relação aos indígenas é evidenciado por Sampaio referindo-se a praticamente toda a região do sudoeste paulista, uma vez que "A região dos Agudos, denominação que abrange vasto territorio entre o Tietê e o Paranapanema ao oeste dos Lenções, é ainda hoje o enigma para o habitante do sertão pelo terror que o indio lhe inspira" (Sampaio, 1890, p. 4). Sendo assim, esse medo não era novidade para os trabalhadores das expedições dos Rios do Peixe, Feio/Aguapeí, Tietê e Paraná, que viram relatos semelhantes sobre o terror inspirado pelos indígenas 15 anos antes. Esse temor foi acentuado, entretanto, dada a proporção do ataque realizado pelos Kaingang no Rio Feio.

A repercussão dos ataques dos "indios corôados", então, extrapolou os Rios Feio/Aguapeí e a notícia chegou a expedição do Rio do Peixe que acontecia de forma concomitante, gerando temeridade ao grupo responsável pelo Rio ao sul do Feio/Aguapeí. Nos dizeres de João P. Cardoso, em documento direcionado novamente ao Secretário da Agricultura

do estado, Dr. Carlos Botelho, as notícias do ataque a turma do Feio/Aguapeí repercutiram de modo terrível em todo o "sertão", uma vez que "fez com que os trabalhadores se retrahissem e não quizessem esta natureza de serviço no qual, além do trabalho que tinham de prestar, ainda deviam se acautelar contra os índios" (Cardoso, 1913, p. 3-4).

Este temor, entretanto, antecede as notícias do ataque, pois o problema da falta de mão de obra relatado por Sampaio em suas considerações acerca do Rio Paranapanema foi uma constante também nos princípios da expedição do Rio do Peixe. Nesse sentido Cardoso afirma que no início da expedição a falta de mão de obra impossibilitou o avanço dos trabalhos "muito por falta de pessoal trabalhador bem pratico e ousado para embrenhar-se naquellas florestas e não temer os "ferozes indios Corôados"[76] que habitavam a região e que constituem o terror daquellas zonas, impossibilitando-a de entrar no concerto da civilização do nosso Estado" (Cardoso, 1913, p. 3, grifo nosso). No Rio Tietê, Jorge Black Scorrar, chefe da expedição deste rio, iniciada no mesmo ano de 1905, relata de forma mais moderada o mesmo medo envolvendo a possíveis ataques. Sendo sua margem sul habitada pelos "Corôados", "tomavamos todas as precauções nos pousos que eramos forçados a fazer na mesma margem, afim de evitar qualquer surpresa. Felizmente não fomos incommodados por elles e nem encontrámos vestigios" (Scorrar, 1910, p. 5).

Mesmo temor evidenciado na narrativa de João P. Cardoso, chefe geral da CGG/SP referente a expedição do Rio do Peixe, que deixaram os integrantes da expedição temerosos com ataques dos "ferozes indios corôados", dada a repercussão do ataque sofrido nos Rios Feio/Aguapeí, como mencionado anteriormente. Cardoso relata que

> Neste mesmo dia a tarde chegou ao acampamento o estafeta da turma trazendo-nos a correspondencia; ficámos todos distrahidos com a leitura das cartas da familia e dos jornaes, porem logo a nossa attençao foi despertada pelo pio original dum pássaro que nao conheciamos e que parecia-nos que vinha em banda tal era a quantidade de pios que ouviamos.
> Os nossos espias de indios comprehenderam logo que não se tratava de pássaros e por isso vieram nos avisar de que os selvicolas se approximavam em grande número (Cardoso, 1913, p. 4).

O impacto da organização política dos Kaingang afetou significativamente a tranquilidade dos expedicionários de tal modo que, tomada a consciência do possível ataque, "quando veio a noite, o nosso acampamento parecia uma praça de guerra, já pelo aspecto

[76] Convém destacar que a expressão *ferozes indios Corôados* é utilizada repetidamente por Olavo Hummel e por João P. Cardoso nos relatórios das expedições do Rio Feio/Aguapeí e Tietê e do Peixe, respectivamente (Hummel, 1906; Cardoso, 1910; 1913).

bellico, já pela ordem e disciplina". Destaca-se desse contexto a estratégia dos indígenas de imitar o canto dos pássaros de modo a ludibriar os expedicionários, gerando ainda mais temor entre estes. Temor que perdurou por toda a madrugada daquele dia, na medida em que "Á meia noite alterámos as ordens dadas; fizemos recolher ás barracas a metade do pessoal, ficando o restante de guarda afim de nos acautelar pela madrugada, hora muito apreciada pelos indios para seus ataques". Constatou-se por fim que os Kaingang acessaram o acampamento da CGG/SP por meio do leito do córrego Anhumas, estratégia usual dos indígenas, uma vez que nas margens dos rios o caminho é quase sempre aberto e não são deixados vestígios de sua passagem (*Ibid*).

4.3 "*Continuamente os indios vinham dar assalto, obrigando o morador a viver em pé de guerra*": indígenas, sertanejos e cientistas no extremo sertão paulista

A oposição entre os Kaingang e os sertanejos detalhadamente relatada por Moura narra, neste sentido a tentativa de incursão no ano de 1898 nos territórios nos quais os indígenas habitavam. O chefe da expedição do Rio Feio narra, neste sentido, a tentativa de estabelecimento de dois sujeitos que "na margem do Dourado e cerca de uma legua de distancia das Congonhas, achavam-se na roça dois moços; um delles o genro de Verissimo de tal; e outro, um camarada. Repentinamente os indios os atacaram, mataram-nos a tacape e mutilaram os corpos de um modo bárbaro" (Moura, 1906, p. 7). Moura, além disso, relata detalhadamente o "modo bárbaro" com que os indígenas procederam neste ataque, definindo sua ação como "revestida de bastante crueldade". Nas palavras de Moura,

> Repentinamente os indios os atacaram, mataram-nos a tacape e mutilaram os corpos de um modo barbaro. Ao primeiro degolaram, descalçaram uma bota, emquanto que a outra foi cortada com a propria perna; tiraram-lhe toda a roupa e com grosso espeto de páu fizeram-no sofrer o supplicio da empalação. Ao segundo cortaram e levaram comsigo um braço, cortaram mais a mão e os pés, rematando as atrocidades com a empalação.

O relator menciona outro ataque ocorrido há cerca de sete anos, por volta de 1891 no Riberão Pires, em que "estavam dois moços trabalhando na roça, quando inesperadamente os indios os atacaram. Degolaram a ambos e deram-lhe muitas dentadas no rosto de modo a ficar uma enorme chaga e a final concluiram a barbara scena amputando-lhes as mãos e os pés". Este ataque foi presenciado pela mãe dos dois moços que, ao levar a eles sua refeição, viu a cena, mas conseguiu fugir dali, "onde poude reunir um grupo de gente armada que imediatamente

marchou em perseguição dos indios, que aliás já não foram encontrados". Os indígenas ainda invadiram a casa "levando tudo quanto pouderam, damnificando os objectos que não pouderam levar" (*Ibid*).

Sendo assim, o que pode ser depreendido dos fatos narrados foram as dificuldades que a população sertaneja, vinda de Minas Gerais, enfrentou no processo de ocupação dos territórios do extremo oeste paulista frente a resistência dos indígenas, cuja presença neste território era anterior aos sertanejos. Na análise de Moura "O povoamento desse sertão se tem feito com bastante difficuldade pela opposição tenaz que aos occupantes offerecem os indios Coroados". Moura sintetiza a ocupação dos sertanejos de modo com que "iam-se affazendo a essa vida irregular", sendo um processo ao mesmo atribulado e contrabalanceado ora pela tranquilidade, ora pelos sobressaltos e cansaço da imprevisibilidade de novos ataques, na medida em que "Continuamente os indios vinham dar assalto, obrigando o morador a viver em pé de guerra, estado que ás vezes prolongado o cançava, obrigando-o a retirar-se d'alli; ou então, quando porfiava em continuar, a pagar ás vezes com a vida a sua teimosia" (*Ibid*).

Borelli (1984) se apoia em Barros (1942) e afirma que a harmonia entre os Kaingang e os novos habitantes do interior das matas do Rio Feio, próximo ao Salto do Avanhandava, prevalecia desde 1842 até 1886, até que em determinada ocasião a família Pinto Caldeira feriu e matou alguns indígenas que roubavam milho em sua propriedade, atividade de certo modo recorrente e que não despertava revolta nos demais moradores. Cabe dizer, como contraponto, que o fato de os indígenas roubarem milho de determinada propriedade não caracteriza, como dito por Borelli, uma relação amistosa. A reação, entretanto, foi desproporcional.

Barros afirma que cerca de oitocentos indígenas habitavam a região e no mesmo ano de 1886 "num dia de mutirão realizado pelos mesmos Pintos Caldeiras para derrubada de matas, mais de duzentos índios surgiram no eito, à hora do almoço, e, em meio de uma gritaria infernal massacraram a maioria dos trabalhadores" (Barros, 1942, p. 635-636 *apud* Borelli, 1984, p. 62). Daí em diante, a relação definhou. No que Borelli conclui que

> Esses relatos parecem evidenciar que, apesar de possuírem um território mais ou menos definido entre os rios Feio/Aguapeí e do Peixe, os Kaingang circulavam por uma região mais ampla, provocando conflitos com os representantes dos núcleos de subsistência em formação, conflitos estes que se ampliaram com a consolidação da presença 'civilizatória' em toda a área (Borelli, 1984, p. 63).

A reação dos Kaingang frente ao avanço da construção das linhas férreas no oeste paulista se deu de forma análoga, sendo que o início dos conflitos entre esses povos e o avanço

das linhas férreas é datado por Ribeiro (1982, p. 95) do ano de 1905, sendo que o primeiro ataque realizado nos arredores da linha foi feito contra "um agrimensor [que], realizando uma medição, afastara-se muito dos trilhos. A esse ataque sucederam-se outros, nos anos seguinte, contra agrimensores que operavam entre as estações que hoje correspondem às cidades paulistas de Lins e Araçatuba".

Borelli (1984, p. 45), por seu turno, compreende que o avanço ao território paulista nas suas variadas formas (reconhecimento, colonização e ocupação) foi realizado

> […] por meio de expedições de caráter exploratório, organizadas por comissões e instituições científicas [(principal objeto de análise deste trabalho)], expedições de cunho religioso, cujo objetivo era a catequização das populações indígenas, além da formação de núcleos de subsistência, expansão econômica cafeeira e construção de novas vias de comunicação, principalmente ferrovias (Borelli, 1984, p. 45).

Essa autora, diferente de Ribeiro, data o início das tensões entre os Kaingang e os trabalhadores da ferrovia de "julho de 1907, no quilômetro 184 entre Lins e Penápolis, e, em setembro do mesmo ano, no quilômetro 179, outra vez, entre Lins e Penápolis, e, em setembro do mesmo ano, no quilômetro 178, próximo à estação de Guararapes". Então os conflitos cessam e são retomados sistematicamente a partir de 1910, no que são cometidas verdadeiras chacinas pelos denominados *bugreiros*. A autora estima que entre 1908 e 1911 500 indivíduos foram assassinados.

Convém destacar que, além da inevitável reação ao avanço colonial, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que entrecortava o território habitado pelos Kaingang, impôs outra dificuldade aos trabalhadores da estrada de ferro: as variadas epidemias que acometeram seus acampamentos, caracterizando a maior razão de morte desses trabalhadores, apesar dos inúmeros conflitos com os Kaingang. A verdadeira razão das mortes dos trabalhadores foi negada nas publicações da empresa ferroviária que, "interessada em ocultar tamanha mortalidade, o inimigo era o índio; o grande obstáculo ao prosseguimento da construção e à abertura das fazendas seria a hostilidade dos Coroados" (*Ibid*.).

Darcy Ribeiro, tratando do mesmo contexto de avanço colonial por meio da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, aborda em sua narrativa o medo que vinha de ambas as partes envolvidas no processo. Ribeiro (1982, p. 95) afirma que "todos viviam em vigília, interpretando cada sombra, cada ruído, como indício da iminência de um ataque. [...] Os

trabalhadores da estrada [...] viam um índio atrás de cada árvore e o pressentiam no pio de cada pássaro" (*Ibid*).

Sobre a ação dos Kaingang de São Paulo, a perspectiva da Nova História Indígena, adotada até aproximadamente meados da década de 1980, pode possibilitar um novo sentido para suas ações na atualidade, mediante a ótica do protagonismo indígena. Nesse sentido, a conclusão de Sampaio, imerso nesse conflituoso contexto histórico, reforça o já evidente protagonismo referindo-se aos Kaingang como empecilho da condução das atividades da CGG/SP no Vale do Rio Paranapanema.

> O indio é de facto a maior difficuldade que encontra o povoamento do valle do Paranapanema. Obrigado a fugir sempre diante do colono invasor, que lhe destróe as mattas, que lhe restringe dia por dia, a área das excursões venatorias, o indio, antigo senhor, reage como póde, mata e rouba á traição e jamais esquece a vingança como nunca se modera em atrocidades (Sampaio, 1890, p. 22).

A partir dessa narrativa evidencia-se também o caráter conflituoso característico do processo de resistência colonial, sendo o "índio", antigo senhor da terra, um resistente sobrevivente diante do colonizador que invade seu espaço. Este, portanto, exerce sua resistência agindo estrategicamente do modo a garantir seu território e sua existência da forma como pode com os recursos a ele dispostos. Assim, dado o nível de violência na conjuntura do extremo oeste paulista, a resposta dos indígenas em muitos dos casos consistiu na proporcional violência, mas não se reduziu a isso. Alianças, por exemplo são formas de resistir a um processo no qual a desproporcionalidade de forças é característica, bem como distanciamentos etc. A epígrafe deste capitulo, portanto, presente na narrativa do comissionário oitocentista Gentil Moura, traduz uma das dimensões da ação indígena frente as subsequentes frentes de colonização. Nos dizeres do próprio Moura,

> O indio Coroado tem sido o empecilho para o povoamento dessa zona. Cioso de sua liberdade, zeloso das suas terras, da sua familia, dos seus, defende-os com ardor, com toda a sinceridade, contra os brancos, cuja entrada no sertão não vêm com outro fito senão de matal-os e tomar-lhes as terras (Moura, 1906, p. 9-10).

A expedição do Rio do Peixe teve semelhante nível de tensão em razão do temor e dos efetivos ataques realizados à comissão e ao conhecimento dos ataques realizados nos Rios Feio/Aguapeí já comentados nesta dissertação. Ao adentrar o rio efetivamente, após superar toda a zona de mata que o antecedeu, os trabalhadores foram surpreendidos por uma salva de

flechas que foi repelida por tiros e depois constatado que três trabalhadores do grupo saíram do confronto feridos sem gravidade. O ataque foi neutralizado, sendo que "A demora nesse logar foi de 2 horas, o tempo necessario para repellir o ataque e cuidar dos feridos" (Cardoso, 1913, p. 6). Além disso, os indígenas deixaram várias pontas de flechas dada a correria da fuga e vários caminhos distintos com o provável objetivo de confundir os trabalhadores, consistindo em uma eficiente estratégia de fuga.

Gentil Moura, chefe da expedição dos Rios Feio/Aguapeí, foi o encarregado da chefia da segunda parte da expedição do Rio do Peixe, iniciada em 1905 e continuada por este expedicionário em 1906. Moura já no início do seu relatório dá o tom das tensões ocorridas nesta expedição a partir de sua experiência com os Kaingang: "Suas aggressoes, feitas quasi que annualmente, preferem [...] quando os trabalhadores estão preoccupados com o serviço, [...], matando-os e roubando as ferramentas, roupa e tudo que na occasiao encontram, além da mais horripilante mutilação que fazem nos cadaveres.". Evidencia-se também as dificuldades na condução dos trabalhos decorrente de tal ação. Nas palavras do próprio Moura, "Com taes informações, e para poder chegar ao fim do trabalho sem correr grandes riscos, tivemos de apparelhar a nossa expedição de modo a offerecer confiança aos que desciam e podermos repellir os aggressores, se fossemos atacados" (Moura, 1913, p. 2).

A sucessão de acontecimentos na expedição do Rio do Peixe levou Moura a constatação de que "Menos felizes nesse rio que no Feio, tivemos necessidade de enfrentar por duas vezes com esses ferozes inimigos dos sertanejos". No primeiro ataque, ou melhor, tentativa, a comissão saiu ilesa, o que não se sucedeu na segunda investida. Fato é que estes encontros acirraram o temor em relação a possíveis novos ataques. A partir de então, os cuidados na sequência dos trabalhos da comissão foram redobrados, sendo que se procedeu "ora precedendo a turma na entrada do matto por um grupo de sertanejos affeitos as emboscadas dos Corôados, ora guardando o pessoal operario, quando em trabalho, por carabineiros que em sentinelas perdidas defendiam a picada de uma possivel agressão" (Moura, 1913, p. 7).

Desse modo, no primeiro encontro da comissão com os Kaingang nenhum dos trabalhadores saiu ferido. Quanto aos indígenas, não se sabe. Os chamados "vigias" de indígenas identificaram uma aldeia que continha quantidade considerável de indígenas. A ação da CGG/SP, nesse caso, foi atacar a tiros a direção que estavam os Kaingang, espantando-os imediatamente. Estes, por sua vez, deixaram diversos arcos e flechas na rápida fuga. O trecho, logo após o denominado "Ribeirão dos Corôados", era tão crítico do ponto de vista da presença e da ação dos Kaingang que após dois dias veio mais um ataque: "mal tinhamos andado um

kilometro e passado a barra do ribeirão da Emboscada, quando da margem direita e do meio do matto começaram a atirar flechas contra a primeira canôa". Dessa vez os trabalhadores não saíram ilesos, sendo que "Dos quatro empregados feridos só urn tinha sido offendido com alguma gravidade, tendo recebido na perna esquerda uma flécha que entrou cerca de vinte centimetros" (*Ibid*).

Figura 28 – Trincheira de ataque no dia 23 de setembro de 1906



Fonte: Comissão Geográfica e Geológica (1913)

De outra perspectiva, é possível analisar as relações entre a CGG/SP, os sertanejos e a população indígena a partir da ótica das aproximações, alianças, cordialidade. Este tipo de relação se deu em menor medida, ficando restrita aos indígenas Guarani. Um exemplo ilustrativo foi a incorporação de "tres indios *Cayuás* do aldeamento Piraju" à turma da expedição dos Rios Itapetininga e Paranapanema, dada a necessidade de constituição de mão de obra da comissão em razão dos temores do que havia à oeste do território paulista. Além, disso houve efetiva contribuição por parte dos Guarani, sendo eles "muito praticos e

conhecedores de todo o rio". A relação entre o senhor Major Mariano Leonel Ferreira possibilitou a incorporação dos indígenas na turma da comissão, uma vez que este senhor "não poupou esforços para dar-nos todos os recursos e suprimentos de que acaso careciamos" (Sampaio, 1889, p. 2).

O mesmo ocorreu na expedição do Rio Tietê, sob chefia do engenheiro Jorge Black Scorrar, na qual, nas cercanias do Porto Garbarino, os trabalhadores encontraram "um arranchamento de indios Guaranys mansos composto de 8 adultos e 4 creanças sob a chefia de um Capitão Zezinho, os quaes vieram nos visitar no acampamento, offerecendo-se o Capitão com mais 2 companheiros para fazerem parte da nossa turma". A sequência do relato é marcada por um fato inusitado, pois "No dia seguinte, porém, depois que almoçaram, afastaram-se do acampamento sob qualquer pretexto e não mais voltaram" (Scorrar, 1910, p. 5-6). Uma hipótese para a efêmera aproximação indica um interesse dos Guarani em combater os Kaingang com a ajuda dos sertanejos, sendo o território do Rio Tietê uma das áreas limite da ocupação Kaingang. Constatando-se que sua expectativa não seria atendida, a aproximação não é levada adiante.

Por fim, consta a seguir a sistematização acerca da presença e ação indígena no oeste paulista, em que constam todas as menções deste gênero na forma de vestígios e/ou contatos entre membros da CGG/SP e sertanejos com os Kaingang, Kaiowá e Ofaié nos rios Paranapanema, Feio/Aguapeí, do Peixe, Tietê e Paraná.

Tabela 3 – A presença e a ação indígena no oeste paulista

Rio	Data	Ano	Local	Descrição	Etnia	Forma
Pananapanema	22 de maio	1886	Rio Itapetininga	"A 22 de maio [...] deixámos o porto, descendo o rio Itapetininga"	-	-
Pananapanema	22 de maio	1886	Rio Paranapanema	"A 26 entrámos nas aguas do Paranapenema"	-	-
Pananapanema	1 de julho	1886	Vila de São Sebastião do Tijuco Preto	"[...] conseguimos engajar alguns homens [...] entre os quaes tres indios Cayuás do aldeamento Pirajú"	Guarani	Ação
Pananapanema	2 de agosto	1886	Barra do rio Santo Inácio	"Por toda parte se nota signal da presença do indio que nos espreita, mas que nunca apparece"	Guarani?	Presença
Paranapanema	s/d	1886	Ao norte da Chapada dos Agudos	"[...] ao norte e a pequena distancia estende-se a grande e desconhecida Chapada dos Agudos, que o sertanejo considera como o ninho da bugrada não submettida; ao sul desenvolvem-se as extensas mattas, que margeiam o rio, das quaes o sertanejo se apossou, sem aliás dominal-as inteiramente, porquanto o indio bravo, muito vez, atravessa a linha dos povoados, vem emboscar-se nellas e dahi sahe a fazer correrias funestissimas pelos estabelecimentos visinhos.	Kaingang	Presença

Paranapanema	s/d	1884	Fazenda São Matheus	"[...] os índios assaltaram uma vez em 1884 a sua fazenda [do Sr. José de Paiva], mataram dous escravos que trabalhavam nas plantações e roubaram toda a ferramenta"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1883	Córrego Laranja Doce	"mataram também tres escravos de Domingos de Medeiros, e comsigo levaram facas, machados e mais instrumentos de lavoura"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1881	Rio Capivara	"[...] mataram, de uma vez, [...] treze pessoas da mesma família (de José Theodoro) entre homens, mulheres e meninos"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1882	Rio Capivara	"De José Vieira [...] mataram seis pessoas: uma senhora em estado interessante, duas meninas, um homem e dous meninos"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1884	Serra dos Agudos, cabeceiras do Taquaral	"[...] assassinaram [...] dous homens que trabalhavam em derrubadas tão somente para roubar-lhes a ferramenta"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1885	Serra dos Agudos, cabeceiras dos Veados	"[...] assassinaram [...] dous filhos e dous escravos de Joaquim Pedro de Figueiredo"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1885	Santa Rosa	"[...] mataram a Joaquim Garcia e a toda a criação de porcos de sua propriedade"	Kaingang	Ação

Paranapanema	s/d	1885	Fazenda de Pouso Alegre, Rio Capivara	"[...] de Melchor Camargo, [...] mataram [...] quando trabalhavam nas plantações, a um genro, um irmão e um cunhado"	Kaingang	Ação
Paranapanema	3 de setembro	1886	São Pedro do Turvo	"[...] mataram de uma vez quatro pessoas, Francisco de Souza, dous filhos deste e um genro"	Kaingang	Ação
Paranapanema	s/d	1886	Cachoeira do Diabo	"[...] tivemos occasião de ouvir, alta da noite, assobios e signaes muito significativos, partidos de dentro da matta"	Guarani?	Presença
Feio/Aguapeí	17 de junho	1905	Estaca 430, terceira secção da Companhia Noroéste do Brazil	"[...] O serviço teve início [...] na estaca 430 da exploração da terceira secção da Companhia Noroéste do Brazil, na altitude de 539,86 sobre o nível do mar"	-	-
Feio/Aguapeí	18 de julho	1905	Noroeste do Corrego Corredeira	"[...] de repente partiram flechas do matto, denunciando a presença de indios apenas por esta forma"	Kaingang	Ação
Feio/Aguapeí	s/d	1900	Sucury, Margens do Ribeirão Lontra	"Em 1900, quando Monsenhor Claro Monteiro desceu o rio, fez os ultimos aprestos da sua viagem nessa aldeia, levando comsigo diversos indios da tribu [Guarani]. Depois da sua morte	Kaingang e Guarani	Ação

				conjunctamente com dois indios, os Coroados vieram até a aldeia [Guaranyuva] e os expulsaram de lá"		
Feio/Aguapeí	s/d	1898	Margem do Ribeirão Dourado	"[...] os indios os atacaram [dois homens], mataram-nos a tacape e mutilaram os corpos de um modo barbaro"	Kaingang	Ação
Feio/Aguapeí	s/d	1898	Nos Pires, próximo a fazenda Acampamento	"[...] estavam dois moços trabalhando na roça, quando inesperadamente os indios os atacaram"	Kaingang	Ação
Feio/Aguapeí	19 de julho	1905	Acampamento 15 de Novembro	"[...] os Coroados cercaram o rancho fazendo grande alarido e lançando flechas"	Kaingang	Ação
Feio/Aguapeí	21 de julho	1905	Acampamento 15 de Novembro	"[...] os indios cercaram outra vez o acampamento, retirando uma porção de objectos que lá deixaramos e damnificando o que não pouderam carregar"	Kaingang	Ação
Feio/Aguapeí	s/d	1905	Proximidades do Rio Dourado	"Em todo o percurso que fizemos, desviados ás vezes mais de um kilometro do rio ou então nas excursões às contra-vertentes do Dourado não encontrámos senão pequenas choças"	Kaingang	Presença
Feio/Aguapeí	s/d	1905	Ribeirão dos Coroados	Foi no ribeirão dos Coroados (kilometro 74) qye encontrámos a aldeia com maior grupo de choças"	Kaingang	Presença

do Peixe	26 de junho	1905	Campos Novos do Paranapanema	"A turma [...] cumpriu as instrucções iniciando seus trabalhos em Campos Novos com o levantamento da planta da villa no dia 19 de junho e a 26 do mesmo mez collocou a estaca 0 na margem esquerda do corrego Barroca"	-	-
do Peixe	4 de outubro	1905	Barreiro próximo ao acampamento Canôa Podre	"Os indios procuram para ponto de suas caçadas, estes barreitos, pois são elles verdadeiras *cevas*; costumam construir então pequenos ranchos juncto ás maiores arvores e ahi se abrigam e occultam dos animais. [...] Neste barreiro encontraram-se cerca de 30 desses pequenos ranchos ou abrigos"	Kaingang	Presença
do Peixe	27 de outubro	1905	Acampamento Anhumas	"[...] os indios approximaram-se muito do acampamento imitando o pio do macuco; foram tomadas todas as precauções para evitar um ataque que felizmente não se deu"	Kaingang	Ação
do Peixe	3 de novembro	1905	Ribeirão Barra Grande	"Nas proximidades do picadão passa o rio do Peixe e nelle desagua o ribeirão Barra Grande em cujas cabeceiras existe um aldeamento dos Corôados"	Kaingang	Presença
do Peixe	6 de novembro	1905	Acampamento Panella	"[...] nossa atenção foi despertada pelo pio oroginal dum passaro que não conheciamos. [...] Os nossos espias de indios comprehenderam logo que não se tratava de passaros e por isso vieram nos avisar de que os selvicolas se approximavam em grande numero"	Kaingang	Ação

do Peixe	s/d	1906	Região de Saltos e Cachoeiras	"D'ahi até ao Paraná, encontra-se grande quantidade de taquaraes e lagoas. Os indios permitiram que a turma executasse os trabalhos sem interrupção até vencer a região das cachoeiras; ahi os vestigios começaram a apparecer"	Kaingang	Presença
do Peixe	20 de setembro	1906	Região de Saltos e Cachoeiras	"[...] estes [os indios] só foram vistos pela primeira vez no dia 20 de setembro, porém a coragem do pessoal e a practica adquirida da vida sertaneja [...] fizeram com que elles não atacassem. [...] Um pouco adiante deste ponto foi encontrado um rancho abandonado naturalmente por esses mesmos indios"	Kaingang	Presença
do Peixe	24 de setembro	1906	Logo após a barra do Ribeirão dos Coroados	"Elles gritaram annunciando que os indios arremessavam flechas; [...] infelizmente, verificou-se depois que o feitor da turma e mais 3 camaradas tinham sido feridos"	Kaingang	Ação
do Peixe	s/d	1906	Cerca de 100 km acima da barra do Paranapanema	"[...] foi encontrado um aldeamento de indios Cayuás, que alli vivem em numero consideravel e estado semi-civilizado"	Guarani	Presença
do Peixe	s/d	1906	Abaixo do Salto dos Guachos	"[...] começaram a apparecer *trilhas* largas, bem cavadas, demonstrando frequencia de transito"	Kaingang	Presença

do Peixe	s/d	1906	Rio Orelha de Onça	"[...] achámos todos os restos de alimentação"	Kaingang	Presença
do Peixe	s/d	1906	Rio Santo Anastácio	"Na nossa volta pelo S. Anastácio encontrámos em um dos pequenos campos daquelle rio dois ranchos situados no meio do campo e construídos em condição e formato differentes. [...] Parece que esses ranchos são de Chavantes".	Ofaié	Presença
do Peixe	s/d	1906	Rio Paraná	"Na descida do Paraná, a turma foi visitada por uma tribu indigena e que, talvez parentes dos de S. Paulo, residem em Matto Grosso"	Ofaié	Presença
Tietê	3 de junho	1905	Porto Laranja Azeda	"Ali chegámos no dia 3 [...] onde fomos forçdos a uma demora de 7 dias afim de se completar a flotilha"	-	-
Tietê	s/d	1905	Porto Garbarino	"Encontrámos logo abaixo do porto Garbarino, na margem direita, um arranchamento de indios Guaranys mansos composto de 8 adultos e 4 creanças"	Guarani	Presença
Paraná	14 de agosto	1905	Alguns metros acima do porto de Faya	"Organizadas duas turmas, distribuido o pessoal necessario para o serviço e garantia de vida, deu-se começo aos trabalhos"	-	-
Paraná	s/d	1905	Rio Paraná, nas proximidades	"Na margem paulista constantemente encontravam-se arvores cortadas a machado recentemente e eram mais frequentes nas proximidades do rio S. Anastacio"	Ofaié	Presença

			do Santo Anastácio			
Paraná	s/d	1905	Barra do Ribeirão Orelha de Onça	"Na descida da turma encontraram-se [...] pégadas recentes de indios que alli tinham estado e, quando na volta chegámos perto já dessa barra, ouvimos alguns gritos de indios [que] logo appareceram"	Ofaié	Presença

Fonte: O autor (2026).

CONCLUSÃO

Finalmente é de grande valia do ponto de vista historiográfico reconhecer a importância de uma história indígena pensada a partir do protagonismo indígena. É anacrônico pensar nos dias atuais a história do Brasil sem levar em consideração os povos indígenas e suas ações ao longo do tempo. É necessário pensar tais ações percebendo estes povos como sujeitos ativos no complexo emaranhado característico dos processos históricos, detentores de interesses, com posições políticas que favorecem coletivamente a sua existência.

Há atualmente no oeste paulista três Terras Indígenas: TI Vanuíre, TI Icatu e TI Araribá, localizadas nas cidades de Arco-Íris, Braúna e Avaí, respectivamente. A TI Vanuíre é compartilhada por duas etnias, os Kaingang e os Krenak, tendo uma população total de 177 indígenas em uma área de 709 hectares. A TI Icatu é compartilhada pelos Kaingang e pelos Terena, cuja população totaliza 156 indígena em uma área de 301 hectares. A TI Araribá, por fim, é compartilhada pelos Guarani Ñandeva, Kaingang e Terena, totalizando uma população de 649 indígenas em uma área de 2.000 hectares. As três Terras Indígenas, homologadas e de maioria Kaingang, correspondem aos territórios ocupados outrora por esta etnia e são de extrema importância para a garantia de sobrevivência dos grupos que lá habitam.

Estes territórios constituem vitórias fruto de séculos de uma guerra de conquista empreendida contra os indígenas e seus modos tradicionais de vida mediante o uso de poder e força desproporcionais, tratando-se de uma característica dos processos coloniais que se desenrolaram durante praticamente toda a história do Brasil. Cabe aos historiadores e historiadoras, neste sentido, a devida atenção aos cuidados de se produzir pesquisas que não reproduzam preconceitos e estereótipos comumente presentes no âmbito da história, antropologia e demais campos das ciências humanas e sociais.

A produção deste trabalho foi fruto de uma inquietação em que a percepção acerca da ausência dos sujeitos indígenas na história do oeste paulista constituiu a problemática base e justificadora da pesquisa documental realizada. A constatação confirmou as suspeitas levantadas no estágio inicial da pesquisa. A presença indígena no oeste de São Paulo é histórica e no recorte espacial e temporal proposto constituiu empecilho ao avanço tanto dos mineiros quanto dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Presença evidenciada por meio da arqueologia, tanto no período colonial, quanto nos períodos anteriores, da linguística e da toponímia presente até os dias atuais no oeste paulista.

A referência a esta região que consta na figura 3, produzida no âmbito da Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo no ano de 1886, faz menção a esta região como "Terrenos Despovoados". Não é exagero, nesse sentido, pressupor que um órgão com o nome de Sociedade Promotora da Imigração tenha por finalidade promover a imigração e nesta promoção, a presença dos indígenas do Estado de São Paulo é recorrentemente desconsiderada, sendo estes sujeitos repetidamente desumanizados. Por outro lado, a figura 4, produzida no âmbito da Inspetoria de Estradas de Ferro e Navegação, transmite outra mensagem. Nela constam referências aos aldeamentos presentes na mesma região. Assim, cabia a referida inspetoria, deixar claro, seja aos dirigentes do Estado, seja aos trabalhadores das companhias ferroviárias, a presença de indígenas e suas respectivas etnias nos territórios de interesse direto destes sujeitos.

Essas relações entre os diferentes sujeitos presentes no interior do espaço geográfico objeto da pesquisa expressam interesses antagônicos entre eles. As expedições científicas, relacionadas intimamente com a expansão da cultura da economia cafeeira que se consolidou posteriormente, bem como a transformação em complexos agropecuários característicos da economia desta localidade na atualidade, foram iniciadas nos anos finais do século XIX. Mas a frente econômica de expansão não avançou sem ter seus interesses confrontados com outros interesses. Os mineiros, cuja ocupação acompanhada da constituição espaçada de seus núcleos de subsistência, caracterizaram outra perspectiva concernente ao usufruto das terras do oeste paulista.

Os Kaingang antagonizaram frontalmente os interesses tanto dos chamados "sertanejos", quanto os interesses ligados a economia agrícola representados na Comissão Geográfica e Geológica. Estes indígenas, entretanto, também tiveram seus interesses confrontados. Ocupantes originários deste território, foram antagonizados num primeiro momento por sujeitos que, oriundos do contexto de colapso econômico do mercado ligado à extração de minérios, em um projeto cujo objetivo final foi exaurir o que fosse possível dos bens naturais, levando o uso destes bens a limites nocivos à existência de outros modos de vida. Era este o projeto do Estado de São Paulo. Os Guarani e os Ofaié, cujo interesse não confluíam com o projeto econômico paulista, buscavam agir politicamente de modo a construir determinadas alianças para atender aos seus interesses, do seu modo de vida que igualmente se antagonizava a economia agrícola.

Estes antagonismos, portanto, em interação no contexto de um mesmo espaço geográfico, são geradores das formas mais variadas de tensões, explicitadas em diversos casos,

na forma da violência praticada de forma deliberada. Mas também são geradores de alianças que buscaram o atendimento de diferentes interesses. A participação dos Guarani nos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica não aponta para uma confluência de interesses, ao contrário disto. Os Guarani buscavam alianças com os colonizadores, buscando utilizar-se do antagonismo aos Kaingang representado por estes sujeitos para combatê-los.

Exemplo disso foi a incursão feita pelos Guarani junto aos cientistas na bacia dos rios Feio/Aguapeí, território predominantemente Kaingang. A saber da existência de um aldeamento denominado Guranyúva, antes pertencente aos Guarani e atacado pelos Kaingang na ocasião do ataque ao Pe. Claro Monteiro, cabe pensar o que buscavam os indígenas ao se aliarem a comissão científica? Esta aliança poderia render frutos no que concerne ao combate aos seus históricos inimigos?

É inegável, porém, compreender que o avanço das frentes colonizadoras após as pesquisas empreendidas no âmbito da comissão científica, precedida pela ocupação mineira, a política de imigração, bem como a formação das cidades nos anos subsequentes promoveram o esbulho dos territórios tradicionalmente indígenas. Os Ofaié, constituíram resistência e sustentaram sua ocupação migrando para a margem direita do rio Paraná, no Estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, território tradicionalmente ocupado por esta etnia. Os Guarani também migraram à oeste do território paulista, ocupando o interior do território mato-grossense, bem como o outro extremo, próximo ao litoral paulista, onde na atualidade há a maior concentração de TI's do Estado de São Paulo, territórios nos quais também constituíam a ocupação tradicional destes povos. Os Kaingang, por sua vez, apesar do sistemático avanço capitalista, conseguiram sustentar sua existência mediante as TI's atualmente existentes no oeste paulista, conforme apontado anteriormente, embora tão reduzidos territórios.

De um ponto de vista mais pragmático, a despeito da conjuntura política e econômica atual, em que o debate acerca da demarcação de terras indígenas não se constitui enquanto possibilidade política em razão de uma estrutura de estado que ainda sustenta as heranças das oligarquias rurais, que detém o poder político no Brasil, somado ao aprofundamento de discursos neoliberais de gestão do Estado, os relatórios científicos da Comissão Geográfica e Geológica deixam mais que evidente a quem de fato pertencia as terras do oeste paulista, sendo os indígenas senhores de grandes extensões de territórios, que foram tomados de Kaingang, Kaiowá e Ofaié, durante o processo de colonização intensificado na primeira metade do século XX. Neste sentido, apesar das conquistas em termos de demarcação de terra das TI's do oeste paulista, esta pesquisa trouxe evidências concretas que podem, num futuro próximo, servir de

subsídio para o estabelecimento de políticas públicas concretas que possibilitem a existência ao seu modo dos povos indígenas do oeste paulista.

Em linhas gerais, a presente pesquisa trouxe uma nova leitura acerca das fontes da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, na medida em que ao lançar sobre estes relatórios o olhar metodológico no qual é privilegiado o protagonismo indígena, característico das pesquisas do campo da História Indígena, tornou-se possível evidenciar sua ação ativa no processo de reocupação do oeste de São Paulo de modo a trazer à tona sua participação ativa nesta história. A despeito disto, a escolha temporal objeto de análise não foi além dos anos iniciais do período republicano da história brasileira, detendo-se somente ao período compreendido pelas principais expedições sobre os rios do oeste paulista. A possibilidade de novas investigações científicas pode gerar pesquisas frutíferas no período posterior a 1906, sobretudo a partir de 1910, data de criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), antecessor da atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), que tem em seu embrião o processo de reformulação do SPI em razão do flagrante nível de contradição em termos de políticas públicas que este órgão passou a representar.

O SPI, portanto, constitui um marco no que concerne a relação do Estado com os povos indígenas do país e do Estado de São Paulo na medida em que, a partir da instituição deste órgão, foi conferida maior centralidade federal nas decisões sobre a política indigenista do Brasil. Por esta razão este período não foi contemplado nesta dissertação, uma vez que, além da mudança no caráter da política indigenista, trata-se de um importante contexto no qual corresponde a fundação de algumas das cidades deste "extremo oeste". A cidade de Presidente Prudente, por exemplo, considerada a capital regional do oeste paulista, foi formalmente fundada no ano de 1917. Entre 1910 e 1917 o SPI empreendeu a denominada pacificação dos Kaingang. O termo "pacificação", entretanto, é considerado por alguns autores um eufemismo, sendo que na prática o que houve no oeste de São Paulo neste período foi uma tentativa de expulsão ou mesmo o assassinato da população indígena ali presente, processo que sucedeu a temporalidade contemplada neste trabalho que capta, por sua vez, a transição entre o império e a república no Brasil, bem como a transição de um processo de expansão demográfica sucedido pela expansão econômica, inserindo esta região no mercado agroexportador por meio do café, base econômica da Primeira República.

REFERÊNCIAS

ABRU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista*: Presidente Prudente. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1972.

AFONSO, Marisa Coutinho. Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas*, v. 11, n. 20, jul./dez., p. 127-155, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História: avanços e desafios das abordagens Interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro. *História Social*, n. 25, 2013. p. 19-42.

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*: São Paulo, v. 20, p. 09-38, 2007.

_____. A tradição cerâmica Itararé-Taquara no Estado de São Paulo: Estado da arte e perspectivas quinze anos depois. *Revista de Arqueologia*: São Paulo, v. 37, n. 1, jan./abr., 2024.

ASNIS, Gabriel Zissi Perez; MANO, Marcel. Continuidades e descontinuidades: a arqueologia Aratu-Sapucaí e a história indígena Cayapó. *R. Museu Arq. Etn.,* v. 34, p. 154-173, 2020.

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. *Cadernos de Campo*, n. 3, p. 107-131, 1993.

BALDUS, Herbert. 1947. Introdução. Opaié. *In*: ERICH, Freundt (org.). *Índios de Mato Grosso*. São Paulo: Edições Melhoramentos, p. 3-5, 1946.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. *In*: MONTEIRO, John Manuel *et al* (orgs.). *Índios no Estado de São Paulo*: Resistência e Transfiguração. São Paulo: Yankatu Editora; Comissão Pró-Índio, 1984.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância de pesquisa. *História*: São Paulo, v. 30, n.1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

CHMYZ, Igor *et al*. Notas sobre a arqueologia do vale do Rio Itararé. *Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas*: Curitiba, n. 1, p. 7-24, 1968.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992a. p. 475-498.

_____. *Legislação indigenista no século XIX*. Uma compilação (1808-1889). São Paulo: EdUSP/Comissão Pró-Índio, 1992b.

_____. Política indigenista no século XIX. *In*: _____(org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

DI CREDO, Maria do Carmo Sampaio. *Terras e índios. Proprietários da terra no Vale do Paranapanema.* São Paulo: Arte&Ciência, 2003.

DORNELLES, Soraia Sales. *A questão indígena e o Império*: índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Tese (Doutorado em História). – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

_____. A história em *As vítimas do bugre*, ou como tornar-se bugre na História. *Anos 90*: Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 245-238, dez., 2011.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *O Território Ofaié pelos Caminhos da História*: Reencontro e Trajetória de um Povo.

_____. O território Ofaié e o conceito de poder e violência em Mato Grosso do Sul. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 146-158, 2011.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Rio de Janeiro: L&PM, 2010.

GIAVARA, Eduardo. *Viagem ao Desconhecido... O olhar científico nas fronteiras do oeste paulista (1886-1905)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2007.

GIESBRECHT, Daniel Florence. Os limites da antropologia: impactos do darwinismo social e da eugenia nas propostas de engenharia social entre os finais do século XIX e meados do XX. *ARIES – Anuário de Antropologia Iberoamericana*, v. 1, n. 2, p. 1-10, 2023.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

KOK, Glória. A conquista do sertão de Mato Grosso no século XVIII. *In*: CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle (orgs.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul*: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

LA SALVIA, Fernando. Resumo das pesquisas arqueológicas no Planalto - Rio Grande do Sul. *Anais do II Congresso de Arqueologia da Área do Prata*. *Pesquisas, Antropologia,* São Leopoldo, 101-113, 1968.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

MANO, Marcel. Os Guayaná e a história dos índios no interior paulista: Tupi ou Tapuia? *In*: DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antônio (Orgs). *Povos Indígenas em São Paulo*: novos olhares. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 49-62.

MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

MÉTRAUX, Alfred. 1946. The Caingang. *In*: STEWARD, Julian Haynes. *Handbook of south american indians*. US Government Printing Office, 1946.

MILLER JR., Tom Oliver. *Tecnologia cerâmica dos Caingang paulistas*. Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, Diretoria de Assuntos Culturais, 1978.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MONTEIRO, John Manuel *et al. Índios no Estado de São Paulo*: Resistência e Transfiguração. São Paulo: Yankatu Editora; Comissão Pró-Índio, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional – Séculos XVI-XVII. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992b. p. 475-498.

_____. Tupis, Tapuias e a história de São Paulo. *Novos Estudos (Cebrap)*, v. 3, n. 34, p. 125-135, nov., 1992a.

_____. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. (Orgs.). *A temática indígena na escola*: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Negros da Terra*: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. 2ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. *In*: _____. *Índios no Estado de São Paulo*: Resistência e Transfiguração. São Paulo: Yankatu Editora; Comissão Pró-Índio, 1984. p. 21-44.

_____. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. *In*: DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antônio (Orgs). *Povos Indígenas em São Paulo*: novos olhares. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 29-48.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *In*: _____. *Capitalismo e tradicionalismo no Brasil*: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975. p. 43-50.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *In*: _____. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 131-179.

MOTA, Lucio Tadeu; ASSIS, Valéria Soares. *Populações indígenas no Brasil*: histórias, culturas e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, Lucio Tadeu. A Guerra de Conquista nos Territórios dos Índios Kaingang do Tibagi. *Revista de História Regional*, v. 2, n. 1, p. 187-207, 1997.

MOTA, Lucio Tadeu. *Etno-história*: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. *UNESP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-16, jul./dez., 2014.

MOTA, Lucio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e Guerra de Conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibaji, Ivaí e Piquiri. *In*: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Org.) Maringá e o Norte do Paraná. Maringá: Eduem, 1999. p. 21-50.

NETO, Edgard Ferreira. História e Etnia. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 451-473.

NOVAK, Éder da Silva. *Emã e Tekoha*: Territórios indígenas e a política indigenista. Curitiba: Appris, 2019.

NOVAK, Éder da Silva. Entre a catequese e a tutela, do aldeamento à povoação: os indígenas de São Jerônimo-PR (1889-1922). *Diálogos*, v. 22, n. 1, p. 108-125, 2018.

NOVAK, Éder da Silva. *Os Kaingang do Apucarana, o órgão indigenista e a Usina Hidrelétrica do Apucaraninha*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: 2017.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; Esselin, Paulo Marcos. Uma breve história (indígena) da erva-mate na região platina: da província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 278, 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/54747. Acesso em: 7 de fev. de 2026.

OLIVEIRA, Jorge Eremites. Sobre os conceitos de etnoistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. *In*: *XXII Simpósio Nacional de História*. *Anais...* João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-8.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

_____. *Indigenismo e territorialização*: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. *O nascimento do Brasil e outros Ensaios*: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

_____. *O nosso governo*: os ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PEREZ, Glauco Constantino. *Arqueologia paulista e o marcador cerâmico como delimitador da fronteira étnica*: um estudo das regiões sul e oeste do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2018.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colônia (séculos XVI a XVIII). *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto*: São Paulo, 1850-1912. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, 1992.

PREZIA, Benedito Antonio. *Os indígenas do planalto paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas Livraria/FFLCH/USP, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. *In*: Lander E, (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO; 2005. p. 107-129.

REZENDE, Modesto; MOTTA, Fidelis. *Os missionários capuchinhos no Brasil*. Prefácio de Affonso de E. Taunay. São Paulo: Convento da Immaculada Conceição, 1929.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Vozes, 1982.

RODRIGUES, Robson; AFONSO, Marisa Coutinho. Um olhar etnoarqueológico para a ocupação guarani no Estado de São Paulo. *Horizontes Antropológicos*: Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 155-173, dez. de 2002.

RODRIGUES, Robson. Para uma etnoarqueologia Kaingang no oeste paulista: produção tecnológica e ocupação espacial. *In*: DANAGA, Amanda Cristina; PEGGION, Edmundo Antônio (Orgs). *Povos Indígenas em São Paulo*: novos olhares. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 63-82.

_____. *Os caçadores-ceramistas do sertão paulista*: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do Rio Feio/Aguapeí. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*: o Partido Republicano Paulista e a política de mão-de-obra. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política Indigenista no Brasil Imperial. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1831)*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 175-206, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Typographia universal de Laemmert, 1851.

SUESS, Paulo. Reconhecimento e protagonismo: apontamentos em defesa do projeto histórico dos outros. In: SIDEKUN, Antonio (org.). *O imaginário religioso indígena*. São Leopoldo: Unisinos, 1997. p. 25-35.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros*: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006.

_____. *Nem cidadãos, nem brasileiros*: Indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TAUNAY, Affonso de E. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. Rio de Janeiro: José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros), 1955.

TRIGGER, Bruce Graham. Etnohistoria: problemas e perspectivas. *Traduciones y Comentários*. Trad. C. T. Michieli. San Juan, 1982, v. 1, p. 27-55.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FONTES

BIERRENBACH LIMA JR., Julio. Relatório apresentado pelo Srn. Julio Bierrenbach Lima Junior, 2.º ajudante. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração dos Rios Feio e Aguapehy* (Extremo sertão do Estado). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1906.

CARDOSO, João P. Carta ao Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração do Rio do Peixe*. São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1913.

_____. Carta ao Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração dos Rios Feio e Aguapehy* (Extremo sertão do Estado). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1906.

_____. Carta ao Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração do Rio Tieté* (Barra do Jacaré-Guassu ao Rio Paraná). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1913.

COBRA, Amador Nogueira. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo: Typ. Hennies Irmãos, 1923.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração do Rio do Peixe*. São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1913.

_____. *Exploração do Rio Paraná*. Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1911.

_____. *Exploração dos Rios Feio e Aguapehy* (Extremo sertão do Estado). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1906.

_____. *Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema*. São Paulo. Typ. Rothschild, 1890.

_____. *Exploração do Rio Tieté* (Barra do Jacaré-Guassu ao Rio Paraná). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1913.

GIOVANETTI, Bruno. Esboço Histórico da Alta Sorocabana. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., s.d.

HUMMEL, Olavo. Relatório apresentado pelo engenheiro Olavo Hummel, chefe da turma. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração dos Rios Feio e Aguapehy* (Extremo sertão do Estado). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1906.

MOURA, Gentil. *Relatório apresentado pelo SNR. Gentil Moura, chefe da turma*. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração dos Rios Feio e Aguapehy* (Extremo sertão do Estado). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1906.

SAMPAIO, Teodoro. *Considerações Geographicas e Economicas sobre o Valle do Paranapanema*. Boletim da Comissão Geográfica e Geológica. São Paulo. nº. 4, 1890.

_____. Carta ao Dr. Orville A. Derby, presidente da Comissão. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema*. São Paulo. Typ. Rothschild, 1890.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça. *Exposição que o exm snr. Visconde do Parnahyba passou a administração da província de São Paulo ao exm. snr. D. Francisco de Paula*

Rodrigues Alves no dia 19 de novembro de 1887. São Paulo: Secretaria da Justiça, 1887a. Disponível em: https://digitalcollections.crl.edu/search?ln=en&p=S%C3%A3o+Paulo+1887&f=&action_search=Search&rm=&sf=&so=d&rg=25&c=CRL+Digital+Collections&of=hb&fti=1&fct__1=Brazilian+Government+Documents&fti=1. Acesso em: 01 de jan. de 2026.

SÃO PAULO. *Relatório apresentado á assembléa legislativa provincial de São Paulo pelo presidente da província Barão do Parnahyba no dia 17 de janeiro de 1887*. São Paulo: Governo Provincial, 1887b. Disponível em: https://digitalcollections.crl.edu/search?ln=en&p=S%C3%A3o+Paulo+1887&f=&action_search=Search&rm=&sf=&so=d&rg=25&c=CRL+Digital+Collections&of=hb&fti=1&fct__1=Brazilian+Government+Documents&fti=1. Acesso em: 01 de jan. de 2026.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça. *Relatório com que o exm snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves passou a administração da província de São Paulo ao exm. snr. Dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, 1º vice-presidente no dia 27 de abril de 1888*. São Paulo: Secretaria da Justiça, 1888. Disponível em: https://digitalcollections.crl.edu/search?ln=en&p=S%C3%A3o+Paulo+1887&f=&action_search=Search&rm=&sf=&so=d&rg=25&c=CRL+Digital+Collections&of=hb&fti=1&fct__1=Brazilian+Government+Documents&fti=1. Acesso em: 01 de jan. de 2026.

SÃO PAULO. Secretaria de Governo do Estado de São Paulo/Casa Civil. *Decreto n.º 100 de 27 de agosto de 1892, Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário de 50:000$000 para attender ás despesas da Comissão Geográfica e Geológica do Estado*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), 1889. Grupo BR SPAPESP SEGOVC, fundo 11G3 – Atos Oficiais, caixa C09769.

SÃO PAULO. Secretaria de Governo do Estado de São Paulo/Casa Civil. *Decreto n.º 101 de 08 de abril de 1889*, Incentivo a colonização. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), 1889. Grupo BR SPAPESP SEGOVC, fundo 11G3 – Atos Oficiais, caixa C09767.

SÃO PAULO. Secretaria de Governo do Estado de São Paulo/Casa Civil. *Lei n.º 7 de 05 de outubro de 1891*, Auctoriza o governo a organizar o serviço de adaptação dos índios e extingue a actual catechese delles. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), 1891. Grupo BR SPAPESP SEGOVC, fundo 11G3 – Atos Oficiais, caixa C09768.

SÃO PAULO. Secretaria de Governo do Estado de São Paulo/Casa Civil. *Lei n.º 15 de 11 de novembro de 1891*, Orçamento do Estado. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), 1891. Grupo BR SPAPESP SEGOVC, fundo 11G3 – Atos Oficiais, caixa C09768.

SÃO PAULO. Secretaria de Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. Relatório apresentado ao presidente do Estado pela Secretaria de Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, 1899. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), 1891.

SCHADEN, Egon. Apontamentos sobre os Guarani por Nimuendajú. Tradução e notas de Egon Schaden. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 8, p. 9-11, 1954.

SCHMIDT, Cornelio. Relatório apresentado pelo coronel Cornelio Schmidt, chefe da turma. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração do Rio Paraná*. Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1911.

SCORRAR, Jorge Black. Relatório apresentado pelo engenheiro Jorge Black Scorrar, chefe da turma. *In*: COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA. *Exploração do Rio Tieté* (Barra do Jacaré-Guassu ao Rio Paraná). São Paulo: Typ. Brazil de Rotschild & Cia., 1913.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2008.